

4,70

# К. МАРКС Ф. ЭНГЕЛЬС

ИЗБРАННЫЕ  
ПРОИЗВЕДЕНИЯ  
В ТРЕХ ТОМАХ

# MARX ENGELS

OBRAS  
ESCOLHIDAS  
EM TRÊS TOMOS

*Elizabeth de Araújo Schwarz*  
vii-88

TOMO

**I**

EDIÇÕES PROGRESSO — MOSCOVO  
EDIÇÕES "AVANTE!" — LISBOA

1982

absolvição. Tal como foi, a aplicação retroactiva do novo código prussiano permitiu ao governo ter sete prisioneiros condenados, enquanto apenas quatro foram absolvidos, e os que foram condenados foram sentenciados de prisão variando entre três e seis anos, como, sem dúvida, já terão verificado na altura em que a notícia vos chegou.

*Escrito por Engels em  
29 de Novembro de 1852.  
Publicado no jornal New-  
-York Daily Tribune, n.º 3645,  
de 22 de Dezembro de 1852.  
Assinado: Karl Marx.*

*Publicado segundo o  
texto do jornal.  
Traduzido do inglês.*

KARL MARX

**O 18 DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE<sup>208</sup>**

**PREFÁCIO DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO DE 1869**

O meu amigo *Joseph Weydemeyer\**, morto prematuramente, propunha-se editar em Nova Iorque, a partir de 1 de Janeiro de 1852, um semanário político. Convidou-me a mandar-lhe para esse semanário a história do *coup d'état\*\**. Escrevi-lhe, pois, um artigo por semana, até meados de Fevereiro, sob o título de *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Entretanto, o plano primitivo de Weydemeyer fracassou. Em contrapartida, começou a publicar na Primavera de 1852 uma revista mensal *Die Revolution*, cujo primeiro caderno era composto pelo meu *18 de Brumário*. Algumas centenas de exemplares deste caderno partiram a caminho da Alemanha, mas sem chegar a entrar no comércio de livros propriamente dito. Um livreiro alemão que tem a pretensão de ser tremendamente radical, a quem propus que se encarregasse da venda, rejeitou com verdadeira indignação moral tão “inoportuna pretensão”.

Como se vê por estes dados, a presente obra nasceu sob o impulso imediato dos acontecimentos, e o seu material histórico não ultrapassa o mês de Fevereiro (de 1852). A actual reedição deve-se, em parte, à procura da obra no mercado livreiro, e, em parte, a instâncias dos meus amigos da Alemanha.

\* Comandante militar do distrito de Saint Louis durante a guerra civil na América do Norte.

\*\* Em francês no texto: golpe de Estado. (Nota da edição portuguesa.)

Entre as obras que tratavam *na mesma época* do mesmo tema, apenas duas são dignas de menção: *Napoléon le petit*, de *Victor Hugo*, e *Coup d'état*, de *Proudhon*.

Victor Hugo limita-se a amargas e engenhosas invectivas contra o editor responsável do golpe de Estado. Quanto ao próprio acontecimento, parece, na sua obra, um raio que caísse de um céu sereno. Não vê nele mais que um acto de força de um só indivíduo. Não se apercebe de que aquilo que faz é engrandecer este indivíduo em vez de o diminuir, ao atribuir-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história universal. Pela sua parte, Proudhon tenta apresentar o golpe de Estado como resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Mas, nas suas mãos, a construção histórica do golpe de Estado transforma-se numa apologia histórica do herói do golpe de Estado. Cai com isso no erro dos nossos pretensos historiadores *objectivos*. Eu, pelo contrário, demonstro como a *luta de classes* criou em França as circunstâncias e as condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar o papel de herói.

Uma reelaboração da presente obra tê-la-ia privado do seu colorido particular. Por isso, limitei-me simplesmente a corrigir as gralhas e a riscar as alusões que hoje já não seriam entendidas.

A frase final da minha obra: "Mas quando o manto imperial cair finalmente sobre os ombros de Louis Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão tombará do alto da Coluna de Vendôme"<sup>209</sup>, já se realizou\*.

O coronel Charras desencadeou a ofensiva contra o culto napoleónico na sua obra sobre a campanha de 1815. A partir de então, e sobretudo nestes últimos anos, a literatura francesa, com as armas da investigação histórica, da crítica, da sátira e do humor, deu o golpe de misericórdia na lenda de Napoleão. Fora de França, apreciou-se pouco e compreendeu-se ainda menos esta violenta ruptura com a fé tradicional do povo, esta formidável revolução espiritual.

Finalmente, confio em que a minha obra contribuirá para eliminar esse lugar-comum do chamado *cesarismo*, tão corrente, sobretudo actualmente, na Alemanha. Nesta superficial analogia histórica esquece-se o principal, nomeadamente, que na antiga Roma, a luta de classes apenas se processava entre uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres, enquanto a grande massa produtiva da população, os escravos, formavam

\* Ver o presente tomo, p. 512. (Nota da edição portuguesa.)

um pedestal puramente passivo para aqueles lutadores. Esqueceu-se a importante sentença de *Sismondi*: o proletariado romano vivia à custa da sociedade, enquanto a moderna sociedade vive à custa do proletariado<sup>210</sup>. A diferença das condições materiais, económicas, da luta de classes antiga e moderna é tão completa que as suas criaturas políticas respectivas não podem ter mais semelhança umas com as outras que o arcebispo de Cantuária com o pontífice Samuel.

Londres, 23 de Junho de 1869.

Karl Marx

Publicado na segunda edição da obra de Karl Marx O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, publicada em Hamburgo em Julho de 1869.

Publicado segundo o texto da edição de 1869. Traduzido do alemão.

#### PREFÁCIO DE FRIEDRICH ENGELS À TERCEIRA EDIÇÃO ALEMÃ DE 1885

O facto de se ter tornado necessária uma nova edição de *O 18 de Brumário*, trinta e três anos depois da primeira publicação, demonstra que este pequeno escrito nada perdeu do seu valor.

E foi, na realidade, um trabalho genial. Imediatamente depois do acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu sereno, condenado por uns com gritos de indignação moral e aceite por outros como tábuas de salvação contra a revolução e como castigo pelos seus extravios, mas contemplado por todos com assombro e por ninguém entendido, imediatamente depois deste acontecimento Marx surgiu com uma exposição breve, epigramática, em que se explicava na sua conexão interna toda a marcha da história francesa desde as jornadas de Fevereiro, se reduzia o milagre de 2 de Dezembro<sup>211</sup> a um resultado natural e necessário desta conexão, e não era necessário tratar o herói do golpe de Estado a não ser com o desprezo que tinha plenamente merecido. E o quadro foi traçado com tanta mestria que cada nova revelação tornada pública desde então nada mais fez que fornecer novas provas de quão fielmente ele reflecte a realidade. Esta eminente compreensão da história viva do dia-a-dia, esta penetração clara nos acontecimentos, no próprio momento em que se produzem, é, de facto, sem exemplo.

Mas para isso era necessário possuir também o conhecimento tão exacto que Marx possuía da história francesa. A França é o país em que as lutas históricas de classes sempre foram levadas mais do que em nenhum outro lugar ao seu termo decisivo e onde, portanto, as formas políticas mutáveis dentro das quais se movem estas lutas de classes e nas quais se assumem os seus resultados, adquirem os contornos mais acusados. Centro do feudalismo na Idade Média e país modelo da monarquia unitária de estados [ou ordens sociais — *ständische*] desde o Renascimento<sup>212</sup> a França demoliu o feudalismo na grande revolução e fundou a dominação pura da burguesia sob uma forma clássica como nenhum outro país da Europa. Também a luta do proletariado cada vez mais vigoroso contra a burguesia dominante reveste aqui uma forma aguda, desconhecida noutras partes. Esta foi a razão por que Marx não só estudava com especial predilecção a história passada francesa, mas também seguia em todos os seus pormenores a história em curso, reunindo os materiais para os empregar posteriormente, e portanto nunca se via surpreendido pelos acontecimentos.

Mas a isto veio acrescentar-se outra circunstância. Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutra terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais, e que a existência destas classes, e portanto também as colisões entre elas, são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua situação económica, pelo carácter e pelo modo da sua produção e da sua troca, condicionada por estes. Foi também esta lei, que tem para a história o mesmo significado que a lei da transformação da energia para a Ciência da Natureza, que lhe deu aqui a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa<sup>213</sup>. Esta história serviu-lhe para pôr à prova a sua lei, e mesmo trinta e três anos depois, temos ainda que dizer que esta prova foi brilhantemente passada.

F.E.

*Escrito em 1885.  
Publicado no livro:  
Karl Marx, Der Achtzehnte  
Brumaire des Louis Bonaparte,  
Hamburg, 1885.*

*Publicado segundo  
o texto do livro.  
Traduzido do alemão.*

## O 18 DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE<sup>208</sup>

### I

Hegel observa algures que todos os grandes factos e personagens da história universal aparecem como que duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e a outra como farsa. Caussidière por Danton, Louis Blanc por Robespierre, a *Montagne*\* de 1848 a 1851 pela *Montagne* de 1793 a 1795<sup>214</sup>, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura nas circunstâncias em que apareceu a segunda edição do 18 de Brumário!<sup>215</sup>

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com este disfarce de velhice venerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal. Assim, Lutero disfarçou-se de apóstolo Paulo, a revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente com a roupagem da República Romana e do Império Romano, e a revolução de 1848 nada soube fazer de melhor que parodiar aqui 1789 e ali a tradição revolucionária de 1793 a 1795. Assim o principiante que aprendeu uma nova língua: tradu-la sempre para a sua língua materna, mas só se apropria do espírito da nova língua e só é capaz de se exprimir livremente nela quando se move nela sem reminiscências e esquece nela a sua língua original.

\* Ver nota da p. 233. (Nota da edição portuguesa.)

No exame desses esconjuros dos mortos da história universal, mostra-se imediatamente uma diferença que salta aos olhos. Camille Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, tal como os partidos e a massa da velha revolução francesa, cumpriram, sob a roupagem romana e com frases romanas, a missão do seu tempo: libertar das cadeias e instaurar a sociedade *burguesa* moderna. Uns fizeram em pedaços o solo feudal e ceifaram as cabeças feudais que dele tinham brotado. O outro criou no interior de França as condições somente sob as quais se pode desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade fundiária parcelária, aplicar a liberta força produtiva industrial da nação; e do outro lado das fronteiras francesas varreu por toda a parte as formações feudais, tanto quanto isso era necessário para prover a sociedade burguesa em França de um ambiente correspondente, adequado aos tempos, no continente europeu. Uma vez instaurada a nova formação social, desapareceram os colossos antediluvianos, e com eles o romanismo resuscitado: os Brutos, os Gracos, os Públicolas, os tribunos, os senadores e o próprio César. A sociedade burguesa na sua sóbria realidade criara os seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes nos Say, Cousin, Royer-Collard, Benjamin Constant e Guizot; os seus efectivos chefes militares estavam instalados atrás do balcão, e a cabeça de toucinho de Luis XVIII era a sua cabeça política. Completamente absorvida pela produção da riqueza e pela luta pacífica da concorrência, já não se dava conta de que os espectros do tempo dos romanos tinham velado o seu berço. Mas, por muito pouco heroica que a sociedade burguesa seja, para a trazer ao mundo tinham sido necessários, no entanto, o heroísmo, a abnegação, o terror, a guerra civil e as batalhas entre povos. E os seus gladiadores encontravam nas tradições classicamente severas da República Romana os ideais e as formas artísticas, as ilusões de que necessitavam para ocultarem a si próprios o conteúdo burguesamente limitado das suas lutas e para manterem a sua paixão à altura da grande tragédia histórica. Assim, noutra fase de desenvolvimento, um século antes, Cromwell e o povo inglês tomaram de empréstimo ao Antigo Testamento linguagem, paixões e ilusões para a sua revolução burguesa. Uma vez alcançado o objectivo real, cumprida a reorganização burguesa da sociedade inglesa, Locke expulsou Habacuc.

Nessas revoluções, a ressurreição dos mortos servia, pois, para glorificar as novas lutas e não para parodiar as antigas, para exagerar na fantasia a tarefa cometida e não para retroceder face ao seu cumprimento na realidade, para encontrar de

novo o espírito da revolução e não para fazer vaguear outra vez o seu espectro.

Em 1848-1851, apenas errou o espectro da velha revolução, desde Marrast, o *républicain en gants jaunes\**, que se disfarçou de velho Bailly, até ao aventureiro que esconde os seus vulgares e repugnantes traços sob a férrea máscara de morte de Napoleão. Todo um povo que acredita ter-se dado, por meio de uma revolução, uma força de movimento acelerada, encontra-se de súbito remetido para uma época morta, e para que não possa haver ilusão acerca da recaída, reaparecem as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, de há muito caídos na erudição de antiquário, e os velhos esbirros, que de há muito pareciam apodrecidos. A nação parece-se com aquele inglês louco de Bedlam<sup>216</sup> que pensava viver no tempo dos velhos faraós e se lamentava diariamente dos duros trabalhos que tinha que realizar como cavador nas minas de ouro da Etiópia, emparedado naquele cárcere subterrâneo, com uma lâmpada de luz mortífera presa à cabeça, tendo atrás o guarda dos escravos com o seu longo látigo e à saída uma multidão de mercenários bárbaros, que nem entendem os forçados das minas nem se entendem entre si porque não falam nenhuma língua comum. “E tudo isto — suspira o inglês louco — me foi imposto a mim, um cidadão britânico livre, para tirar ouro para os antigos faraós!” “Para pagar as dívidas da família Bonaparte!”, suspira a nação francesa. O inglês, enquanto estava no uso da razão, não podia ver-se livre da ideia fixa de obter ouro. Os franceses, enquanto estavam em revolução, não podiam ver-se livres da recordação napoleónica, como demonstraram as eleições de 10 de Dezembro<sup>217</sup>. Pensando nas panelas de carne do Egipto<sup>218</sup> aspiravam a escapar aos perigos da revolução, e a resposta foi o 2 de Dezembro de 1851<sup>219</sup>. Não só caricaturaram a caricatura do velho Napoleão, caricaturaram o próprio velho Napoleão, tal como ele tem de se apresentar em meados do século XIX.

A revolução social do século XIX não pode tirar a sua poesia do passado, mas apenas do futuro. Não pode começar consigo mesma antes de se limpar de toda a superstição perante o passado. As anteriores revoluções necessitavam de reminiscências da história universal para se dissimularem o seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX tem que deixar os mortos enterrar os seus mortos, para chegar ao seu próprio conteúdo. Ali, a frase ultrapassava o conteúdo; aqui, o conteúdo ultrapassa a frase.

\* Em francês no texto: republicano de luvas amarelas. (Nota da edição portuguesa.)

A revolução de Fevereiro foi um golpe imprevisto, uma *surspresa*, para a velha sociedade, e o povo proclamou este *golpe de mão* inesperado como um acontecimento da história universal com que se abria a nova época. A 2 de Dezembro, a revolução de Fevereiro é escamoteada por um truque de um batoteiro, e o que parece derrubado não é já a monarquia, mas as concessões liberais que lhe tinham sido arrancadas por lutas seculares. Em vez de ser a própria *sociedade* a ter conquistado um novo conteúdo, parece simplesmente que o *Estado* voltou à sua forma mais antiga, à dominação desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina. Assim responde ao *coup de main* de Fevereiro de 1848 o *coup de tête*\* de Dezembro de 1851. Tal como veio, foi-se. No entanto, o intervalo não passou em vão. Durante os anos de 1848 a 1851, a sociedade francesa assimilou, e fê-lo através de um método abreviado, por ser revolucionário, os ensinamentos e as experiências que num desenvolvimento normal, lição após lição, por assim dizer, deveriam ter precedido a revolução de Fevereiro, para que esta tivesse sido algo mais que um estrechamento da superfície. Hoje, a sociedade parece ter retrocedido para lá do seu ponto de partida; na verdade, ela tem apenas que criar o ponto de partida revolucionário, a situação, as relações, as condições, sob as quais somente a revolução moderna se torna séria.

Revoluções burguesas, como a do século XVIII, avançam impetuosamente de êxito em êxito, os seus efeitos dramáticos atropelam-se, os homens e as coisas parecem iluminados por fogos de artifício, o êxtase é o espírito de cada dia; mas estas revoluções têm vida curta, chegam rapidamente ao seu apogeu e um longo mal-estar se apodera da sociedade, antes de ter aprendido a apropriar-se serenamente dos resultados dos seus períodos de ímpeto e tempestade. Em contrapartida, as revoluções proletárias, como as do século XIX, criticam-se constantemente a si próprias, interrompem-se constantemente na sua própria marcha, voltam ao que parecia terminado, para o começar de novo, troçam profunda e cruelmente das hesitações dos lados fracos e da mesquinhez das suas primeiras tentativas, parece que apenas derrubam o seu adversário para que este tire da terra novas forças e volte a levantar-se mais gigantesco frente a elas, retrocedem

\* Jogo de palavras com as expressões francesas *coup de main* (aqui: golpe de mão) e *coup de tête* (sentidos mais frequentes: acção subtil, irreflectida, coisa que passa pela cabeça). (Nota da edição portuguesa.)

constantemente perante a indeterminada enormidade dos seus próprios fins, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e as próprias circunstâncias gritam:

*Hic Rhodus, hic salta!*  
*Aqui está a rosa, dança aqui!*<sup>219</sup>

Aliás, qualquer observador mediano, ainda que não tivesse seguido passo a passo a marcha do desenvolvimento francês, tinha que pressentir que esperava a revolução uma inaudita vergonha. Basta escutar os vaidosos latidos de triunfo com que os senhores democratas se felicitavam mutuamente pelos êxitos milagrosos que esperavam do segundo [domingo do mês] de Maio de 1852<sup>220</sup>. O segundo [domingo do mês] de Maio de 1852 convertera-se nas suas cabeças numa ideia fixa, num dogma, como nas cabeças dos quiliastas<sup>221</sup> o dia em que Cristo devia ressuscitar e começar o reino milenário. A fraqueza tinha devida razão, como sempre, salvação na crença em milagres; acreditava ter vencido o inimigo quando o tinha exconjurado em fantasia, e perdia toda a compreensão do presente perante a glorificação passiva do futuro que a esperava e dos feitos que guardava *in petto*\*, mas que ainda não considerava oportuno revelar. Esses heróis, que se esforçavam por refutar a sua provada incapacidade manifestando-se mútua compaixão e reunindo-se em tropel, tinham recolhido os seus trastes, embolsaram as suas coroas de louro a crédito e dispunham-se precipitadamente a descontar no mercado de letras de câmbio as suas repúblicas *in partibus*<sup>91</sup> para as quais, no segredo do seu ânimo pouco exigente, tinham já providentemente organizado o pessoal de governo. O 2 de Dezembro caiu sobre eles como um raio em céu sereno, e os povos, que em épocas de mau humor pusilânime gostam de deixar que os gritadores mais ruidosos afoguem o seu medo interior, ter-se-ão convencido talvez de que já passaram os tempos em que o grito dos gansos podia salvar o Capitólio<sup>222</sup>.

A Constituição, a Assembleia Nacional, os partidos dinásticos, os republicanos azuis e os vermelhos, os heróis de África<sup>223</sup>, o trovão da tribuna, os relâmpagos da imprensa diária, toda a literatura, os nomes políticos e os renomes intelectuais, a lei civil

\* Em italiano no texto: no peito, isto é, no íntimo. (Nota da edição portuguesa.)

e o direito penal, a *liberté, égalité, fraternité\** e o segundo [domingo do mês] de Maio de 1852 — tudo desapareceu como uma fantasmagoria, perante o passe de magia de um homem que nem os seus próprios inimigos reconhecem como bruxo. O sufrágio universal apenas pareceu sobreviver um momento para fazer o seu testamento pelo seu próprio punho e letra aos olhos do mundo inteiro e poder declarar, em nome do próprio povo: "Tudo o que existe merece perecer."\*\*

Não basta dizer, como fazem os franceses, que a sua nação foi surpreendida. Nem às nações nem às mulheres se perdoa a hora de descuido em que qualquer aventureiro pôde abusar delas pela força. Com estas declarações o enigma não é esclarecido, mas apenas formulado de outro modo. Ficaria por explicar como é que três cavalheiros de indústria puderam surpreender e reduzir ao cativo, sem resistência, uma nação de 36 milhões [de pessoas].

Recapitemos, nos seus traços gerais, as fases percorridas pela revolução francesa desde o 24 de Fevereiro de 1848 até Dezembro de 1851.

Três períodos capitais são inconfundíveis: o período de Fevereiro; de 4 de Maio de 1848 a 28 de Maio de 1849: período de constituição da república ou da Assembleia Nacional Constituinte; de 28 de Maio de 1849 a 2 de Dezembro de 1851: período da república constitucional ou da Assembleia Nacional Legislativa.

O primeiro período, desde 24 de Fevereiro, isto é, desde a queda de Louis-Philippe, até 4 de Maio de 1848, data em que se reúne a Assembleia Constituinte, o período de Fevereiro propriamente dito, pode ser caracterizado como o prólogo da revolução. O seu carácter revelava-se oficialmente no facto de que o governo por ele improvisado se declarou a si próprio provisório, e, que como o governo, tudo o que neste período foi proposto, tentado ou proclamado só o foi provisoriamente. Nada nem ninguém se atrevia a reclamar para si o direito de existir e actuar de um modo real. Todos os elementos que tinham preparado ou determinado a revolução, a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e o

\* Em francês no texto: liberdade, igualdade, fraternidade. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Goethe, *Fausto*, parte I, (*Gabinete de estudo*), expressão de Mefistófeles.

operariado social-democrata encontraram provisoriamente o seu lugar no governo de Fevereiro.

Não podia ser de outro modo. As jornadas de Fevereiro propunham-se primitivamente como objectivo uma reforma eleitoral, que deveria alargar o círculo dos privilegiados políticos dentro da mesma classe possidente e derrubar a dominação exclusiva da aristocracia financeira. Mas, quando rebentou o conflito real, o povo subiu às barricadas, a Guarda Nacional<sup>97</sup> comportou-se passivamente, o exército não opôs uma resistência séria e a realeza fugiu, a república parecia impor-se por si mesma. Cada partido interpretava-a à sua maneira. Arrancada pelo proletariado com as armas na mão, este imprimiu-lhe o seu selo e proclamou-a *república social*. Com isto indicava-se o conteúdo geral da moderna revolução, o qual se encontrava na mais evidente contradição com tudo o que de momento podia ser posto directamente em prática, com o material disponível, o grau de formação alcançado pela massa e nas circunstâncias e relações dadas. Por outro lado, as pretensões de todos os restantes elementos que tinham cooperado na revolução de Fevereiro foram reconhecidas na parte leonina que obtiveram no governo. Por isso, em nenhum período encontramos uma mistura mais variegada de frases altisonantes e insegurança e desamparo efectivos, de aspirações mais entusiastas de inovação e de dominação mais arreigada da velha rotina, de mais aparente harmonia de toda a sociedade e mais profunda alienação [*Entfremdung*] entre os seus elementos. Enquanto o proletariado de Paris se embriagava ainda na visão da grande perspectiva que se abria diante de si e se entregava com toda a seriedade a discussões sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade tinham-se agrupado, reunido, voltado a si e encontrado um apoio inesperado na massa da nação, nos camponeses e pequenos burgueses, que se precipitaram todos de súbito para a cena política, depois de caídas as barreiras da monarquia de Julho<sup>109</sup>.

O segundo período, de 4 de Maio de 1848 até fins de Maio de 1849, é o período da constituição, da fundação da república burguesa. Imediatamente depois das jornadas de Fevereiro, não só a oposição dinástica se viu surpreendida pelos republicanos, os republicanos pelos socialistas, como toda a França por Paris. A Assembleia Nacional, que se reuniu em 4 de Maio de 1848, saída do sufrágio da nação, representava a nação. Era um protesto vivo contra as pretensões das jornadas de Fevereiro e devia reduzir ao nível burguês os resultados da revolução. Em vão o proletariado de Paris, que compreendeu imediatamente o carácter desta Assembleia Nacional, tentou a 15 de Maio<sup>120</sup>, poucos

dias depois de esta se reunir, interromper pela força a sua existência, dissolvê-la, decompor de novo nas suas diferentes partes integrantes a forma orgânica com que o espírito de reacção da nação o ameaçava. Como é sabido, o 15 de Maio não teve outro resultado do que afastar da cena pública durante todo o ciclo que examinamos Blanqui e camaradas, isto é, os efectivos chefes do partido proletário.

À *monarquia burguesa* de Louis-Philippe só pode seguir-se a *república burguesa*; isto é, se em nome do rei tinha dominado uma parte reduzida da burguesia, agora dominará a totalidade da burguesia em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são balelas utópicas, com as quais há que acabar. O proletariado de Paris respondeu a esta declaração da Assembleia Nacional Constituinte com a *insurreição de Junho*<sup>43</sup>, o acontecimento mais colossal na história das guerras civis europeias. Venceu a república burguesa. A seu lado estava a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a ordem média [*Mittelstand*], os pequenos burgueses, o exército, o lumpenproletariado organizado como Guarda Móvel\*, as competências intelectuais, os padres e a população do campo. Ao lado do proletariado de Paris não estava ninguém senão ele próprio. Mais de 3000 insurrectos foram passados pelas armas depois da vitória e 15 000 deportados sem julgamento. Com esta derrota, o proletariado passou para o *plano de fundo* da cena revolucionária. Procurou de novo retomar o seu lugar dianteiro cada vez que o movimento parecia tomar um novo impulso, mas sempre com uma energia debilitada e um resultado mais reduzido. Logo que uma das camadas sociais colocada acima dele entra em fermentação revolucionária, dá-se uma aliança com ela e partilha, assim, todas as derrotas que os diversos partidos sofrem uns após outros. Mas estes golpes sucessivos atenuam-se cada vez mais quanto mais se repartem por toda a superfície da sociedade. Os seus chefes mais importantes na Assembleia Nacional e na imprensa vão caindo uns após outros, vítimas dos tribunais, e são colocadas à sua frente figuras cada vez mais equívocas. Em parte, atira-se para *experiências doutrinárias, bancos de troca e associações operárias, isto é, para um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo, com a ajuda dos grandes meios que lhe são próprios, procurando antes realizar a sua redenção nas costas da sociedade, pela via privada, dentro das suas limitadas condições de existência, e, portanto, necessariamente, fracassa*. Parece que

\* Ver o presente tomo, pp. 224-225. (Nota da edição portuguesa.)

nem pode descobrir novamente em si mesmo a grandeza revolucionária, nem tirar nova energia das alianças de novo concluídas, até que *todas as classes* contra as quais lutou em Junho não estejam por terra a seu lado. Mas, pelo menos, sucumbe com as honras de uma grande luta de alcance histórico-universal; não só a França, mas toda a Europa, tremem perante o terramoto de Junho, enquanto as sucessivas derrotas das classes mais altas são conseguidas com tanta facilidade que só o insolente exagero do partido vencedor as pode em geral fazer passar por acontecimentos, e são tanto mais ignominiosas quanto mais longe fica do proletariado o partido que sucumbe.

Certamente, a derrota dos insurrectos de Junho tinha preparado, aplanado, o terreno em que podia fundar-se e erigir-se a república burguesa; mas, ao mesmo tempo, tinha mostrado que na Europa se discutiam outras questões que não a de “república ou monarquia”. Revelara que aqui *república burguesa* significava despotismo ilimitado de uma classe sobre outras. Demonstrara que em países de velha civilização, com uma formação de classe mais desenvolvida, com condições modernas de produção e com uma consciência espiritual, na qual todas as ideias tradicionais se encontram dissolvidas por um trabalho secular, *a república, em geral, significa apenas a forma de transformação política da sociedade burguesa* e não a sua *forma conservadora de vida*, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, onde já existem classes, mas ainda não fixadas (antes mudando constantemente e cedendo umas às outras as suas partes integrantes, em movimento contínuo), onde os meios modernos de produção, em vez de coincidirem com uma sobrepopulação estagnante, antes suprem a escassez relativa de cabeças e braços, e onde, por último, o movimento febrilmente juvenil da produção material, que tem um mundo novo para dele se apropriar, não deu tempo nem ocasião para eliminar o velho mundo dos espíritos.

Durante as jornadas de Junho, todas as classes e partidos se tinham unido num *partido da ordem* frente à classe proletária, como *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Tinham “salvo” a sociedade dos “*inimigos da sociedade*”. Tinham dado como consigna ao seu exército as palavras de ordem da velha sociedade: “*Propriedade, família, religião, ordem*”, e gritado à cruzada contra-revolucionária: “*Por este sinal vencerás!*”<sup>24</sup>. A partir deste momento, logo que qualquer dos numerosos partidos que se tinham agrupado sob aquele signo contra os insurrectos de Junho tenta defender o campo de batalha revolucionário no seu próprio interesse de classe, sucumbe ao grito de



“Propriedade, família, religião, ordem!”. A sociedade é salva tantas vezes quantas se vai restringindo o círculo dos seus dominadores e um interesse mais exclusivo é defendido contra um interesse mais amplo. Qualquer reivindicação da mais simples reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do republicanismo mais formal, da democracia mais trivial, é ao mesmo tempo castigada como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. E, por fim, os pontífices da “religião e da ordem” vêem-se expulsos eles próprios a pontapé das suas cadeiras píticas<sup>225</sup>, arrancados da cama no meio da noite e do nevoeiro, encafuados em carros celulares, metidos no cárcere ou enviados para o exílio; o seu templo é arrasado, a sua boca é selada, a sua pena quebrada, a sua lei rasgada, em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. Burgueses fanáticos da ordem são espingardeados nas suas varandas pela soldadesca embriagada, a santidade do lar é profanada e as suas casas são bombardeadas como passatempo, em nome da propriedade, da família, da religião e da ordem. As fezes da sociedade burguesa formam por fim a *sagrada falange da ordem*, e o herói Krapülinski\* faz a sua entrada nas Tuilherias como “*salvador da sociedade*”.

## II

Retomemos o fio do desenvolvimento [dos acontecimentos].

A história da *Assembleia Nacional Constituinte* desde as jornadas de Junho é a *história da dominação e da desagregação da fracção burguesa republicana*, daquela fracção que se conhece pelo nome de republicanos tricolores, republicanos puros, republicanos formalistas, etc.

Sob a monarquia burguesa de Louis-Philippe, esta fracção formara a *oposição republicana oficial* e era, portanto, parte integrante reconhecida do mundo político da época. Tinha os seus representantes nas Câmaras e um significativo círculo de influência na imprensa. O seu órgão parisiense, o *National*<sup>112</sup>, era considerado, a seu modo, um órgão tão respeitável como o *Journal des Débats*<sup>122</sup>; a esta posição que ocupava sob a monarquia constitucional correspondia o seu carácter. Não se trata

\* Luís Bonaparte.

de uma fracção da burguesia mantida coesa por grandes interesses comuns e delimitada por condições peculiares de produção. Era uma camarilha de burgueses, escritores, advogados, oficiais e funcionários de ideias republicanas, cuja influência repousava nas antipatias pessoais do país contra Louis-Philippe, nas recordações da velha república, na fé republicana de um certo número de sonhadores e, sobretudo, no *nacionalismo francês*, cujo ódio aos Tratados de Viena<sup>226</sup> e à aliança com a Inglaterra ela atiçava constantemente. Uma grande parte dos apoiantes que o *National* tinha sob Louis-Philippe devia-os a este imperialismo\* dissimulado, que mais tarde, sob a república, pôde enfrentar-se, portanto, com ele, como um concorrente esmagador, na pessoa de Louis Bonaparte. Combatia a aristocracia financeira, como o fazia todo o resto da oposição burguesa. A polémica contra o orçamento, que em França estava ligada à luta contra a aristocracia financeira, oferecia uma popularidade demasiado barata e proporcionava aos *leading articles*\*\* puritanos matéria demasiado rica para que não fosse explorada. A burguesia industrial estava-lhe agradecida pela sua defesa servil do sistema proteccionista francês, que ele, no entanto, preconizava por razões mais nacionais do que de economia nacional; a burguesia, no seu conjunto, estava-lhe agradecida pelas suas odiosas denúncias do comunismo e do socialismo. Para além disso, o partido do *National* era *puramente republicano*, exigia que a dominação da burguesia adoptasse uma forma republicana em vez de uma forma monárquica, e exigia sobretudo a sua parte de leão nesta dominação. Em relação às condições desta transformação, não via absolutamente nada claro. O que, em contrapartida, era para ele claro como a luz do Sol e o que era declarado publicamente nos banquetes da reforma nos últimos tempos do reinado de Louis-Philippe, era a sua impopularidade entre os pequenos burgueses democratas e sobretudo entre o proletariado revolucionário. Estes republicanos puros — os republicanos puros são assim — estavam completamente dispostos a contentar-se de momento com uma regência da Duquesa de Orléans, quando rebentou a revolução de Fevereiro e atribuiu aos seus representantes mais conhecidos um lugar no Governo provisório. Possuíam, de antemão, naturalmente, a confiança da burguesia e a maioria da Assembleia

\* Aqui no sentido de dominação imperial. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em inglês no texto: artigos de fundo. (Nota da edição portuguesa.)

Nacional Constituinte. Da Comissão Executiva que se formou na Assembleia Nacional quando esta se reuniu, foram imediatamente excluídos os elementos *socialistas* do Governo provisório, e o partido do *National* aproveitou-se da eclosão da insurreição de Junho para despedir também a *Comissão Executiva* e desembrasar-se, assim, dos seus rivais mais próximos, os *republicanos pequeno-burgueses* ou *democratas* (Ledru-Rollin, etc.). Cavaignac, o general do partido republicano burguês, que tinha comandado a batalha de Junho, substituiu a Comissão Executiva por uma espécie de poder ditatorial. Marrast, antigo chefe da redacção do *National*, tornou-se o presidente perpétuo da Assembleia Nacional Constituinte, e os ministérios e todos os restantes lugares importantes caíram nas mãos dos republicanos puros.

A fracção burguesa republicana, que tinha vindo a considerar-se desde há muito tempo como a legítima herdeira da monarquia de Julho, encontrou-se assim mais além do que o seu ideal, mas chegou à dominação, não como sonhara sob Louis-Philippe, por uma revolta liberal da burguesia contra o trono, mas por um motim, sufocado a tiro de canhão, do proletariado contra o capital. Aquilo que ela tinha imaginado como o acontecimento *mais revolucionário* foi, na realidade, o *mais contra-revolucionário*. Caiu-lhe o fruto no regaço, mas caiu não da árvore da vida, mas da árvore da ciência.

A exclusiva *dominação dos republicanos burgueses* durou apenas de 24 de Junho até 10 de Dezembro de 1848. Esta resumiu-se na *redacção de uma Constituição republicana* e na *proclamação do estado de sítio em Paris*.

A nova *Constituição*, no fundo, era apenas a edição republicana da Carta Constitucional, de 1830<sup>227</sup>. O censo eleitoral restrito da monarquia de Julho, que excluía da dominação política mesmo uma grande parte da burguesia, era incompatível com a existência da república burguesa. A revolução de Fevereiro proclamara imediatamente, em vez deste censo, o sufrágio universal e directo. Os republicanos burgueses não podiam fazer deste acontecimento algo de não acontecido. Tiveram que contentar-se com acrescentar a determinação restritiva de um domicílio mantido durante seis meses no círculo eleitoral. A antiga organização administrativa, municipal, judicial, militar, etc., manteve-se intacta, ou onde a Constituição a modificou, esta modificação afectou o índice de matérias, não a matéria, o nome, não a coisa.

O inevitável Estado-Maior das liberdades de 1848 — a liberdade pessoal, de imprensa, de palavra, de associação, de reunião,

de ensino, de culto, etc. — recebeu um uniforme constitucional, que as tornava invulneráveis. Com efeito, cada uma destas liberdades foi proclamada como direito *incondicional* do *citoyen\** francês, mas com o comentário adicional de que estas liberdades são ilimitadas na medida em que não são limitadas pelos "*direitos iguais de outros* e pela *segurança pública*", ou por "leis" que precisamente devem mediar esta harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. Por exemplo: "Os cidadãos têm o direito de se associar, de se reunir pacificamente e sem armas, de formular petições e exprimir as suas opiniões por meio da imprensa ou de outro modo. *O uso destes direitos não tem outro limite senão os direitos iguais de outros e a segurança pública.*" (Cap. II da Constituição francesa, § 8.) — "O ensino é livre. A liberdade de ensino deve ser *exercida* nas condições fixadas pela lei e sob o controlo supremo do Estado." (*Loc. cit.*, § 9.) — "O domicílio de qualquer cidadão é inviolável, *salvo* nas condições previstas pela lei." (Cap. II, § 3.) Etc., etc. — Portanto, a Constituição remete constantemente para futuras leis *orgânicas*, que devem precisar aquelas reservas e regulamentar desse modo o uso daquelas liberdades ilimitadas, de modo que não choquem entre si, nem com a segurança pública. E estas leis orgânicas foram promulgadas mais tarde pelos amigos da ordem, e todas essas liberdades regulamentadas de tal modo que a burguesia no uso delas não chocasse com os direitos iguais das outras classes. Onde proíbe completamente "aos outros" estas liberdades, ou consente o seu uso sob condições que são outras tantas ciladas policiais, fá-lo sempre, pura e exclusivamente, no interesse da "*segurança pública*", isto é, da segurança da burguesia, tal como a Constituição prescreve. Posteriormente, ambas as partes invocaram, portanto, com pleno direito, a Constituição: tanto os amigos da ordem, que suprimiam todas aquelas liberdades, como os democratas, que as reivindicavam todas. Cada parágrafo da Constituição contém em si, com efeito, a sua própria antítese, a sua própria câmara alta e câmara baixa: No fraseado geral, a liberdade; na glosa marginal, a supressão da liberdade. Portanto, enquanto se respeitasse o nome da liberdade e apenas se impedisse a sua aplicação efectiva — pela via legal, entende-se —, a existência constitucional da liberdade permanecia íntegra, intacta, por muito que se assassinasse a sua existência *comum*.

No entanto, esta Constituição, convertida em inviolável de

\* Em francês no texto: cidadão. (*Nota da edição portuguesa.*)

um modo tão subtil, era, como Aquiles, vulnerável num ponto; não no calcanhar, mas na cabeça, ou melhor, nas duas cabeças em que se perdia: a *Assembleia Legislativa*, por um lado, e, por outro, o *presidente*. Se se folhear a Constituição, ver-se-á que só os parágrafos em que se determina a relação do presidente com a Assembleia Legislativa são absolutos, positivos, sem contradição, incontornáveis. Com efeito, aqui tratava-se, para os republicanos burgueses, de se porem a si próprios em segurança. Os §§ 45-70 da Constituição estão redigidos de tal forma que a Assembleia Nacional pode eliminar o presidente constitucionalmente, enquanto o presidente só pode eliminar a Assembleia Nacional inconstitucionalmente, apenas na medida em que elimine a própria Constituição. Aqui, ela mesma provoca, pois, o seu violento aniquilamento. Não só consagra a divisão de poderes, como a Carta [Constitucional] de 1830, como a alarga até à contradição insustentável. O *jogo dos poderes constitucionais*, como Guizot chamava às querelas parlamentares entre o poder legislativo e o executivo, joga na Constituição de 1848 constantemente *va banque*\*. De um lado, 750 representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis, que constituem uma Assembleia Nacional incontrolável, indissolúvel e indivisível, uma Assembleia Nacional que goza de onipotência legislativa, que decide em última instância acerca da guerra, da paz e dos tratados comerciais, a única que tem o direito de amnistia e que com a sua permanência ocupa constantemente o primeiro plano da cena. De outro lado, o presidente, com todos os atributos do poder régio, com a faculdade de nomear e demitir os seus ministros, independentemente da Assembleia Nacional, com todos os meios do poder executivo nas suas mãos, sendo ele que distribui todos os lugares e quem, portanto, decide em França da sorte de mais de milhão e meio de existências, que dependem dos 500 000 funcionários e oficiais de todos os graus. Tem sob o seu comando todo o poder armado. Goza do privilégio de indultar delinquentes individuais, de suspender os guardas nacionais, de destituir, de acordo com o Conselho de Estado, os conselheiros gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos. A iniciativa e a direcção de todos os tratados com o estrangeiro estão-lhe reservadas. Enquanto a Assembleia Nacional pisa constantemente o tablado, exposta à luz do dia e à crítica pública, o presidente leva uma vida oculta nos Campos Elíseos e, além disso, tendo sempre cravado nos olhos e no coração o artigo 45

\* Em francês no texto. Expressão cujo sentido é: apostar tudo, arriscar tudo. (Nota da edição portuguesa.)

da Constituição, que todos os dias lhe grita: "*Frère, il faut mourir!*"\*. O teu poder acaba no segundo domingo do lindo mês de Maio do quarto ano da tua eleição! Lá se vai, então, o esplendor, não haverá segunda representação, e se tens dívidas vê a tempo como te arranjas para as pagar com os 600 000 francos que a Constituição te paga, se é que não preferes ir parar a Clichy<sup>228</sup> na segunda-feira do lindo mês de Maio! Se, deste modo, a Constituição atribui ao presidente o poder efectivo, procura assegurar à Assembleia Nacional o poder moral. Para além de ser impossível criar um poder moral através de parágrafos da lei, a Constituição suprime-se aqui outra vez a si própria, na medida em que faz eleger o presidente de todos os franceses por sufrágio directo. Enquanto os votos da França se dispersam entre os 750 deputados à Assembleia Nacional, aqui concentram-se, pelo contrário, num indivíduo. Enquanto cada um dos representantes do povo apenas representa este ou aquele partido, esta ou aquela cidade, esta ou aquela testa de ponte ou mesmo só a necessidade de eleger um qualquer septingentésimo quinquagésimo, sem se olhar muito nem à coisa nem ao homem, *ele é* o eleito da nação, e o acto da sua eleição é o grande trunfo que o povo soberano joga todos os quatro anos. A Assembleia Nacional eleita está numa relação metafísica com a nação, enquanto o presidente eleito está numa relação pessoal. A Assembleia Nacional representa sem dúvida, nos seus diferentes deputados, os múltiplos aspectos do espírito nacional, mas no presidente esse espírito está encarnado. Ele tem face a ela uma espécie de direito divino: é pela Graça do Povo.

Tétis, a deusa do mar, profetizara a Aquiles que morreria na flor da juventude. A Constituição, que tem o seu ponto vulnerável, como Aquiles, tinha também como Aquiles o pressentimento de que morreria de morte prematura. Aos republicanos puros constituintes bastava-lhes deitar do reino das nuvens da sua república ideal um olhar ao mundo profano para se darem conta de como, à medida que se iam aproximando da consumação da sua grande obra de arte legislativa, crescia dia a dia a insolência dos realistas\*\*, dos bonapartistas, dos democratas, dos comunistas, e o seu próprio descrédito, sem que, portanto, Tétis necessitasse de abandonar o mar e lhes confiar o segredo. Tentaram enganar o destino finório-constitucionalmente com o § 111 da Constituição, segundo o qual qualquer proposta de

\* Em francês no texto: Irmão, é preciso morrer!, palavras com que se saudavam entre si os membros da ordem dos monges católicos trapistas. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Isto é, partidários da Realeza. (Nota da edição portuguesa.)

*revisão constitucional* deveria ser votada em três debates sucessivos, com um intervalo de um mês inteiro entre cada debate, por pelo menos três quartos dos votantes, e sempre e quando, além disso, votassem não menos de 500 deputados da Assembleia Nacional. Com isto não faziam mais do que a pobre tentativa de exercer como minoria — porque já se viam profeticamente como tal — um poder que naquele momento, em que dispunham da maioria parlamentar e de todos os meios do poder do governo, se lhes ia escapando dia após dia das débeis mãos.

Finalmente, num parágrafo melodramático, a Constituição confia-se “à vigilância e ao patriotismo de todo o povo francês como de cada francês em particular”, depois de noutro parágrafo anterior ter entregue já os “vigilantes” e “patriotas” aos ternos e criminalíssimos cuidados do Supremo Tribunal, “*haute cour*”, criado expressamente por ela.

Tal era a Constituição de 1848, que foi derrubada a 2 de Dezembro de 1851 não por uma cabeça, mas que caiu ao contacto de um simples chapéu; é certo que este chapéu era o tricórnio de Napoleão.

Enquanto os republicanos burgueses da Assembleia se ocupavam em cavilar, discutir e votar esta Constituição, Cavaignac mantinha, fora da Assembleia, o *estado de sítio em Paris*. O estado de sítio em Paris foi a parteira da Constituinte nas suas dores de parto republicanas. Se mais tarde a Constituição foi mandada para o outro mundo pelas baionetas, não se deve esquecer que também tinha sido guardada no ventre materno e trazida ao mundo pelas baionetas, por baionetas voltadas contra o povo. Os antepassados dos “republicanos honestos” tinham feito dar ao seu símbolo, a bandeira tricolor<sup>114</sup>, a volta à Europa. Eles, por sua vez, fizeram também uma invenção que abriu por si mesma caminho por todo o continente, mas regressando a França com amor sempre renovado, até que acabou por adquirir direito de cidadania em metade dos seus departamentos: o *estado de sítio*. Magnífica invenção, aplicada periodicamente em cada uma das crises sucessivas no curso da revolução francesa! Mas caserna e bivaque, postos assim, periodicamente, sobre a cabeça da sociedade francesa para lhe comprimir o cérebro e fazer dela um ser tranquilo; sabre e mosquete, que periodicamente exerciam a justiça e administravam, exerciam tutela e censura, faziam funções de polícia e serviço de vigilante nocturno; bigode e uniforme periodicamente trombeteados como a sabedoria suprema da sociedade e como reitores da sociedade — não teriam necessariamente caserna e bivaque, sabre e mosquete, bigode e uniforme, que acabar por se lembrar que era melhor

salvar a sociedade de uma vez por todas, proclamando o seu próprio regime como o mais alto de todos e libertando por completo a sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] do cuidado de se governar por si própria? Caserna e bivaque, sabre e mosquete, bigode e uniforme tinham que acabar por se lembrar disso, com tanto mais razão quanto, deste modo, podiam esperar também uma melhor recompensa pelos seus altos serviços, ao passo que limitando-se a decretar periodicamente o estado de sítio e a salvar transitivamente a sociedade por encargo desta ou daquela fracção da burguesia se conseguia pouco de sólido, excepto alguns mortos e feridos e alguns esgares amigáveis de burgueses. Não devia finalmente o militar jogar de uma vez por todas ao estado de sítio no seu próprio interesse e para seu próprio interesse, e ao mesmo tempo sitiar as Bolsas burguesas? Aliás, não esqueçamos, diga-se de passagem, que o coronel Bernard, aquele mesmo presidente da Comissão Militar que sob Cavaignac ajudou a mandar para a deportação, sem julgamento, 15 000 insurrectos, volta a encontrar-se neste momento à cabeça das Comissões Militares que se movimentam em Paris.

Se os republicanos honestos, puros, com a proclamação do estado de sítio em Paris prepararam o viveiro onde deviam nascer os pretorianos do 2 de Dezembro de 1851<sup>229</sup>, merecem pelo contrário o elogio de, em vez de exagerarem o sentimento nacional, como foi o caso sob Louis-Philippe, rastejarem agora, quando dispõem do poder nacional, diante do estrangeiro e de, em vez de libertarem a Itália, deixarem que os austríacos e os napolitanos a reconquistem<sup>230</sup>. A eleição de Louis Bonaparte como presidente, a 10 de Dezembro de 1848, pôs fim à ditadura de Cavaignac e à Constituinte.

No § 44 da Constituição diz-se: “O presidente da República Francesa não deverá ter perdido nunca a sua qualidade francesa.” O primeiro presidente da República Francesa, L. N. Bonaparte, não só tinha perdido a sua qualidade francesa, não só tinha sido agente especial da polícia inglesa, como era inclusive um suíço naturalizado<sup>231</sup>.

Já expus noutro lugar o significado das eleições de 10 de Dezembro\*. Não voltarei aqui sobre isto. Basta observar aqui que foram uma *reacção dos camponeses*, que tinham tido que pagar o custo da revolução de Fevereiro, contra as restantes classes da nação, uma *reacção do campo contra a cidade*. Esta reacção encontrou grande eco no exército, ao qual os republica-

\* Ver o presente tomo, pp. 243-245. (Nota da edição portuguesa.)

nos do *National* não tinham dado fama nem aumento de soldo; entre a grande burguesia, que saudava Bonaparte como ponte para a monarquia; entre os proletários e os pequenos burgueses, que o saudavam como flagelo de Cavaignac. Mais adiante terei ocasião de examinar mais pormenorizadamente a atitude dos camponeses para com a revolução francesa.

A época que vai desde 20 de Dezembro de 1848 até à dissolução da Constituinte em Maio de 1849, abarca a história da decadência dos republicanos burgueses. Depois de terem fundado uma república para a burguesia, de terem expulso do campo de luta o proletariado revolucionário e reduzido provisoriamente ao silêncio a pequena burguesia democrática, vêem-se eles próprios postos à margem pela massa da burguesia, que com justo direito embarga esta república como *propriedade sua*. Mas esta massa burguesa era realista\*. Uma parte dela, os grandes proprietários fundiários, tinha dominado sob a *Restauração*<sup>130</sup> e era, portanto, *legitimista*. A outra parte, os aristocratas financeiros e os grandes industriais, tinha dominado sob a monarquia de Julho, e era, portanto, *orleanista*<sup>92</sup>. Os altos dignitários do Exército, da Universidade, da Igreja, do *barreau*\*\* da Academia e da Imprensa repartiam-se entre ambos os campos, embora em diversa proporção. Aqui, na república burguesa, que não ostentava o nome de *Bourbon* nem o nome de *Orléans* mas o nome de *Capital*, tinham encontrado a forma de Estado sob a qual podiam dominar *conjuntamente*. Já a insurreição de Junho os tinha unido no "partido da ordem"<sup>129</sup>. Agora tratava-se sobretudo de pôr de parte a camarilha dos republicanos burgueses que ocupavam ainda os assentos da Assembleia Nacional! E tudo o que estes republicanos puros tinham tido de brutais para abusar da força física contra o povo, tiveram-no agora de cobardes, de pusilânimes, de tímidos, de impotentes e de incapazes de lutar para manter o seu republicanismo e o seu direito de legisladores face ao poder executivo e aos realistas. Não tenho que relatar aqui a história ignominiosa da sua desintegração. Não caíram, acabaram-se. A sua história terminou para sempre, e no período seguinte já só figuram, tanto dentro como fora da Assembleia, como recordações, recordações que parecem reviver de novo logo que se trata do mero nome de República e tantas vezes quantas o conflito revolucionário ameaça descer até ao nível mais baixo. Observo de passagem que o jornal que deu o nome a

\* Ver nota\*\* da p. 431. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: foro. (Nota da edição portuguesa.)

este partido, o *National*, se converteu no período seguinte ao socialismo.

Antes de terminar com este período, temos que deitar ainda um olhar retrospectivo aos dois poderes, um dos quais anulou o outro em 2 de Dezembro de 1851, enquanto desde 20 de Dezembro de 1848 até à dissolução da Constituinte viveram em relações conjugais. Referimo-nos, por um lado, a Louis Bonaparte, e, por outro lado, ao partido dos realistas coligados, ao partido da ordem, ao partido da grande burguesia. Ao tomar posse da presidência, Bonaparte formou imediatamente um ministério do partido da ordem, à frente do qual pôs Odilon Barrot, que era, *nota bene*\*, o antigo dirigente da fracção mais liberal da burguesia parlamentar. Finalmente, o senhor Barrot tinha caçado o ministério cujo espectro o perseguia desde 1830 e, mais ainda, a presidência do ministério; mas não como o tinha imaginado sob Louis-Philippe, como chefe mais avançado da oposição parlamentar, mas com a missão de matar um parlamento e como aliado de todos os seus inimigos jurados, os jesuítas e os legitimistas. Por fim, pôde casar-se com a noiva, mas só depois de esta ter sido já prostituída. O próprio Bonaparte, eclipsou-se aparentemente por completo. Aquele partido actuava por ele.

Logo no primeiro conselho de ministros se decidiu a expedição a Roma, que se acordou realizar nas costas da Assembleia Nacional e arrancando a esta os meios sob um falso pretexto. Assim começou a coisa, vigarizando a Assembleia Nacional e com uma conspiração secreta com as potências absolutistas estrangeiras contra a república revolucionária romana. Do mesmo modo e com a mesma manobra, Bonaparte preparou o *coup*\*\* de 2 de Dezembro contra a Assembleia Legislativa realista e a sua república constitucional. Não esqueçamos que o mesmo partido, que em 20 de Dezembro de 1848 formava o ministério de Bonaparte, formava a 2 de Dezembro de 1851 a maioria da Assembleia Legislativa.

A Constituinte tinha decidido em Agosto não se dissolver antes de elaborar e promulgar toda uma série de leis orgânicas complementares da Constituição. O partido da ordem propôs-lhe em 6 de Janeiro de 1849, por meio do representante Râteau, que não tocasse nas leis orgânicas e decidiu antes a sua *própria dissolução*. Não só o ministério, com o senhor Odilon Barrot à cabeça, mas todos os membros realistas da Assembleia Nacional

\* Em latim no texto: nota bem, note-se. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: golpe. (Nota da edição portuguesa.)

lhe fizeram saber neste momento, em tom imperativo, que a sua dissolução era necessária para restabelecer o crédito, para consolidar a ordem, para pôr fim àquela indeterminação provisória e criar um estado de coisas definitivo; disse-lhe que entorpecia a actividade do novo governo e só procurava alongar a sua existência por rancor, que o país estava cansado dela. Bonaparte tomou nota de todas estas invectivas contra o poder legislativo, aprendeu-as de cor, e, a 2 de Dezembro de 1851, demonstrou aos realistas parlamentares que tinha aprendido com eles. Repetiu contra eles as suas próprias palavras de ordem.

O ministério Barrot e o partido da ordem foram mais longe. Fizeram com que de toda a França se dirigissem *petições à Assembleia Nacional* pedindo a esta o mais amigavelmente possível que desaparecesse. Deste modo, lançaram na batalha contra a Assembleia Nacional, expressão constitucionalmente organizada do povo, as suas massas não organizadas. Ensinaram Bonaparte a apelar para o povo contra as assembleias parlamentares. Por fim, a 29 de Janeiro de 1849, chegou o dia em que a Constituinte deveria resolver o problema da sua própria dissolução. A Assembleia Nacional encontrou o edifício em que se realizavam as suas sessões ocupado militarmente; Changarnier, o general do partido da ordem, em cujas mãos se encontrava o comando supremo da Guarda Nacional e das tropas de linha, realizou em Paris uma grande revista de tropas, como em vésperas de uma batalha, e os realistas coligados declararam cominatoriamente à Constituinte que se não se mostrasse submissa seria utilizada a força. Mostrou-se submissa e regateou apenas um prazo brevíssimo de vida. Que foi o 29 de Janeiro se não o *coup d'état* de 2 de Dezembro de 1851, só que executado pelos realistas juntamente com Bonaparte contra a Assembleia Nacional republicana? Esses senhores não se deram conta ou não quiseram dar-se conta de que Bonaparte se serviu do 29 de Janeiro de 1849 para fazer com que desfilasse diante dele, pelas Tulherias, uma parte das tropas, e agarrou-se avidamente a esta primeira demonstração pública do poder militar contra o poder parlamentar, para sugerir Calígula<sup>232</sup>. Claro que eles não viam senão o seu Changarnier.

Um motivo que levou especialmente o partido da ordem a encurtar violentamente a vida da Constituinte foram as leis *orgânicas* complementares da Constituição, como a lei do ensino, a lei dos cultos, etc. Aos realistas coligados interessava extremamente fazerem eles próprios estas leis e não deixar que elas fossem feitas pelos republicanos já desconfiados. Entre estas leis orgânicas figurava também, no entanto, uma lei sobre a responsabilidade do presidente da república. Em 1851, a Assem-

bleia Legislativa ocupava-se precisamente da redacção desta lei, quando Bonaparte antecipou este *coup* com o *coup* de 2 de Dezembro. Que não teriam dado os realistas coligados, na sua campanha parlamentar do Inverno de 1851, para a terem encontrado pronta, a lei sobre a responsabilidade! E redigida, além disso, por uma Assembleia desconfiada, rancorosa, republicana!

Depois de a própria Constituinte ter quebrado em 29 de Janeiro a sua última arma, o ministério Barrot e os amigos da ordem acoossaram-na até à morte, não deixaram por fazer nada que pudesse humilhá-la e arrancaram à sua debilidade e à sua falta de confiança em si mesma leis que lhe custaram o último resíduo de respeito de que ainda gozava entre o público. Bonaparte, ocupado com a sua ideia fixa napoleónica, foi suficientemente audaz para explorar publicamente esta degradação do poder parlamentar. Com efeito, quando em 8 de Maio de 1849 a Assembleia Nacional dá um voto de censura ao ministério pela ocupação de Civitavecchia\* por Oudinot e ordena que se reduza a expedição romana à sua pretensa finalidade, Bonaparte publicou no *Moniteur*<sup>115</sup>, na tarde do mesmo dia, uma carta a Oudinot na qual o felicita pelos seus feitos heróicos, e se apresenta já, por oposição aos plunitivos parlamentares, como o generoso protector do exército. Os realistas riram-se disso. Tomaram-no simplesmente por *dupe*\*\* . Por fim, quando Marrast, presidente da Constituinte, considerou em perigo por um momento a segurança da Assembleia Nacional, e, apoiando-se na Constituição, requereu um coronel com o seu regimento, o coronel negou-se a obedecer, invocou a disciplina e remeteu Marrast para Changarnier, que o despachou ironicamente, com a observação de que não gostava de *baionnettes intelligentes*\*\*\*. Em Novembro de 1851, quando os realistas coligados quiseram começar a luta decisiva contra Bonaparte, procuraram com o seu célebre *projecto de lei sobre os questores*<sup>233</sup>, que fosse adoptado o princípio da requisição directa das tropas pelo presidente da Assembleia Nacional. Um dos seus generais, Le Flô, tinha subscrito o projecto de lei. Em vão Changarnier votou a favor da proposta e Thiers prestou homenagem à circumspecta sageza da antiga Constituinte. O *ministro da Guerra, St.-Arnaud*, respon-

\* Ver o presente tomo, pp. 255-257. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: *lorpa*, aquele que é ludibriado sem sequer dar por isso. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\* Em francês no texto: *baionetas inteligentes*. (Nota da edição portuguesa.)

deu-lhe como Changarnier tinha respondido a Marrast, e entre os gritos de aplauso da *Montagne*!

Foi assim que o próprio *partido da ordem*, quando ainda não era Assembleia Nacional, quando apenas era ministério, estigmatizou o *regime parlamentar*. E põe-se a gritar quando, a 2 de Dezembro de 1851, este regime é desterrado de França!

Desejamos-lhe feliz viagem!

### III

Em 28 de Maio de 1849 reuniu-se a Assembleia Nacional Legislativa. A 2 de Dezembro de 1851 foi dissolvida. Este período abarca a vida da *república constitucional ou parlamentar*.

Na primeira Revolução francesa, ao domínio dos *constitucionais* segue-se o domínio dos *girondinos*, e ao domínio dos *girondinos*, o domínio dos *jacobinos*<sup>234</sup>. Cada um destes partidos apoia-se no mais avançado. Logo que impulsionou a revolução o suficiente para não a poder seguir, e muito menos para poder encabeçá-la, é substituído e enviado para a guilhotina pelo aliado, mais intrépido, que está atrás dele. A revolução move-se deste modo numa linha ascensional.

Na revolução de 1848 é ao contrário. O partido proletário aparece como apêndice do pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este em 16 de Abril<sup>121</sup>, em 15 de Maio e nas jornadas de Junho. Por sua vez, o partido democrático apoia-se nos ombros do republicano burguês. Mal os republicanos burgueses se crêem seguros sacodem o camarada incómodo e apoiam-se, por sua vez, nos ombros do partido da ordem. O partido da ordem levanta os seus ombros, deixa cair os republicanos burgueses às cambalhotas e salta, por sua vez, para os ombros do poder armado. E quando crê que está ainda sentado sobre os seus ombros, um belo dia verifica que os ombros se converteram em baionetas. Cada partido bate por trás no que o empurra para a frente e apoia-se por diante no que o empurra para trás. Não é de estranhar que, nesta ridícula postura, perca o equilíbrio e caia por terra entre estranhas cabriolas, depois de ter feito os trejeitos inevitáveis. Deste modo, a revolução move-se em linha descendente. É neste movimento de retrocesso que se encontra ainda, antes de removida a última barricada de Fevereiro e de constituído o primeiro órgão de autoridade revolucionária.

O período que temos perante nós abarca a mistura mais variegada de clamorosas contradições: constitucionais que conspiram declaradamente contra a Constituição, revolucionários que confessam declaradamente ser constitucionais, uma Assembleia Nacional que quer ser onipotente e permanece constantemente parlamentar; uma *Montagne* que encontra a sua vocação na resignação e apara os golpes das suas derrotas presentes com a profecia de vitórias futuras; realistas que são os *patres conscripti*\* da república e que são obrigados pela situação a manter no estrangeiro as casas reais inimigas, de que são partidários, e a sustentar em França a república, que odeiam; um poder executivo que encontra na sua própria debilidade a sua força, e a sua respeitabilidade no desprezo que inspira; uma república que não é senão a infâmia combinada de duas monarquias, da Restauração e da monarquia de Julho, com uma etiqueta imperialista\*\*; alianças cuja primeira cláusula é a separação; lutas cuja primeira lei é a indecisão; em nome da calma uma agitação desenfreada e vaga; em nome da revolução os mais solenes sermões a favor da tranquilidade; paixões sem verdade; verdades sem paixão; heróis sem feitos heróicos; história sem acontecimentos; desenvolvimento cuja única força motriz parece ser o calendário, cansativo pela constante repetição das mesmas tensões e distensões; oposições que apenas parecem agudizar-se periodicamente para se embotar e decair, sem poderem ser resolvidas; esforços pretensiosamente ostentados e temores burgueses perante o perigo do fim do mundo e ao mesmo tempo os salvadores deste tecido as mais mesquinhas intrigas e comédias palacianas, que no seu *laissez aller*\*\*\* recordam, mais que o Juízo Final, os tempos da Fronda<sup>235</sup>; o génio colectivo oficial da França ultrajado pela estupidez finória de um só indivíduo; a vontade colectiva da nação, sempre que fala no sufrágio universal, procura a sua expressão correspondente nos inimigos empedernidos dos interesses das massas, até que, por último, a encontra na vontade obstinada de um flibusteiro. Se há alguma passagem da história pintada de cinzento sobre fundo cinzento, é esta. Homens e acontecimentos aparecem como um Schlemihle ao contrário, como sombras que perderam os seus corpos. A revolução mesma paralisa os seus próprios portadores e só dota

\* Em latim no texto: literalmente, pais conscritos, designação honorífica dos senadores da Roma antiga. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Isto é: do Império. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\* Em francês no texto: deixar andar. (Nota da edição portuguesa.)

de violência apaixonada os seus adversários. E quando, por fim, aparece o "espectro vermelho", constantemente evocado e esconjurado pelos contra-revolucionários, não aparece com o barrete frígido anarquista na cabeça, mas com o uniforme da ordem, em *calções vermelhos*.

Vimos: o ministério que Bonaparte instalou em 20 de Dezembro de 1848, dia da sua ascensão\*, era um ministério do partido da ordem, da coligação legitimista e orleanista. Este ministério, Barrot-Falloux, sobrevivera à Constituinte republicana, cuja vida ele tinha encurtado de um modo mais ou menos violento, e empunhava ainda o leme. Changarnier, o general dos realistas coligados, continuava a concentrar na sua pessoa o comando geral da primeira divisão militar e da Guarda Nacional de Paris. Finalmente, as eleições gerais tinham assegurado ao partido da ordem a grande maioria na Assembleia Nacional. Aqui, os deputados e os pares de Louis-Philippe encontraram-se com um rancho sagrado de legitimistas para os quais numerosos boletins de voto da nação se tinham transformado em entradas para a cena política. Os deputados bonapartistas eram demasiado esparsos para poder formar um partido parlamentar independente. Apareciam apenas como uma *mauvaise queue*\*\* do partido da ordem. Como vemos, o partido da ordem estava na posse do poder governamental, do exército e do corpo legislativo: numa palavra, todos os poderes do Estado, e encontrava-se fortalecido moralmente pelas eleições gerais que faziam aparecer a sua dominação como vontade do povo, e pela vitória simultânea da contra-revolução em todo o continente europeu.

Nunca um partido abriu a campanha com meios mais abundantes nem sob melhores auspícios.

*Os republicanos puros* naufragados viram-se reduzidos na Assembleia Nacional Legislativa a uma *clique*\*\*\* de 50 homens, e à sua frente os generais africanos Cavaignac, Lamoricière e Bedeau. Mas o grande partido da oposição era constituído pela *Montagne*. O partido *social-democrata* tinha dado a si próprio este nome de baptismo parlamentar. Dispunha de mais de 200 dos 750 votos da Assembleia Nacional e era, portanto, pelo menos tão forte como qualquer das três fracções do partido da ordem tomadas de per si. A sua minoria relativa face a toda a coligação realista parecia ser compensada por circunstâncias

\* Maneira irónica de designar a entrada no Eliseu, residência oficial do presidente da República francesa. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: apêndice mau. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\* Em francês no texto: camarilha, bando. (Nota da edição portuguesa.)

especiais. Não apenas porque as eleições departamentais tinham mostrado que este partido tinha ganho simpatias consideráveis entre a população do campo. Contava, além disso, nas suas fileiras com quase todos os deputados de Paris, o exército tinha feito uma profissão de fé democrática através da eleição de três oficiais subalternos, e o chefe da *Montagne*, Ledru-Rollin, ao contrário de todos os representantes do partido da ordem, tinha sido elevado à categoria da nobreza parlamentar por cinco departamentos que tinham concentrado o seu voto nele. Portanto, em 28 de Maio de 1849, dados os inevitáveis choques dos realistas entre si e os de todo o partido da ordem com Bonaparte, a *Montagne* parecia ter por si todos os elementos de êxito. Catorze dias mais tarde tinha perdido tudo, incluindo a honra.

Antes de prosseguir com a história parlamentar, são indispensáveis algumas observações, para evitar os erros correntes acerca do carácter global da época que nos ocupa. Segundo a maneira de ver dos democratas, aquilo de que se trata durante o período da Assembleia Nacional Legislativa como durante o do período da Constituinte é a simples luta entre republicanos e realistas. O próprio movimento resumem-no porém numa palavra-chave: "*reacção*", noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite salmodiar todos os seus habituais lugares-comuns, próprios do seu papel de vigilante nocturno. E, certamente, à primeira vista, o partido da ordem parece um novelo de diversas fracções realistas, que não só intrigam umas contra as outras para cada qual elevar ao trono o seu próprio pretendente e eliminar o do partido contrário, como, além disso, se unem todos no ódio comum e nos ataques comuns contra a "república". Em contraposição a esta conspiração realista, a *Montagne* aparece como a representante da "república". O partido da ordem aparece constantemente ocupado numa "reacção" que, nem mais nem menos que na Prússia, vai contra a imprensa, contra a associação, etc., e se traduz, tal como na Prússia, em brutais ingerências policiais da burocracia, da *gendarmérie*\* e dos tribunais. Por sua vez, a "*Montagne*" está constantemente ocupada com não menos zelo em repelir estes ataques, defendendo assim os "eternos direitos humanos", como todo o partido que se diz popular o vem fazendo desde há mais ou menos século e meio. No entanto, examinando mais de perto a situação e os partidos, esfuma-se esta aparência superficial, que encobre a *luta das classes* e a peculiar fisionomia deste período.

\* Em francês no texto: gendarmaria. (Nota da edição portuguesa.)



Legitimistas e orleanistas formavam, como fica dito, as duas grandes fracções do partido da ordem. O que ligava estas fracções aos seus pretendentes e mutuamente as separava seria apenas as flores-de-lis<sup>126</sup> e a bandeira tricolor, a Casa de Bourbon e a Casa de Orléans, diferentes matizes do realismo, seria, em geral, a sua profissão de fé realista? Sob os Bourbons governara a *grande propriedade fundiária*, com os seus padres e os seus lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o grande comércio, isto é *o capital*, com todo o seu séquito de advogados, professores e bem-falantes. A realeza legítima era simplesmente expressão política da dominação herdada dos senhores da terra, do mesmo modo que a monarquia de Julho era apenas a expressão política da dominação usurpada dos arrivistas burgueses. O que, portanto, separava estas fracções não eram nenhuns pretensos princípios, eram as suas condições materiais de vida, duas espécies diferentes de propriedade; era a velha oposição entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e a propriedade fundiária. Que, ao mesmo tempo, havia velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, artigos de fé e princípios que os mantinham unidos a uma ou outra casa real, quem o nega? Sobre as diversas formas de propriedade e sobre as condições sociais de existência ergue-se toda uma superestrutura de sensações, ilusões, modos de pensar e visões da vida diversos e formados de um modo peculiar. A classe inteira cria-os e forma-os a partir das suas bases materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, a quem afluem por tradição e educação, pode imaginar que constituem os verdadeiros princípios determinantes e o ponto de partida do seu agir. Se os orleanistas e os legitimistas, se cada fracção procurava convencer-se a si própria e convencer as outras de que o que as separava era a lealdade às suas casas reais, os factos demonstraram mais tarde que eram mais os seus interesses divididos aquilo que impedia a união das duas casas reais. E assim como na vida privada se distingue entre aquilo que um homem pensa e diz de si próprio e aquilo que realmente é e faz, nas lutas históricas há que distinguir ainda mais entre as frases e o que os partidos imaginam e o seu organismo efectivo e os seus interesses efectivos, entre a representação que têm e a sua realidade. Orleanistas e legitimistas encontraram-se na república uns junto com os outros e com idênticas pretensões. Se cada parte queria impor à outra a *restauração* da sua *própria* casa real, isto apenas significava uma coisa: que cada um dos *dois grandes interesses* em que se divide a *burguesia* — propriedade fundiária e capital — aspirava a res-

taurar a sua própria supremacia e a subordinação do outro. Falamos de dois interesses da burguesia, pois a grande propriedade fundiária, apesar da sua coqueteria feudal e do seu orgulho de casta, estava completamente aburguesada pelo desenvolvimento da sociedade moderna. Também os *tories* em Inglaterra imaginaram durante muito tempo que se entusiasmavam com a monarquia, a Igreja e as belezas da velha Constituição inglesa, até que chegou o dia do perigo e lhes arrancou a confissão de que só se entusiasmavam com a *renda da terra*.

Os realistas coligados intrigavam uns contra os outros na imprensa, em Ems<sup>139</sup>, em Claremont<sup>140</sup>, fora do parlamento. Nos bastidores, voltavam a vestir as suas velhas librés orleanistas e legitimistas e retomavam os seus velhos torneios. Mas na cena pública, nas suas acções principais\*, como grande partido parlamentar, despachavam as suas respectivas casas reais com simples reverências e adiam a restauração da monarquia *in infinitum*\*\*.

Cumpriam o seu verdadeiro ofício como *partido da ordem*, isto é, sob um título *social* e não sob um título *político*, como representantes da ordem burguesa e não como cavaleiros de alguma princesa errante, como classe burguesa face a outras classes e não como realistas face a republicanos. E, como partido da ordem, exerceram uma dominação mais ilimitada e mais dura sobre as restantes classes da sociedade do que a que tinham alguma vez exercido sob a Restauração ou sob a monarquia de Julho, como só era possível exercê-la sob a forma da república parlamentar, pois só sob esta forma podiam unir-se os dois grandes sectores da burguesia francesa, e portanto pôr na ordem do dia a dominação da sua classe em vez do regime de uma fracção privilegiada dela. Se, apesar disto e também como partido da ordem, insultavam a república e exprimiam aversão por ela, não era apenas por recordações realistas. O instinto ensinava-lhes que, embora a república tivesse culminado a sua dominação política, minava ao mesmo tempo a sua base social, pois agora enfrentavam as classes subjugadas e tinham que lutar contra elas sem mediação, sem a cobertura da coroa, sem poder desviar o interesse nacional através das suas lutas subalternas entre si e contra a realeza. Era um sentimento de debilidade o que os fazia retroceder tremendo perante as condições puras da sua dominação de classe e suspirar pelas formas mais incompletas, menos desen-

\* Ver nota\* da p. 235. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em latim no texto: para o infinito, indefinidamente. (Nota da edição portuguesa.)

volvidas e precisamente por isso menos perigosas da sua dominação. Pelo contrário, sempre que os realistas coligados entravam em conflito com o pretendente que se lhes contrapunha, com Bonaparte, sempre que acreditavam que o poder executivo fazia perigar a sua onipotência parlamentar, sempre que tinham que exhibir, portanto, o título político da sua dominação, actuavam como *republicanos* e não como *realistas*. Desde o orleanista Thiers, que adverte a Assembleia Nacional de que a república é o que menos os separa, até ao legitimista Berryer, que em 2 de Dezembro de 1851, cingido com a faixa tricolor, arenga como tribuno, em nome da república, ao povo congregado diante do edifício da sede do décimo *arrondissement*\*. Claro está que o ecotroicista lhe respondia com este grito: Henri V! Henri V!\*\*

Frente à burguesia coligada formara-se uma coligação de pequenos burgueses e operários, o chamado partido *social-democrata*. Os pequenos burgueses viram-se mal recompensados depois das jornadas de Junho de 1848, viram em perigo os seus interesses materiais e postas em causa pela contra-revolução as garantias democráticas que deviam assegurar-lhes a possibilidade de fazer valer esses interesses. Aproximaram-se, portanto, dos operários. Por outro lado, a sua representação parlamentar, a *Montagne*, posta à margem durante a ditadura dos republicanos burgueses, tinha reconquistado durante a última metade da vida da Constituinte, com a luta contra Bonaparte e os ministros realistas, a sua perda de popularidade. Tinha estabelecido uma aliança com os chefes socialistas. Em Fevereiro de 1849 festejou-se com banquetes a reconciliação. Esboçou-se um programa comum, criaram-se comités eleitorais comuns e proclamaram-se candidatos comuns. Às reivindicações sociais do proletariado limou-se-lhes a ponta revolucionária e deu-se-lhes uma volta democrática; às exigências democráticas da pequena burguesia retirou-se a sua forma meramente política e afixou-se a sua ponta socialista. Assim nasceu a *social-democracia*. A nova *Montagne*, resultado desta combinação, continha, prescindindo de alguns figurantes da classe operária e de alguns sectários socialistas, os mesmos elementos que a velha *Montagne*, só que numericamente mais fortes. Mas tinha mudado, no decurso do desenvolvimento, com a classe que representava. O carácter peculiar da social-democracia consiste em exigir instituições democrático-republi-

\* Em francês no texto: bairro, divisão administrativa. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Henrique V! Henrique V!

canas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia. Por diferentes que possam ser as medidas propostas para alcançar este fim, por muito que se possa revestir por representações mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Este conteúdo é a transformação da sociedade por via democrática, mas uma transformação dentro do quadro da pequena burguesia. Não se tenha a representação limitada segundo a qual a pequena burguesia quer impor, por princípio, um interesse egoísta de classe. Ela crê, pelo contrário, que as condições *particulares* da sua emancipação são as condições *gerais* fora das quais a sociedade moderna não pode ser salva nem se pode evitar a luta das classes. Também não se deve imaginar que os representantes democráticos são todos *shopkeepers*\* ou pessoas que se entusiasmassem com eles. Podem estar a um mundo de distância deles, pela sua cultura e pela sua situação individual. O que os faz representantes do pequeno burguês é que a sua cabeça não ultrapassa os limites que aquele não ultrapassa na vida; que, portanto, são teoricamente impulsionados para as mesmas tarefas e soluções para as quais o interesse material e a situação social impulsionaram, praticamente, aquele. Tal é, em geral, a relação existente entre os *representantes políticos e literários* de uma classe e a classe que eles representam.

Por tudo o exposto se torna por si mesmo evidente que se a *Montagne* luta constantemente contra o partido da ordem em torno da república e dos chamados direitos do homem, nem a república nem os direitos do homem são o seu fim último, do mesmo modo que um exército a quem se quer retirar as armas e que se defende não se lança no terreno da luta apenas para ficar na posse das suas armas.

Logo na abertura da Assembleia Nacional, o partido da ordem provocou a *Montagne*. A burguesia sentia agora a necessidade de acabar com os democratas pequeno-burgueses, tal como um ano antes tinha compreendido a necessidade de acabar com o proletariado revolucionário. Mas a situação do adversário era diferente. A força do partido proletário estava na rua, e a dos pequenos burgueses na própria Assembleia Nacional. Tratava-se, pois, de os tirar da Assembleia Nacional para a rua e fazer com que eles próprios destroçassem a sua força parlamen-

\* Em inglês no texto: lojistas. (Nota da edição portuguesa.)

tar antes que tivessem tempo e ocasião para a consolidar. A *Montagne* correu para a armadilha à rédea solta.

O isco que lhe deitaram foi o bombardeamento de Roma pelas tropas francesas\*. Este bombardeamento infringia o artigo V da Constituição, que proíbe a República Francesa de empregar as suas forças armadas contra as liberdades de outro povo. Além disso, o artigo 54 proibia também qualquer declaração de guerra pelo poder executivo sem a aprovação da Assembleia Nacional, e a Constituinte tinha desautorizado a expedição romana, com a sua resolução de 8 de Maio. Baseando-se nestas razões, Ledru-Rollin apresentou a 11 de Junho de 1849 uma acta de acusação contra Bonaparte e os seus ministros. Atiçado pelas ferroadas de vespa de Thiers, deixou-se mesmo arrastar para a ameaça de que estavam dispostos a defender a Constituição por todos os meios, até com as armas na mão. A *Montagne* levantou-se como *um só homem* e repetiu este apelo às armas. A 12 de Junho, a Assembleia Nacional rejeitou a acta de acusação, e a *Montagne* abandonou o parlamento. Os acontecimentos de 13 de Junho são conhecidos: a proclamação de uma parte da *Montagne* declarando "fora da Constituição" Bonaparte e os seus ministros; a procissão de rua dos guardas nacionais democráticos, que, desarmados como iam, se dispersaram rapidamente quando se encontraram com as tropas de Changarnier, etc., etc. Uma parte da *Montagne* fugiu para o estrangeiro, outra parte foi entregue ao Supremo Tribunal de Bourges<sup>131</sup>, e um regulamento parlamentar submeteu o resto à vigilância de mestre-escola do presidente da Assembleia Nacional. Em Paris foi declarado novamente o estado de sítio, e a parte democrática da sua Guarda Nacional foi dissolvida. Assim se destroçava a influência da *Montagne* no parlamento e a força dos pequenos burgueses em Paris.

Em Lyon, onde o 13 de Junho tinha dado o sinal para um sangrento levantamento operário, foi também declarado o estado de sítio, que se tornou extensivo aos cinco departamentos circundantes, situação que dura até ao momento actual.

O grosso da *Montagne* traiu a sua vanguarda, recusando-se a assinar a sua proclamação. A imprensa desertou, na medida em que só dois jornais se atreveram a publicar o pronunciamento. Os pequenos burgueses traíram os seus representantes: os guardas nacionais não apareceram, ou onde apareceram foi para impedir que se levantassem barricadas. Os representantes tinham

\* Ver o presente tomo, pp. 255-257. (Nota da edição portuguesa.)

enganado os pequenos burgueses, já que os pretensos aliados do exército não foram vistos em parte alguma. Finalmente, em vez de retirar um suplemento de força do proletariado, o partido democrático contagiou-o com a sua própria debilidade, e, como costuma acontecer com os altos feitos democráticos, os chefes tiveram a satisfação de poder acusar o seu "povo" de deserção, e o povo a de poder acusar de fraude os seus chefes.

Rara vez se tinha anunciado uma acção com mais estrépito que a campanha iminente da *Montagne*, rara vez se tinha trombeteado um acontecimento com mais segurança e com mais antecedência que a vitória inevitável da democracia. Indubitavelmente: os democratas acreditam nas trombetas, ante cujos toques as muralhas de Jericó ruíram. E sempre que se defrontam com os muros do despotismo tentam repetir o milagre. Se a *Montagne* queria vencer no parlamento, não devia ter apelado para as armas. E se apelava para as armas no parlamento, não devia portar-se parlamentarmente na rua. Se a manifestação pacífica era um propósito sério, era estúpido não prever que seria recebida belicosamente. E se se pensava numa luta efectiva, era original depor as armas com que essa luta devia ser travada. Mas as ameaças revolucionárias dos pequenos burgueses e dos seus representantes democráticos não são mais do que tentativas para intimidar o adversário. E quando se vêem num beco sem saída, quando estão já suficientemente comprometidos para se verem obrigados a executar as suas ameaças, fazem-no de um modo equívoco, evitam sobretudo os meios para alcançar os fins, esforçam-se por encontrar pretextos para a derrota. A abertura estrepitosa que anunciava o combate perdeu-se num resmungo surdo assim que o combate teve de começar, os actores deixaram de se levar *au sérieux\** e a acção abateu-se lamentavelmente, como um balão cheio de ar que se fura com uma agulha.

Nenhum partido exagera mais perante si próprio os seus meios do que o democrático, nenhum se engana com mais ligeireza sobre a situação. Porque uma parte do exército votou a seu favor, a *Montagne* estava já convencida de que o exército se sublevaria por ela. E com que motivo? Com um motivo que, do ponto de vista das tropas, não tinha qualquer outro sentido senão o de que os revolucionários tomavam o partido dos soldados romanos contra os soldados franceses. Por outro lado, estavam ainda demasiado frescas as recordações do mês de Junho de 1848 para que não tivessem de existir uma profunda antipatia do

\* Em francês no texto: *a sério*. (Nota da edição portuguesa.)

proletariado contra a Guarda Nacional e uma desconfiança completa dos chefes das sociedades secretas contra os chefes democráticos. Para aplanar estas diferenças, seria necessário que estivessem em jogo grandes interesses comuns. A violação de um parágrafo abstracto da Constituição não podia representar tal interesse. Acaso não tinha já sido violada repetidas vezes a Constituição, segundo asseguravam os próprios democratas? E acaso os jornais mais populares não a tinham estigmatizado como um refugio contra-revolucionário? Mas o democrata, como representa a pequena-burguesia, isto é, uma *classe de transição*, na qual os interesses das duas classes se embotam uns contra os outros, julga-se estar acima da oposição de classes em geral. Os democratas reconhecem que têm pela frente uma classe privilegiada, mas eles, com toda a restante nação que os circunda, constituem o *povo*. O que eles representam é o *direito do povo*, o que lhes interessa é o *interesse do povo*. Por isso, quando se prepara uma luta, não necessitam de examinar os interesses e as posições das diferentes classes. Não necessitam de ponderar demasiado escrupulosamente os seus próprios meios. Basta-lhes dar o sinal, para que o *povo*, com todos os seus recursos inesgotáveis, caia sobre os *opressores*. E se, ao pôr a coisa em prática, se verifica que os seus interesses não interessam e o seu poder é impotente, a culpa é dos sofistas corruptores, que separam o *povo indivisível* em vários campos inimigos, ou do exército, demasiado embrutecido e cego para ver nos fins puros da democracia o melhor para ele, ou então fracassou tudo por um pormenor de execução, ou surgiu um acaso imprevisível que fez malograr a partida por esta vez. Em todo o caso, o democrata sai da derrota mais ignominiosa tão imaculado como inocente entrou nela, com a convicção readquirida de que tem que vencer, não de que ele próprio e o seu partido têm que abandonar a velha posição, mas que, pelo contrário, são as condições que têm que amadurecer para se porem de acordo com ele.

Por isso não devemos fazer uma ideia demasiado infeliz da *Montagne* dizimada, destroçada e humilhada pelo novo regulamento parlamentar. Se o 13 de Junho afastou os seus chefes, por outro lado abriu caminho a competências subalternas, a quem esta nova posição lisonjeava. Se a sua impotência no parlamento já não deixava lugar para dúvidas, isto dava-lhes também o direito de limitar a sua acção a acessos de indignação moral e a declamações ruidosas. Se o partido da ordem fingia ver corporizados neles, como últimos representantes oficiais da revolução, todos os horrores da anarquia, isto permitia-lhes comportar-se na realidade com tanto maior trivialidade e humildade. E do

13 de Junho consolavam-se com esta profunda tirada: Mas, se se ousar tocar no sufrágio universal, ah, então! Então verão quem nós somos! *Nous verrons!*\*

No que se refere aos *montagnards*\*\* fugidos para o estrangeiro, basta observar aqui que Ledru-Rollin, dado que tinha conseguido arruinar irremissivelmente em menos de duas semanas o potente partido à frente do qual estava, julgou-se chamado a formar um governo francês *in partibus*<sup>91</sup>; que, ao longe, afastada do campo de acção, a sua figura parecia ganhar em estatura à medida que baixava o nível da revolução e as grandezas oficiais da França oficial se iam tornando mais anãs; que pôde figurar como pretendente republicano para 1852; que dirigia circulares periódicas aos valáquios e a outros povos, nas quais se ameaçava os déspotas do continente com os seus feitos e os dos seus aliados. Acaso faltaria por completo a razão a Proudhon quando gritou a estes senhores: "*Vous n'êtes que des blagueurs!*"\*\*\*?

A 13 de Junho, o partido da ordem não só tinha quebrado a força da *Montagne*, como tinha imposto a *submissão da Constituição às decisões da maioria da Assembleia Nacional*. E entendia assim a república: que a burguesia dominava aqui sob formas parlamentares, sem encontrar uma barreira, como sob a monarquia, no veto do poder executivo ou na dissolubilidade do parlamento. Isto era a *república parlamentar*, como lhe chamava Thiers. Mas, se a 13 de Junho a burguesia assegurou a sua onipotência no seio do parlamento, não condenava ela o próprio parlamento a uma debilidade incurável face ao poder executivo e ao povo, na medida em que repudiava a parte mais popular da Assembleia? Ao entregar numerosos deputados, sem mais cerimónias, à requisição dos tribunais, suprimia a sua própria imunidade parlamentar. O regulamento humilhante que impôs à *Montagne* elevava o presidente da república na mesma medida em que rebaixava cada um dos representantes do povo. Ao estigmatizar como anarquista, como destinada a subverter a sociedade, a insurreição em defesa do regime constitucional, a burguesia proibia a si própria o apelo à insurreição quando o poder executivo violasse contra ela a Constituição. E a ironia da história quis que a 2 de Dezembro de 1851 o general que bom-

\* Em francês no texto: Veremos! (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\* Em francês no texto: montanheses, membros ou deputados do partido da Montanha. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\*\* Em francês no texto: Não sois mais que uns fala-barato! (*Nota da edição portuguesa.*)

bardeou Roma por ordem de Bonaparte, dando assim o motivo imediato para o motim constitucional de 13 de Junho, *Oudinot*, fosse apresentado ao povo, em tom implorativo e em vão, pelo partido da ordem, como o general da Constituição contra Bonaparte. Outro herói do 13 de Junho, *Vieyra*, que da tribuna da Assembleia Nacional colheu elogios pelas brutalidades por ele cometidas nas sedes de jornais democráticos, à frente de um bando de guardas nacionais pertencentes à alta finança, este mesmo Vieyra estava no segredo da conspiração de Bonaparte e contribuiu essencialmente para cortar à Assembleia Nacional, à hora da sua morte, toda a protecção por parte da Guarda Nacional.

O 13 de Junho tinha, além disso, outro sentido. A *Montagne* tinha querido forçar a entrega de Bonaparte aos tribunais. Portanto, a sua derrota era uma vitória directa para Bonaparte, o triunfo pessoal deste sobre os seus inimigos democráticos. O partido da ordem tinha conseguido a vitória e Bonaparte apenas tinha tido que embolsá-la. Assim fez. A 14 de Junho pôde ler-se nos muros de Paris uma proclamação na qual o presidente, como que sem a sua participação, resistindo, obrigado simplesmente pela força dos acontecimentos, sai do seu recato claustral, queixa-se, como a virtude ofendida, das calúnias dos seus adversários, e identifica antes a causa da ordem com a sua pessoa. Além disso, a Assembleia Nacional tinha aprovado, embora depois de realizada, a expedição contra Roma, tendo a iniciativa da mesma corrido a cargo de Bonaparte. Depois de reinstalar no Vaticano o pontífice Samucl, podia esperar entrar nas Tulherias como rei David<sup>236</sup>. Tinha ganho os padres.

O motim de 13 de Junho limitou-se, como vimos, a uma pacífica procissão de rua. Contra ele não se podia, portanto, ganhar louros de guerra. No entanto, numa época tão pobre em heróis e em acontecimentos, o partido da ordem converteu esta batalha sem efusão de sangue num segundo Austerlitz<sup>237</sup>. A tribuna e a imprensa exaltaram o exército como poder da ordem oposto às massas do povo, representando a impotência da anarquia, e Changarnier, como o "baluarte da sociedade". Uma mistificação em que ele próprio acabou por acreditar. Mas, pela calada foram afastados de Paris os corpos que pareciam duvidosos, os regimentos onde as eleições tinham dado os resultados mais democráticos foram desterrados de França para Argélia, as cabeças irrequietas que havia entre as tropas foram enviadas para companhias disciplinares, e, por último, fecharam sistematicamente a imprensa ao quartel e o quartel à sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*].

Chegamos aqui à viragem decisiva na história da Guarda Nacional francesa. Em 1830, tinha decidido a queda da Restauração. Sob Louis-Philippe, cada motim em que a Guarda Nacional estivera do lado das tropas fracassara. Quando, nas jornadas de Fevereiro de 1848, se mostrou passiva para com a insurreição e equívoca para com Louis-Philippe, este deu-se por perdido, e estava perdido. Assim se foi enraizando a convicção de que a revolução não podia vencer *sem* a Guarda Nacional, nem o exército podia vencer *contra* ela. Era a fé supersticiosa do exército na onnipotência burguesa [*bürgerliche*]. As jornadas de Junho de 1848, em que toda a Guarda Nacional, com as tropas de linha, sufocou a insurreição, tinham reforçado esta fé supersticiosa. Depois de Bonaparte ter subido ao governo a posição da Guarda Nacional desceu de certo modo, pela fusão anticonstitucional do seu comando com o comando da primeira divisão militar na pessoa de Changarnier.

Tal como o comando da Guarda Nacional aqui aparecia como um atributo do alto comando militar, assim ela própria aparecia apenas como um apêndice das tropas de linha. Por fim, a 13 de Junho foi destroçada. E não apenas pela sua dissolução parcial, que desde aquele tempo se repetiu periodicamente em todos os pontos de França e dela só deixou ruínas. A manifestação de 13 de Junho foi, sobretudo, uma manifestação dos guardas nacionais democráticos. É certo que não opuseram ao exército as suas armas mas apenas os seus uniformes, mas neste uniforme residia precisamente o talismã. O exército convenceu-se de que o tal uniforme era um trapo de lã como outro qualquer. O encanto foi quebrado. Nas jornadas de Junho de 1848, a burguesia e a pequena burguesia, na qualidade de Guarda Nacional, estiveram unidas com o exército contra o proletariado; em 13 de Junho de 1849, a burguesia fez com que o exército dispersasse a Guarda Nacional pequeno-burguesa; em 2 de Dezembro de 1851 a Guarda Nacional da burguesia desapareceu ela própria, e Bonaparte constatou apenas este facto ao assinar, depois, o decreto da sua dissolução. Foi assim que a burguesia quebrou ela mesma a sua última arma contra o exército, mas não tinha outro remédio senão quebrá-la a partir do momento em que a pequena burguesia já não estava atrás dela como vasallo, mas diante dela como rebelde, do mesmo modo que tinha necessariamente que destruir — em geral, com as suas próprias mãos, a partir do momento em que ela mesma se tornou absolutista — todos os seus meios de defesa contra o absolutismo.

Entretanto, o partido da ordem festejava a reconquista de um poder, que, em 1848, apenas parecia ter perdido para voltar a

encontrá-lo livre dos seus entraves, em 1849, com invectivas contra a república e a Constituição, com a maldição de todas as revoluções passadas, presentes e futuras, incluindo as que os seus próprios chefes tinham feito, e com leis que amordaçavam a imprensa, destruíam o direito de associação e sancionavam o estado de sítio como instituto orgânico. Depois, a Assembleia Nacional suspendeu as suas sessões desde meados de Agosto até meados de Outubro, após ter nomeado uma comissão permanente para o período que durasse a sua ausência. Durante estas férias, os legitimistas conspiraram com Ems, os orleanistas com Claremont, Bonaparte em digressões principescas, os conselhos departamentais em consultas sobre a revisão constitucional, casos que se repetem com regularidade durante as férias periódicas da Assembleia Nacional e nos quais entrarei logo que se convertam em acontecimentos. Aqui, assinalamos apenas que a Assembleia Nacional actuou impoliticamente ao desaparecer da cena durante tão longo intervalo, deixando que apenas aparecesse à frente da república *uma* figura, mesmo tão lamentável como a de Louis Bonaparte, enquanto o partido da ordem, para escândalo do público, se decompunha nas suas partes integrantes realistas e se deixava levar pelos seus divergentes apetites de restauração. Sempre que, durante estas férias, emudecia o ruído confuso do *parlamento* e o seu corpo se dissolvia na nação, ninguém podia deixar de ver que apenas faltava *uma coisa* para consumir a verdadeira figura desta república: tornar permanentes as suas férias e substituir o seu lema: *liberté, égalité, fraternité*, pelas inequívocas palavras: *Infanterie, Cavalerie, Artillerie!*\*

#### IV

Em meados de Outubro de 1849 a Assembleia Nacional reuniu-se de novo. A 1 de Novembro, Bonaparte surpreendeu-a com uma mensagem em que anunciava a destituição do ministério Barrot-Falloux e a formação de um novo ministério. Nunca se expulsaram lacaios do seu posto com menos cerimónia do que Bonaparte os seus ministros. Os pontapés destinados à Assembleia Nacional eram recebidos, de momento, por Barrot e Companhia.

O ministério Barrot era composto, como vimos, por legiti-

\* Em francês no texto: Infantaria, cavalaria, artilharia! (Nota da edição portuguesa.)

mistas e orleanistas, era um ministério do partido da ordem. Bonaparte precisara dele para dissolver a Constituinte republicana, realizar a expedição contra Roma e destroçar o partido democrático. Tinha-se eclipsado aparentemente por detrás deste ministério, abandonado o poder do governo nas mãos do partido da ordem e pondo a máscara de modéstia que sob Louis-Philippe usava o gerente responsável dos jornais, a máscara do *homme de paille*\*. Agora tirou a máscara, que já não era um véu subtil por detrás do qual podia ocultar a sua fisionomia, mas a máscara de ferro que o impedia de mostrar uma fisionomia própria. Tinha constituído o ministério Barrot para fazer saltar, em nome do partido da ordem, a Assembleia Nacional republicana; destituiu-o para declarar o seu próprio nome independente da Assembleia Nacional do partido da ordem.

Pretextos plausíveis para esta destituição não faltavam. O ministério Barrot descuidava inclusive as formas de decoro que teriam feito aparecer o presidente da república como um poder ao lado da Assembleia Nacional. Durante as férias da Assembleia Nacional, Bonaparte publicou uma carta dirigida a Edgar Ney na qual parecia desaproveitar a actuação não liberal do papa\*\*, do mesmo modo que tinha publicado, em oposição à Constituinte, outra carta na qual elogiava Oudinot pelo seu ataque contra a República Romana\*\*\*. Ao ser votado na Assembleia Nacional o orçamento da expedição romana, Victor Hugo, por um pretenso liberalismo, pôs à discussão essa carta. O partido da ordem afogou entre exclamações incrédulas de desprezo a ideia de que as ideias de Bonaparte pudessem ter qualquer peso político. Nenhum dos ministros aceitou o desafio. Noutra ocasião, Barrot, com o seu conhecido *pathos* oco, deixou escapar da tribuna palavras de indignação contra as "manobras abomináveis" em que, seguindo o seu testemunho, andavam metidas as pessoas mais próximas do presidente. Por fim, o ministério, ao mesmo tempo que fazia aprovar pela Assembleia Nacional uma pensão de viuvez para a Duquesa de Orléans, rejeitava todas as propostas para aumentar a lista civil presidencial. E, em Bonaparte, o pretendente imperial fundia-se tão intimamente com o cavalheiro de indústria arruinado, que uma grande ideia, a da sua missão de restaurar o império, era sempre complementada com outra: a de que o povo francês tinha a missão de pagar as suas dívidas.

\* Em francês no texto: homem de palha. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Pio IX.

\*\*\* Ver o presente tomo, p. 257. (Nota da edição portuguesa.)

O ministério Barrot-Falloux foi o primeiro e o último *ministério parlamentar* a que Bonaparte deu vida. Por isso a sua destituição assinala uma viragem decisiva. Com ele, o partido da ordem perdeu, para nunca mais o recuperar, um posto indispensável para a formação do regime parlamentar, o manejo do poder executivo. Compreende-se imediatamente que num país como a França, onde o poder executivo dispõe de um exército de funcionários de mais de meio milhão de indivíduos e tem portanto constantemente sob a sua dependência mais incondicional uma massa imensa de interesses e existências, onde o Estado manietta, controla, regulamenta, vigia e tutela a sociedade civil, desde as suas manifestações mais amplas de vida até às suas vibrações mais insignificantes, desde as suas modalidades mais gerais de existência até à existência privada dos indivíduos, onde este corpo parasitário adquire, pela mais extraordinária centralização, uma onnipresença, uma omnisciência, uma capacidade acelerada de movimento e uma elasticidade que só encontram correspondência na dependência desamparada, na disformidade incoerente do corpo social efectivo, compreende-se que em semelhante país, ao perder a possibilidade de dispor dos postos ministeriais, a Assembleia Nacional perdia toda a influência efectiva, se ao mesmo tempo não simplificasse a administração do Estado, não reduzisse o mais possível o exército de funcionários e finalmente não deixasse a sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] e a opinião pública criar os seus órgãos próprios, independentes do poder do governo. Mas, o *interesse material* da burguesia francesa está precisamente entretido do modo mais íntimo com a conservação dessa extensa e ramificadíssima máquina do Estado. Coloca aqui a sua população excedente e completa sob a forma de vencimentos do Estado o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado, o seu *interesse político* obrigava-a a aumentar diariamente a repressão e, portanto, os meios e o pessoal do poder do Estado, ao mesmo tempo que se via obrigada a travar uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e a mutilar e a paralisar com desconfiança os órgãos independentes de movimento da sociedade, lá onde não conseguia amputá-los por completo. Deste modo, a burguesia francesa via-se forçada, pela sua situação de classe, por um lado, a aniquilar as condições de vida de todo o poder parlamentar, incluindo, portanto, o seu próprio, e, por outro, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil.

O novo ministério chamava-se ministério d'Hautpoul. Não porque o general d'Hautpoul tivesse obtido o cargo de presidente do Conselho. Com Barrot, Bonaparte tinha suprimido ao mesmo

tempo esta dignidade, que condenava, certamente, o presidente da república à nulidade legal de um rei constitucional, mas de um rei constitucional sem trono e sem coroa, sem ceptro e sem espada, sem irresponsabilidade, sem a posse imprescritível da suprema dignidade do Estado e, o mais fatal de tudo, sem lista civil. O ministério d'Hautpoul contava apenas com um homem de renome parlamentar, o judeu *Fould*, um dos membros de pior reputação da alta finança. Tocou-lhe em sorte o ministério das Finanças. Consultem-se as cotações da Bolsa de Paris e ver-se-á que, a partir de 1 de Novembro de 1849, os fundos franceses sobem e descem com as subidas e descidas das acções bonapartistas. Tendo encontrado assim os seus associados na Bolsa, Bonaparte apoderou-se, ao mesmo tempo, da polícia através da nomeação de Carlier para prefeito da polícia de Paris.

No entanto, as consequências da mudança de ministério só podiam revelar-se no curso do desenvolvimento. De momento, Bonaparte apenas tinha dado um passo em frente para poder de maneira mais evidente ser empurrado para trás. À sua grosseira mensagem, seguiu-se a declaração mais servil de submissão à Assembleia Nacional. Sempre que os ministros faziam a tímida tentativa de apresentar como projectos de lei os seus caprichos pessoais, eles próprios pareciam apenas cumprir contra vontade e obrigados pela sua situação ordens cómicas de cujo insucesso estavam de antemão convencidos. Sempre que Bonaparte, nas costas dos ministros, deixava escapar as suas intenções e jogava com as suas "*idées napoléoniennes*"<sup>238</sup>, os seus próprios ministros o desautorizavam do alto da tribuna da Assembleia Nacional. Parecia que os seus apetites de usurpação apenas se faziam ouvir para que não se aplacassem os risos maliciosos dos seus adversários. Comportava-se como um génio ignorado, considerado por todo o mundo como um simples de espírito. Jamais foi objecto do desprezo de todas as classes de um modo mais completo como durante este período. Jamais a burguesia dominou de modo mais incondicional, jamais ostentou com mais jactância as insígnias da sua dominação.

Não tenho que escrever aqui a história da sua actividade legislativa, que se resume, durante este período, a duas leis: a lei que restabelece o *imposto sobre o vinho* e a *lei do ensino*, que suprime a incredulidade [religiosa]. Se se colocava aos franceses obstáculos para beberem vinho, em contrapartida servia-se-lhes com tanto maior abundância a água da verdadeira vida. Se na lei sobre o imposto do vinho a burguesia declarava intangível o antigo odioso sistema fiscal francês, com a lei do ensino tentava assegurar o antigo estado de espírito das massas, que lho fazia

suportar. Causa espanto ver os orleanistas, os burgueses liberais, estes velhos apóstolos do voltairianismo e da filosofia ecléctica, confiar aos seus inimigos hereditários, os jesuítas, a administração do espírito francês. Orleanistas e legitimistas podiam divergir quanto ao pretendente à coroa, mas compreendiam que a sua dominação coligada exigia a união dos meios de opressão de duas épocas, que os meios de submissão da monarquia de Julho tinham de ser completados e reforçados com os meios de submissão da Restauração.

Os camponeses, defraudados em todas as suas esperanças, oprimidos mais do que nunca, por um lado, pelo baixo nível dos preços dos cereais e, por outro lado, pela crescente carga das contribuições e do endividamento hipotecário, começaram a agitar-se nos departamentos. Foi-lhes respondido com uma batida contra os mestres-escolas, que foram submetidos aos eclesiásticos, com uma batida contra os *maires*, contra os presidentes das câmaras, que foram submetidos ao prefeito, e com um sistema de espionagem a que todos ficaram submetidos. Em Paris e nas grandes cidades, a própria reacção apresenta a fisionomia da sua época e provoca mais do que reprime. No campo, torna-se baixa, vulgar, mesquinha, opressiva, vexatória, numa palavra: gendarme. Compreende-se até que ponto três anos de regime do gendarme, benzido pelo regime do padre, tinham que desmoralizar massas imaturas.

Qualquer que fosse a soma de paixão e de declamação que o partido da ordem pudesse verter da tribuna da Assembleia Nacional contra a minoria, os seus discursos permaneciam monossilábicos, como os do cristão cujas palavras devem ser: sim, sim; não, não. Monossilábicos na tribuna e monossilábicos na imprensa. Insonsos como uma adivinha cuja solução se sabe de antemão. Quer se trate do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou do comércio livre, dos clubes ou da organização municipal, da protecção da liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento do Estado, a palavra de ordem repete-se sempre, o tema é sempre o mesmo, a sentença está sempre preparada e reza invariavelmente: "*Socialismo!*" É apresentado como *socialista* mesmo o liberalismo burgues, como *socialista* a ilustração burguesa, como *socialista* a reforma financeira burguesa. Era *socialista* construir um caminho-de-ferro onde havia já um canal e *socialista* defender-se com um pau quando se é atacado com uma espada.

E isto não era mera maneira de falar, moda, táctica de partido. A burguesia tinha a percepção correcta de que todas as armas por ela forjadas contra o feudalismo se voltavam contra

ela mesma, de que todos os meios de cultura criados por ela se rebelavam contra a sua própria civilização, de que todos os deuses que tinha criado a abandonavam. Compreendia que todas as chamadas liberdades civis [*bürgerliche Freiheiten*] e os órgãos de progresso atacavam e ameaçavam, ao mesmo tempo, na base social e no vértice político, a sua *dominação de classe* e, portanto, tinham-se convertido em "*socialistas*". Nesta ameaça e neste ataque achava com razão o segredo do socialismo, cujo sentido e cuja tendência ela julga mais correctamente do que se pode julgar a si próprio o chamado socialismo, que não pode compreender por isso como a burguesia se fecha obstinadamente contra ele, quer gema sentimentalmente sobre os sofrimentos da humanidade, quer anuncie cristãmente o reino milenário e a fraternidade universal, quer tagarele humanisticamente sobre o espírito, a cultura, a liberdade, quer congemine doutrinariamente um sistema da conciliação e do bem-estar de todas as classes. O que ela não compreendia era a consequência de que o seu *próprio regime parlamentar*, de que a sua *dominação política* em geral tinha que cair também sob a condenação geral, como *socialista*. Enquanto a dominação da classe burguesa não se tivesse integralmente organizado, não tivesse adquirido a sua expressão política pura, também não podia destacar-se de modo puro a oposição das outras classes, nem podia, lá onde se destacasse, tomar o carácter perigoso que converte toda a luta contra o poder do Estado numa luta contra o capital. Quando em cada vibração de vida da sociedade via um perigo para a "tranquilidade", como podia empenhar-se em manter à cabeça da sociedade o *regime do intranquilidade*, o seu próprio regime, o *regime parlamentar*, este regime que, segundo a expressão de um dos seus oradores, vive na luta e pela luta? O regime parlamentar vive da discussão; como pode ele proibir a discussão? Todo o interesse, toda a instituição social se transformam aqui em ideias gerais, são tratadas como ideias; como, pois, algum interesse, alguma instituição poderão situar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A luta dos oradores na tribuna provoca a luta dos plunitivos na imprensa, o clube de debates do parlamento é necessariamente complementado com os clubes de debates dos salões e das tabernas, os representantes que apenam continuamente para a opinião do povo autorizam a opinião do povo a expressar em petições a sua efectiva opinião. O regime parlamentar entrega tudo à decisão das maiorias; como, pois, não irão as grandes maiorias querer decidir fora do parlamento? Se os que estão nos cumes do Estado tocam violino, que coisa há de mais natural do que os que estão em baixo dancem?



Portanto, quando a burguesia excomunga como “socialista” o que antes exaltava como “liberal”, confessa que o seu próprio interesse lhe ordena que evite os perigos do seu *autogoverno*, que para poder impor a tranquilidade no país tem que impô-la em primeiro lugar ao seu parlamento burguês, que para manter intacto o seu poder social tem que enfraquecer o seu poder político; que o burguês privado só pode continuar a explorar outras classes e a gozar pacificamente da propriedade, da família, da religião e da ordem com a condição de a sua classe ser condenada com as outras classes à mesma nulidade política; que para salvar a bolsa há que renunciar à coroa, e que a espada que a devia proteger tem que pender ao mesmo tempo sobre a sua própria cabeça como a espada de Dâmocles.

No campo dos interesses gerais da burguesia, a Assembleia Nacional mostrou-se tão improdutiva que, por exemplo, os debates sobre o caminho-de-ferro Paris-Avignon, iniciados no Inverno de 1850, ainda não estavam prontos para ser concluídos em 2 de Dezembro de 1851. Onde não se tratava de reprimir, de actuar reaccionariamente, estava condenada a uma esterilidade incurável.

Enquanto o ministério de Bonaparte tomava, em parte, a iniciativa de leis no espírito do partido da ordem e, em parte, exagerava ainda mais a sua severidade na execução e manejo das mesmas, ele, por outro lado, tentava, através de propostas puerilmente néscias, ganhar popularidade, tornar manifesta a sua oposição com a Assembleia Nacional e dar a entender por um designio secreto que só as condições o impediam momentaneamente de abrir ao povo francês os seus tesouros ocultos. Assim, a proposta de decretar um aumento de quatro *sous*\* por dia para os soldos dos oficiais subalternos. Assim, a proposta de criar um banco para conceder empréstimos [sob compromisso] de honra aos operários. Obter dinheiro oferecido e emprestado: eis aqui a perspectiva com que esperava que as massas mordessem o anzol. Oferecer e receber emprestado: a isso se limita a ciência financeira do lupenproletariado, tanto do distinto como do vulgar. A isto se limitavam as molas que Bonaparte sabia pôr em movimento. Nunca um pretendente especulou mais tacanhamente com a ticanhez das massas.

A Assembleia Nacional encolerizou-se repetidas vezes perante estas tentativas inegáveis de ganhar popularidade à sua

\* Em francês no texto: moeda de cinco cêntimos. (Nota da edição portuguesa).

custa, perante o perigo crescente de que este aventureiro, espoado pelas dívidas e que não podia ser contido pelo receio de perder qualquer reputação adquirida, ousasse um golpe desesperado. O desacordo entre o partido da ordem e o presidente tinha tomado um carácter ameaçador, quando um acontecimento inesperado voltou a lançar este, arrependido, nos braços daquele. Referimo-nos às *eleições parciais de 10 de Março de 1850*. Estas eleições realizaram-se para preencher os lugares de deputados que a prisão ou o exílio tinham deixado vagos depois do 13 de Junho. Paris apenas elegeu candidatos sociais-democratas. Concentrou inclusive a maioria dos votos num insurrecto de Junho de 1848, em de Flotte. A pequena burguesia de Paris, aliada ao proletariado, vingava-se assim da sua derrota de 13 de Junho de 1849. Parecia que se tinha retirado do campo de batalha no momento de perigo apenas para voltar a pisá-lo, com uma massa maior de forças combatentes e com uma palavra de ordem de guerra mais audaz, quando a ocasião se apresentava propícia. Uma circunstância parecia aumentar o perigo desta vitória eleitoral. O exército votou em Paris pelo insurrecto de Junho, contra La Hitte, um ministro de Bonaparte, e nos departamentos votou em grande parte pelos *montagnards*, que também aqui, ainda que de um modo não tão decisivo como em Paris, afirmaram a supremacia sobre os seus adversários.

Bonaparte viu-se, de súbito, colocado outra vez frente à revolução. Tal como em 29 de Janeiro de 1849, tal como em 13 de Junho de 1849, em 10 de Março de 1850 desapareceu atrás do partido da ordem. Inclinou-se, pediu pusilanimemente perdão, ofereceu-se para nomear qualquer ministério que a maioria parlamentar ordenasse, suplicou inclusive aos chefes de partido, orleanistas e legitimistas, aos Thiers, aos Berryer, aos Broglie, aos Molé, numa palavra, aos chamados burgraves<sup>154</sup>, que em pessoa empunhassem o leme do Estado. O partido da ordem não soube aproveitar este momento único. Em vez de tomar audazmente o poder que lhe ofereciam, não obrigou sequer Bonaparte a repor o ministério destituído em 1 de Novembro; contentou-se em humilhá-lo através do perdão e em integrar no ministério d’Hautpoul o senhor *Baroche*. Este Baroche, como acusador público, tinha entrado em fúria uma vez contra os revolucionários de 15 de Maio e outra contra os democratas de 13 de Junho, perante o Supremo Tribunal de Bourges, de ambas as vezes por atentado contra a Assembleia Nacional. Nenhum dos ministros de Bonaparte contribuiria mais para desprestigiar a Assembleia Nacional, e depois do 2 de Dezembro de 1851 voltamos a encontrá-lo, bem instalado e esplendidamente retribuído, como

vice-presidente do Senado. Tinha cuspidido na sopa dos revolucionários, para que depois Bonaparte a comesse.

Pelo seu lado, o Partido Social-Democrata apenas parecia procurar pretextos para pôr de novo em causa a sua própria vitória e quebrar-lhe o gume. Vidal, um dos deputados recém-eleitos em Paris, tinha sido eleito também por Estrasburgo. Convenceram-no a rejeitar o mandato de Paris e a optar pelo de Estrasburgo. Portanto, em vez de dar à sua vitória no terreno eleitoral um carácter definitivo, obrigando com isso o partido da ordem a disputar-lha imediatamente no Parlamento; em vez de empurrar assim o adversário para a luta no momento do entusiasmo popular e aproveitando o estado de espírito favorável do exército, o partido democrático aborreceu Paris durante os meses de Março e Abril com uma nova campanha de agitação eleitoral, deixou que as paixões populares excitadas se extenuassem neste novo jogo de escrutínio provisório, que a energia revolucionária se saciasse com êxitos constitucionais, se gastasse em pequenas intrigas, ocas declamações e movimentações ilusórias, que a burguesia se concentrasse e tomasse as suas medidas, e, finalmente, que o significado das eleições de Março encontrasse, na votação parcial de Abril, com a eleição de Eugène Sue, um conteúdo sentimental suavizador. Numa palavra, fez ao 10 de Março uma partida de 1 de Abril.

A maioria parlamentar compreendeu a debilidade do seu adversário. Os seus dezassete burgraves — pois Bonaparte tinha-lhes entregue a direcção e a responsabilidade do ataque — elaboraram uma nova lei eleitoral, cujo projecto foi confiado ao senhor Faucher, que recolheu para si esta honra. A lei foi apresentada por ele a 8 de Maio; nela era abolido o sufrágio universal, era imposto como condição aos eleitores um domicílio de três anos no lugar de voto e, finalmente, para os operários a prova deste domicílio era feita depender de um atestado do patrão.

Do mesmo modo que os democratas tinham durante a luta eleitoral constitucional conduzido uma agitação revolucionária, assim os seus discursos se tornavam constitucionais, agora que se tratava de mostrar de armas na mão a seriedade daquela vitória eleitoral, pregando ordem, calma majestosa (*calme majestueux*), atitude legal, isto é, submissão cega à vontade da contra-revolução, que se impunha insolentemente como lei. Durante o debate, a Montanha envergonhou o partido da ordem, fazendo valer contra a sua paixão revolucionária a atitude desapassionada do homem de bem que não sai do terreno legal e fulminando-o com a espantosa crítica de que se comportava revolu-

cionariamente. Até os deputados recém-eleitos se esforçaram por demonstrar, com a sua atitude correcta e reflexiva, quão ignorantes eram os que os denegriam como anarquistas e interpretavam a sua eleição como uma vitória da revolução. Em 31 de Maio foi aprovada a nova lei eleitoral. A *Montagne* contentou-se com meter de contrabando um protesto no bolso do presidente. A lei eleitoral seguiu-se uma nova lei de imprensa, com a qual ficava completamente suprimida toda a imprensa diária revolucionária<sup>239</sup>. Tinha merecido o seu destino. O *National* e *La Presse*<sup>138</sup> — dois órgãos burgueses — ficaram depois deste dilúvio como os pontos avançados mais extremos da revolução.

Vimos que os chefes democráticos fizeram, durante os meses de Março e Abril, todo o possível por enredar o povo de Paris numa luta fictícia e que depois de 8 de Maio fizeram tudo para o desviar da luta real. Não devemos, além disso, esquecer que o ano de 1850 foi um dos anos mais brilhantes de prosperidade industrial e comercial, e que, portanto, o proletariado de Paris estava completamente ocupado. Mas a lei eleitoral de 31 de Maio de 1850 afastava-o de qualquer participação no poder político. Isolava-o até do próprio campo de luta. Voltava a precipitar os operários na situação de párias que ocupavam antes da revolução de Fevereiro. Ao deixar-se guiar pelos democratas face a este acontecimento e ao esquecer o interesse revolucionário da sua classe perante um bem-estar momentâneo, renunciaram à honra de ser uma potência conquistadora, submeteram-se ao seu destino, demonstraram que a derrota de Junho de 1848 os tinha incapacitado para lutar durante anos e que, de momento, o processo histórico tinha que passar de novo *sobre* as suas cabeças. Quanto à democracia pequeno-burguesa, que em 13 de Junho tinha gritado: "Ah, mas se tocam no sufrágio universal, ah, então!", consolava-se agora pensando que o golpe contra-revolucionário que tinha sido descarregado sobre ela não era tal golpe e que a lei de 31 de Maio não era tal lei. No segundo [domingo do mês] de Maio de 1852, todo o povo francês comparecerá no local de voto, empunhando numa mão o boletim de voto e na outra a espada. Esta profecia servia-lhe de satisfação. Finalmente, o exército foi castigado pelos seus superiores pelas eleições de Março e de Abril de 1850, como o tinha sido pelas de 28 de Maio de 1849. Mas desta vez disse para consigo resolutamente: "A revolução não nos enganará pela terceira vez!"

A lei de 31 de Maio de 1850 era o *coup d'état* da burguesia. Todas as suas conquistas anteriores sobre a revolução tinham um carácter apenas provisório. Logo que a Assembleia Nacional em exercício se retirava da cena, eram postas em questão.

Dependiam do acaso de umas novas eleições gerais, e a história das eleições desde 1848 provava irrefutavelmente que, na mesma medida em que se desenvolvia a dominação de facto da burguesia, esta ia perdendo a sua dominação moral sobre as massas do povo. A 10 de Março, o sufrágio universal pronunciou-se directamente contra a dominação da burguesia; a burguesia respondeu com a proscricção do sufrágio universal. A lei de 31 de Maio era, pois, uma das necessidades impostas pela luta das classes. Por outro lado, a Constituição exigia, para que a eleição do presidente fosse válida, um mínimo de dois milhões de votos. Se nenhum dos candidatos à presidência obtivesse este mínimo a Assembleia Nacional deveria eleger o presidente entre os três candidatos que obtivessem mais votos. No tempo em que a Constituinte fez esta lei, estavam inscritos dez milhões de eleitores nos cadernos eleitorais. Portanto, na opinião dela bastava os votos de uma quinta parte dos eleitores para que a eleição do presidente fosse válida. A lei de 31 de Maio riscou do recenseamento eleitoral, pelo menos, três milhões de eleitores, reduziu o número destes a sete milhões e manteve, não obstante, o mínimo legal de dois milhões para a eleição do presidente. Portanto, elevou o mínimo legal de um quinto para quase um terço dos eleitores; isto é, fez tudo para retirar a eleição do presidente das mãos do povo para as mãos da Assembleia Nacional. Pelo que o partido da ordem parecia ter consolidado duplamente a sua dominação com a lei de 31 de Maio, ao entregar a eleição da Assembleia Nacional e a do presidente da república à parte estacionária da sociedade.

## V

Depois de superada a crise revolucionária e abolido o sufrágio universal, rebentou imediatamente uma nova luta entre a Assembleia Nacional e Bonaparte.

A Constituição tinha fixado o vencimento de Bonaparte em 600 000 francos. Ainda não tinha passado meio ano desde a sua entrada em funções quando conseguiu elevar esta soma para o dobro. Odilon Barrot arrancou à Assembleia Constituinte um suplemento anual de 600 000 francos para as chamadas despesas de representação. Depois do 13 de Junho, Bonaparte tinha apresentado uma solicitação semelhante, sem desta vez encontrar eco junto de Barrot. Agora, depois do 31 de Maio, aproveitou-se imediatamente do momento favorável e fez com que os seus ministros propusessem à Assembleia Nacional uma lista civil de três milhões. Uma longa e aventureira vida de vagabundo tinha-o

dotado das antenas mais desenvolvidas para captar os momentos de fraqueza em que devia espremer dinheiro ao burguês. Era uma *chantage*\* em forma. A Assembleia Nacional tinha desonrado a soberania do povo com a sua ajuda e a sua conivência. Ameaçou denunciar o seu crime ao tribunal do povo se não abrisse os cordões à bolsa e comprasse o seu silêncio com três milhões por ano. A Assembleia Nacional tinha roubado o voto a três milhões de franceses. Por cada francês posto fora de circulação reclamava um franco em circulação, precisamente três milhões de francos. Ele, o eleito de seis milhões, reclamava uma indemnização pelos votos que lhe haviam roubado depois. A comissão da Assembleia Nacional despachou o importuno. A imprensa bonapartista ameaçou. Podia a Assembleia Nacional romper com o presidente da república, num momento em que havia rompido fundamental e definitivamente com a massa da nação? Com efeito, recusou a lista civil anual, mas concedeu por uma só vez um suplemento de 2 160 000 francos. Com isso, tornava-se culpada de uma dupla fraqueza: a de conceder o dinheiro e a de revelar ao mesmo tempo, com a sua irritação, que o concedia contra vontade. Mais adiante veremos para que necessitava Bonaparte do dinheiro. Depois deste incómodo epílogo que se seguiu de perto à abolição do sufrágio universal, e no qual Bonaparte trocou a humilde atitude que tinha adoptado durante a crise de Março e Abril por um cinismo provocatório frente ao parlamento usurpador, a Assembleia Nacional suspendeu as suas sessões por três meses, de 11 de Agosto a 11 de Novembro. Deixou em seu lugar uma comissão permanente de 28 membros, que não continha nenhum bonapartista, mas que tinha, em contrapartida, alguns republicanos moderados. A comissão permanente do ano de 1849 contara apenas homens da ordem e bonapartistas. Mas então o partido da ordem declarara-se em permanência contra a revolução. Desta vez, a república parlamentar declarava-se em permanência contra o presidente. Depois da lei de 31 de Maio, o partido da ordem já não tinha pela frente senão este rival.

Quando a Assembleia Nacional voltou a reunir-se em Novembro de 1850, parecia inevitável que rebentasse, em vez das suas escaramuças anteriores com o presidente, uma grande luta implacável, uma luta de vida ou de morte entre os dois poderes.

Tal como no ano de 1849, durante as férias parlamentares deste ano o partido da ordem tinha-se disperso nas suas

\* Em francês no texto: *chantagem*. (Nota da edição portuguesa.)

diferentes fracções, cada qual ocupada com as suas próprias intrigas de restauração às quais a morte de Louis-Philippe dava novo alento. O rei dos legitimistas, Henrique V, tinha chegado mesmo a nomear um ministério formal, que residia em Paris e do qual faziam parte membros da comissão permanente. Bonaparte ficava, pois, autorizado a realizar por sua vez digressões pelos departamentos franceses e a deixar escapar, recatada ou abertamente, segundo o estado de espírito da cidade que brindava com a sua presença, os seus próprios planos de restauração, recrutando votos para si. Nestes cortejos que o grande *Moniteur* oficial e os pequenos *moniteurs* privados de Bonaparte tinham, naturalmente, que festejar como cortejos triunfais, era constantemente acompanhado por filiados da *Sociedade do 10 de Dezembro*. Esta sociedade data do ano de 1849. Sob o pretexto de criar uma sociedade de beneficência, organizou-se o lumpenproletariado de Paris em secções secretas, cada uma das quais dirigida por agentes bonapartistas e um general bonapartista à cabeça de todas. Juntamente com *roués\** arruinados, com meios de subsistência equívocos e equívoca proveniência, juntamente com rebentos degenerados e aventureiros da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, reclusos postos em liberdade, galerianos desertores, vigaristas, charlatães, *lazzaroni*<sup>118</sup>, carteiristas, burlões, jogadores, *maquereaus\*\**, donos de bordéis, carregadores, escribas, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores, caldeireiros, mendigos; numa palavra, toda essa massa indefinida, desagregada, flutuante a que os franceses chamam *la bohème\*\*\**; deste elemento, com ele aparentado, formou Bonaparte a cepa da Sociedade do 10 de Dezembro, "Sociedade de beneficência" na medida em que todos os membros sentiam, tal como Bonaparte, a necessidade de beneficiar à custa da nação trabalhadora. Este Bonaparte, que se constitui em *chefe do lumpenproletariado*, que só neste encontra de forma maciça os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nestas fezes, detritos e escória de todas as classes, a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o autêntico Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase\*\*\*\**. Velho *roué* manhoso, concebe a vida histórica dos povos e as acções principais\*\*\*\*\* destes como uma comédia,

\* Em francês no texto: devassos, interesseiros e sem escrúpulos. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\* Em francês no texto: proxenetas. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\*\* Em francês no texto: a boémia. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\*\*\* Em francês no texto: sem frase. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\*\*\*\* Ver nota\* da p. 235. (*Nota da edição portuguesa.*)

no sentido mais ordinário da palavra, como uma mascarada, em que os grandes trajos, palavras e poses apenas servem de máscara à canalhice mais baixa. Aconteceu assim no seu cortejo a Estrasburgo, em que o abutre suiço amestrado representou a águia napoleónica. Para a sua incursão em Boulogne, enfia uns quantos lacaios de Londres em uniformes franceses<sup>240</sup>. Eles representam o exército. Na sua Sociedade do 10 de Dezembro reúne 10 000 miseráveis do *lumpen*, que teriam de representar o povo, como Klaus Zettel o leão. Num momento em que a própria burguesia representava a comédia mais completa, mas com a maior seriedade do mundo, sem faltar a nenhuma das pedantes condições da etiqueta dramática francesa, e estando ela própria semi-enganada e semiconvencida da solenidade das suas próprias acções principais\*, o aventureiro que tomasse pura e simplesmente a comédia como comédia tinha que vencer. Só depois de eliminar o seu solene adversário, quando ele mesmo toma a sério o seu papel imperial e crê representar, com a sua máscara napoleónica, o autêntico Napoleão, só então é vítima da sua própria concepção do mundo, o palhaço sério que já não toma a história universal por uma comédia, mas a sua comédia pela história universal. Aquilo que para os operários socialistas tinham sido as oficinas nacionais\*\* e para os republicanos burgueses os *gardes mobiles\*\*\**, era para Bonaparte a Sociedade do 10 de Dezembro: a força combatente de partido própria dele. Nas suas viagens, as secções dessa sociedade, empacotadas por caminho-de-ferro, tinham de improvisar para ele um público, de representar o entusiasmo público, gritar *vive l'Empereur\*\*\*\**, insultar e espancar os republicanos, naturalmente sob a protecção da polícia. Nos seus regressos a Paris, eles tinham de constituir a vanguarda, adiantar-se às contramanifestações ou dispersá-las. A Sociedade do 10 de Dezembro pertencia-lhe, era obra *sua*, o seu pensamento mais próprio. Tudo o resto de que se apropria é-lhe dado pela força das circunstâncias, em todos os seus feitos actuam por ele as circunstâncias ou limita-se a copiar dos feitos dos outros; mas ele, que se apresenta em público, perante os cidadãos, com as frases oficiais da ordem, da religião, da família, da propriedade, e tendo atrás de si a sociedade secreta dos Schusterle e dos Spiegelberg, a sociedade da desordem, da pros-

\* Ver nota\* da p. 235. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\* Ver o presente tomo, p. 225. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\*\* Ver o presente tomo, pp. 224-225. (*Nota da edição portuguesa.*)

\*\*\*\* Em francês no texto: viva o Imperador. (*Nota da edição portuguesa.*)

tuição e do roubo, é o próprio Bonaparte como autor original, e a história da Sociedade do 10 de Dezembro é a sua própria história. Tinha acontecido, excepcionalmente, deputados do povo pertencentes ao partido da ordem terem caído debaixo dos cacetes dos dezembristas. Mais ainda. O comissário de polícia Yon, destacado para a Assembleia Nacional e encarregado da vigilância da sua segurança, denunciou à comissão permanente, baseando-se no testemunho de um tal Allais, que uma secção de dezembristas tinha decidido assassinar o general Changarnier e Dupin, presidente da Assembleia Nacional, estando já escolhidos os indivíduos encarregados de executar esta decisão. Compreende-se o terror do senhor Dupin. Parecia inevitável uma *enquête*\* parlamentar sobre a Sociedade do 10 de Dezembro, isto é, a profanação do mundo secreto bonapartista. Por isso, precisamente, antes que a Assembleia Nacional voltasse a reunir-se, Bonaparte dissolveu prudentemente a sua sociedade, claro que apenas no papel, pois ainda em fins de 1851 o prefeito da polícia Carlier, numa extensa memória, tentava em vão levá-lo a dissolver realmente os dezembristas.

A Sociedade do 10 de Dezembro deveria continuar a ser o exército privado de Bonaparte enquanto este não conseguisse converter o exército público numa Sociedade do 10 de Dezembro. Bonaparte fez a primeira tentativa neste sentido pouco depois da suspensão das sessões da Assembleia Nacional, e fê-la precisamente com o dinheiro que acabava de arrancar a esta. Como fatalista, abriga a convicção de que há certos poderes superiores aos quais o homem e, sobretudo, o soldado não pode resistir. Entre estes poderes inclui, em primeiro lugar, os charutos e o champanhe, as aves frias e o salsichão temperado com alho. Por isso, nos salões do Elysée, começa a obsequiar os oficiais e oficiais subalternos com charutos e champanhe, aves frias e salsichão temperado com alho. Em 3 de Outubro, repete esta manobra com as massas de tropa na revista de St. Maur e, em 10 de Outubro, volta a repeti-la numa escala ainda maior na revista militar de Satory. O tio recordava-se das campanhas de Alexandre na Ásia, o sobrinho recorda-se dos cortejos triunfais de Baco nas mesmas terras. Alexandre era, certamente, um semideus, mas Baco era um deus. E, além disso, o deus tutelar da Sociedade do 10 de Dezembro.

Depois da revista de 3 de Outubro, a comissão permanente convocou perante ela o ministro da Guerra, d'Hautpoul. Este

\* Em francês no texto: inquérito. (Nota da edição portuguesa.)

prometeu que não voltariam a repetir-se aquelas infracções à disciplina. Sabe-se como Bonaparte cumpriu em 10 de Outubro a palavra dada por d'Hautpoul. Em ambas as revistas tinha comandado Changarnier, como comandante-em-chefe do exército de Paris. Este, que era ao mesmo tempo membro da comissão permanente, chefe da Guarda Nacional, o "salvador" do 29 de Janeiro e do 13 de Junho, o "baluarte da sociedade", candidato do partido da ordem para a dignidade presidencial, o pretense Monk de duas monarquias, não tinha reconhecido nunca até então a sua subordinação ao ministro da Guerra, tinha-se rido sempre abertamente da Constituição republicana e tinha perseguido Bonaparte com uma protecção elegante e equívoca. Agora, mostrava-se zeloso pela disciplina contra o ministro da Guerra e pela Constituição contra Bonaparte. Enquanto em 10 de Outubro uma parte da cavalaria fez ecoar o grito "*Vive Napoléon! Vivent les saucissons!*"\*, Changarnier fez com que pelo menos a infantaria, que desfilava sob o comando do seu amigo Neumayer, observasse um silêncio glacial. Como castigo, o ministro da Guerra, espicaçado por Bonaparte, destituiu o general Neumayer do seu posto em Paris com o pretexto de lhe entregar o alto comando das 14.<sup>a</sup> e 15.<sup>a</sup> divisões. Neumayer recusou esta mudança de lugar e teve assim de apresentar a sua demissão. Pela sua parte, Changarnier publicou em 2 de Novembro uma ordem do dia na qual proibia às tropas gritos ou manifestações políticas de qualquer espécie quando em armas. Os jornais elísios<sup>241</sup> atacaram Changarnier; os jornais do partido da ordem, Bonaparte; a comissão permanente repetia uma sessão secreta após outra, nas quais se apresentava repetidamente a proposta de declarar a pátria em perigo; o exército parecia estar dividido em dois campos inimigos, com os estados-maiores inimigos, um no Elysée, onde morava Bonaparte, o outro nas Tulherias, onde morava Changarnier. Só parecia faltar o recomeço das sessões da Assembleia Nacional para que soasse o sinal da luta. Para o público francês estas fricções entre Bonaparte e Changarnier mereciam a mesma opinião que para aquele jornalista inglês que as caracterizou com as seguintes palavras:

"As criadas políticas de França varrem a ardente lava da revolução com as velhas vassouras e armam zaragata entre si enquanto executam esse trabalho."

Entretanto, Bonaparte apressou-se a destituir o ministro da Guerra, d'Hautpoul, enviando-o precipitadamente para a Argélia

\* Em francês no texto: Viva Napoleão! Vivam os salsichões! (Nota da edição portuguesa.)

e nomeando em lugar dele para ministro da Guerra o general Schramm. Em 12 de Novembro enviou à Assembleia Nacional uma mensagem de uma prolixidade americana, carregada de pormenores, tresandando a ordem, ávida de reconciliação, cheia de resignação constitucional, na qual se tratava de tudo e mais alguma coisa menos das *questions brûlantes\** do momento. Como que de passagem, deixava escapar as palavras segundo as quais, de acordo com as determinações expressas da Constituição, só o presidente dispunha do exército. A mensagem terminava com estas palavras altissonantes:

*"A França exige antes de tudo tranquilidade... Unicamente ligado pelo meu juramento, manter-me-ei dentro dos estritos limites que me traçou... Pelo que a mim se refere, eleito pelo povo e não devendo senão a este o meu poder, submeter-me-ei sempre à sua vontade legalmente expressa. Se nesta sessão decidirdes a revisão da Constituição, uma Assembleia Constituinte regulamentará a posição do poder executivo. Caso contrário, o povo declarará solenemente a sua decisão em 1852. Mas, sejam quais forem as soluções do futuro, cheguemos a um entendimento, para que nunca a paixão, a surpresa ou a violência decidam o destino de uma grande nação... O que sobretudo me preocupa não é saber quem vai governar a França em 1852, mas empregar o tempo de que disponho de modo a que o período restante se passe sem agitação e perturbação. Abri-vos sinceramente o meu coração, respondi vós à minha franqueza com a vossa confiança, ao meu bom desejo com a vossa colaboração, e Deus se encarregará do resto."*

A linguagem honesta, hipocritamente moderada, virtuosamente cheia de lugares-comuns da burguesia, revela o seu mais profundo sentido na boca do autocrata da Sociedade do 10 de Dezembro e do herói de piquenique de St. Maur e de Satory.

Os burgraves do partido da ordem não se deixam enganar nem por um momento quanto à confiança que merecia este abrir de coração. De juramentos estavam eles fartos há muito; entre eles havia veteranos, virtuosos do perjúrio político, e a passagem dedicada ao exército não lhes passou despercebida. Observaram com indignação que, na prolixa e interminável enumeração das leis recentemente promulgadas, a mensagem mantinha um silêncio afectado sobre a mais importante de todas, a lei eleitoral, e mais ainda, que em caso de não revisão da Constituição se confiava ao povo a eleição do presidente para 1852. A lei eleitoral era a grilheta atada aos pés do partido da ordem, que o impedia

\* Em francês no texto: questões candentes. (Nota da edição portuguesa.)

de andar, para já não dizer de se lançar ao assalto! Além disso, com a dissolução oficial da Sociedade do 10 de Dezembro e a destituição do ministro da Guerra, d'Hautpoul, Bonaparte tinha sacrificado pela sua própria mão no altar da pátria os bodes expiatórios. Tinha quebrado o gume à colisão esperada. Finalmente, o próprio partido da ordem procurou evitar, atenuar, dissimular temerosamente qualquer conflito decisivo com o poder executivo. Com medo de perder as conquistas arrancadas à revolução, deixou que o seu rival colhesse os frutos delas. "A França exige antes de tudo tranquilidade." Assim apelava, desde Fevereiro\*, o partido da ordem à revolução, assim apelava a mensagem de Bonaparte ao partido da ordem. "A França exige antes de tudo tranquilidade." Bonaparte cometia actos que visavam a usurpação, mas o partido da ordem provocava "agitação" se fizesse barulho sobre estes actos e os interpretasse hipocondriacamente. Os salsichões de Satory ficariam mudos se ninguém falasse deles. "A França exige antes de tudo tranquilidade." Assim, Bonaparte exigia que o deixassem agir tranquilamente, e o partido parlamentar estava paralisado por um duplo temor: pelo temor de provocar de novo a agitação revolucionária e pelo temor de aparecer como o causador da agitação aos olhos da sua própria classe, aos olhos da burguesia. Visto que a França exigia antes de tudo tranquilidade, o partido da ordem não se atreveu, depois de Bonaparte, na sua mensagem, ter dito "paz", a responder "guerra". O público, que tinha antegozado com grandes cenas de escândalo na abertura da Assembleia Nacional, ficou defraudado na sua expectativa. Os deputados da oposição que exigiam que fossem apresentadas as actas da comissão permanente sobre os acontecimentos de Outubro foram batidos pelos votos da maioria. Evitou-se por princípio todo o debate que pudessem excitar. Os trabalhos da Assembleia Nacional durante Novembro e Dezembro de 1850 não tiveram interesse.

Por último, em fins de Dezembro, começou a guerra de guerrilha em torno de determinadas prerrogativas do parlamento. O movimento perdeu-se em chicanas mesquinhas acerca das prerrogativas de ambos os poderes, depois de a burguesia, com a abolição do sufrágio universal, ter antes de mais liquidado a luta das classes.

Tinha sido conseguida contra Mauguin, um dos representantes do povo, uma sentença judicial por dívidas. A instâncias do presidente do tribunal, o ministro da Justiça, Rouher, declarou

\* Fevereiro de 1848.

que podia ser passada sem mais formalidades uma ordem de prisão contra o devedor. Mauguin foi, pois, atirado para a prisão por dívidas. Ao ter conhecimento do atentado, a Assembleia Nacional encolerizou-se. Não só ordenou que o preso fosse imediatamente posto em liberdade, como naquela mesma tarde mandou o seu *greffier*\* tirá-lo pela força de Clichy<sup>228</sup>. No entanto, para testemunhar a sua fé na santidade da propriedade privada e com a segunda intenção de abrir, em caso de necessidade, um asilo para *montagnards* tornados incômodos, declarou admissível a prisão por dívidas de representantes do povo, desde que com prévio pedido de autorização sua. Esqueceu-se de decretar que também se poderia prender por dívidas o presidente. Aniquilou a última aparência de inviolabilidade que rodeava os membros do seu próprio corpo.

Recorda-se que o comissário da polícia, Yon, tinha denunciado, baseando-se no testemunho de um tal Allais, uma secção de dezembristas, pelo plano de assassinio de Dupin e Changarnier. Logo na primeira sessão os questores apresentaram em relação com isto a proposta de criar uma polícia parlamentar própria, paga pelo orçamento privado da Assembleia Nacional e absolutamente independente do prefeito da polícia. O ministro do Interior, Baroche, protestou contra esta ingerência nas suas atribuições. Em face disto chegou-se a um mísero compromisso, segundo o qual o comissário de polícia da Assembleia seria pago pelo orçamento privado desta e nomeado e destituído pelos seus questores, mas através de prévio acordo com o ministro do Interior. Entretanto, Allais tinha sido entregue pelo governo aos tribunais, e não foi difícil apresentar as suas declarações como uma mistificação e projectar, pela boca do acusador público, um halo de ridículo sobre Dupin, Changarnier, Yon e toda a Assembleia Nacional. Agora, em 29 de Dezembro, o ministro Baroche escreveu uma carta a Dupin exigindo a demissão de Yon. A presidência da Assembleia Nacional decidiu manter Yon no seu posto, mas a Assembleia Nacional, assustada pela violência com que tinha procedido no caso Mauguin e habituada a que o poder executivo lhe devolvesse dois golpes por cada um que ela lhe assestava, não sancionou a decisão. Destituiu Yon em recompensa pelo zelo com que a tinha servido e abandonou uma prerrogativa parlamentar, indispensável contra um homem que não decide de noite para executar de dia, mas que decide de dia e executa de noite.

Vimos como a Assembleia Nacional, durante os meses de

\* Em francês no texto: oficial de diligências. (Nota da edição portuguesa.)

Novembro e Dezembro, evitou, afogou, em grandes e decisivas ocasiões, a luta contra o poder executivo. Agora vemo-la obrigada a aceitar esta luta pelos motivos mais mesquinhos. No caso Mauguin, ratifica o princípio da prisão por dívidas dos representantes do povo, mas reserva-se de o fazer aplicar apenas aos representantes que lhe desagradam e regateia por este infame privilégio com o ministro da Justiça. Em vez de se aproveitar do pretense plano de assassinio para abrir uma *enquête* sobre a Sociedade do 10 de Dezembro e desmascarar irremissivelmente Bonaparte perante a França e perante a Europa, apresentando-o com a sua verdadeira figura, como cabeça do lumpenproletariado de Paris, deixa que a colisão desça a um ponto em que já a única coisa que é discutida entre ela e o ministro do Interior é quem tem competência para nomear e destituir um comissário de polícia. Assim, vemos o partido da ordem, durante todo este período, obrigado pela sua posição equívoca, a consumir a sua luta contra o poder executivo em mesquinhas discórdias de competências, chicanas, minudências de rabulista, litígios de partilhas, e a tomar como conteúdo da sua actividade as mais insípidas questões de forma. Não se atreve a enfrentar a colisão no momento em que esta tem um significado de princípio, em que o poder executivo se comprometeu realmente e em que a causa da Assembleia Nacional seria a causa nacional. Com isso daria à nação uma ordem de marcha, mas não há nada que ela mais tema do que a nação se mova. Por isso, nestas ocasiões, rejeita as propostas da *Montagne* e passa à ordem do dia. Depois de ser assim abandonada a questão litigiosa nas suas grandes dimensões, o poder executivo espera tranquilamente o momento de poder voltar a colocá-la por motivos fúteis e insignificantes, lá onde apenas ofereça, por assim dizer, um interesse parlamentar local. E então estala a ira contida do partido da ordem, então rasga a cortina dos bastidores, então denuncia o presidente, então declara a república em perigo; mas então o seu *pathos* aparece também insípido e o motivo da luta aparece como um pretexto hipócrita e indigno de ser tido em conta. A tempestade parlamentar converte-se numa tempestade num copo de água, a luta em intriga, a colisão em escândalo. Enquanto a alegria maligna das classes revolucionárias se ceva na humilhação da Assembleia Nacional, pois estas classes entusiasmam-se com as prerrogativas parlamentares tanto como aquela Assembleia com as liberdades públicas, a burguesia fora do parlamento não compreende como a burguesia dentro do parlamento pode desperdiçar o tempo em tão mesquinhos querelas e comprometer a tranquilidade com tão míseras rivalidades com o presidente. Faz-lhe confusão uma estratégia que estabelece a paz

no momento em que toda a gente espera batalhas e ataca no momento em que toda a gente crê que se estabeleceu a paz.

Em 20 de Dezembro, Pascal Duprat interpelou o ministro do Interior sobre a lotaria dos lingotes de ouro. Esta lotaria era uma "filha do Eliseu"<sup>242</sup>. Bonaparte tinha-a trazido ao mundo com os seus fiéis, e o prefeito da polícia, Carlier, tinha-a tomado sob a protecção oficial, apesar de a lei francesa proibir toda a espécie de lotarias, à excepção da tómbola com fins beneficentes. Sete milhões de bilhetes de um franco cada um, o lucro destinado, aparentemente, a embarcar vagabundos de Paris para a Califórnia. Por um lado, os sonhos dourados deveriam substituir os sonhos socialistas do proletariado parisiense, a tentadora perspectiva de o primeiro prémio substituir o direito doutrinário ao trabalho. Naturalmente, os operários de Paris não reconheceram no brilho dos lingotes de ouro da Califórnia os baços francos que lhes tinham arrancado do bolso. Mas, no fundamental, tratava-se de uma vigarice directa. Os vagabundos que queriam abrir minas de ouro californianas sem se mexerem de Paris eram o próprio Bonaparte e os seus cavaleiros da Tábula Redonda roídos de dívidas. Os três milhões concedidos pela Assembleia Nacional já os tinham gasto alegremente, a caixa tinha que voltar a ser cheia de uma maneira ou de outra. Em vão tinha aberto Bonaparte uma subscrição nacional para construir as chamadas *cités ouvrières\**, à cabeça da qual figurava ele próprio, com uma soma significativa. Os burgueses, duros de coração, aguardaram que desembolsasse o capital subscrito, e como, naturalmente, o desembolso não se efectuou, a especulação sobre aqueles castelos socialistas no ar caiu redondamente por terra. Os lingotes de ouro deram melhor resultado. Bonaparte e consortes não se contentaram em meter ao bolso parcialmente o excedente dos sete milhões sobre os lingotes postos em sorteio, fabricaram dez, quinze e mesmo vinte bilhetes falsos com o mesmo número. Operação financeira no espírito da Sociedade do 10 de Dezembro! Aqui a Assembleia Nacional não tinha pela frente o fictício presidente da República, mas o Bonaparte em carne e osso. Aqui, podia apanhá-lo em flagrante, em conflito não com a Constituição, mas com o *Code pénal\*\**. Se perante a interperlação de Duprat a Assembleia passou à ordem do dia, não foi apenas porque a proposta Girardin de se declarar "*satisfait\*\*\**"

\* Em francês no texto: cidades (bairros) operárias. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: Código Penal. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\* Em francês no texto: satisfeito. (Nota da edição portuguesa.)

trazia à memória do partido da ordem a sua corrupção sistemática. O burguês, e sobretudo o burguês armado em estadista, completa a sua grosseira prática com uma exaltação teórica. Como estadista converte-se, tal como o poder do Estado que tem pela frente, num ser superior, que só pode ser combatido de um modo superior, solene.

Bonaparte, que precisamente como *bohémien\**, como lumpenproletário principesco, levava sobre o burguês crápula a vantagem de poder travar a luta com meios vis, viu agora, depois de a própria Assembleia Nacional o ter ajudado a atravessar, levando-o pela mão, o terreno escorregadio dos banquetes militares, das revistas, da Sociedade do 10 de Dezembro e, por último, do *Code pénal*, chegado o momento do poder passar da aparente defensiva à ofensiva. Incomodavam-no pouco as pequenas derrotas do ministro da Justiça, do ministro da Guerra, do ministro da Marinha, do ministro das Finanças, que se lhe atravessavam no caminho e com as quais a Assembleia Nacional manifestava o seu descontentamento resmungão. Não só proibiu que os ministros se demitissem e que reconhecessem assim a subordinação do poder executivo ao parlamento. Pôde agora completar aquilo que durante as férias da Assembleia Nacional tinha iniciado — arrancar o poder militar ao parlamento, *destituir Changarnier*.

Um jornal elísio publicou uma ordem do dia, dirigida, durante o mês de Maio, aparentemente, à primeira divisão do exército e proveniente, portanto, de Changarnier, na qual se recomendava aos oficiais, em caso de sublevação, que não dessem *quartier\*\** aos traidores dentro das suas próprias fileiras, que os fuzilassem imediatamente e recusassem à Assembleia Nacional as tropas, se as requisitasse. Em 3 de Janeiro de 1851 o gabinete foi interpelado sobre esta ordem do dia. Para examinar este caso pede primeiro três meses, depois uma semana e por último apenas vinte e quatro horas de reflexão. A Assembleia insiste em que seja dada uma resposta imediata. Changarnier levanta-se e declara que aquela ordem do dia nunca existiu. Acrescenta que se apressará a todo o momento a atender os requerimentos da Assembleia Nacional e que, em caso de colisão, esta pode contar com ele. Ela acolhe a sua declaração com indescritível aplauso e concede-lhe um voto de confiança. Abdica, decreta a sua própria impotência e a onnipotência do exército, ao colocar-se sob a

\* Em francês no texto: boémio. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: quartel. (Nota da edição portuguesa.)



protecção privada de um general; mas o general engana-se, ao pôr à disposição dela, contra Bonaparte, um poder só mantido por delegação do próprio Bonaparte, e ao esperar, por sua vez, protecção deste parlamento, do seu protegido carecido de protecção. Mas Changarnier acredita no poder misterioso de que a burguesia o dotou desde 29 de Janeiro de 1849. Considera-se o terceiro poder ao lado dos dois outros poderes de Estado. Partilha o destino dos restantes heróis, ou melhor, santos desta época, cuja grandeza consiste precisamente na grande opinião interessada que os seus partidos fazem deles e que ficam reduzidos a figuras banais logo que as circunstâncias os convidam a fazer milagres. A descrença é sempre o inimigo mortal destes supostos heróis e reais santos. Daí a sua indignação moral cheia de dignidade contra os trocistas e os zombadores pobres de entusiasmo.

Naquela mesma noite os ministros foram chamados ao Elysée. Bonaparte insiste na demissão de Changarnier, cinco ministros recusam-se a assiná-la, o *Moniteur* anuncia uma crise ministerial e a imprensa da ordem ameaça com a formação de um exército parlamentar sob o comando de Changarnier. O partido da ordem tinha atribuições constitucionais para dar este passo. Bastava-lhe nomear Changarnier presidente da Assembleia Nacional e requisitar qualquer massa de tropas para sua segurança. Podia fazê-lo tanto mais seguramente quanto Changarnier se encontrava ainda realmente à frente do exército e da Guarda Nacional de Paris e apenas esperava o momento de ser requisitado juntamente com o exército. A imprensa bonapartista não se atrevia sequer a pôr em causa o direito da Assembleia Nacional de requisitar directamente tropas, escrúpulo jurídico que naquelas circunstâncias não augurava nenhum êxito. E, se se tiver em conta que Bonaparte teve que andar à procura em Paris inteira durante oito dias para encontrar por fim dois generais — Baraguay d'Hilliers e Saint Jean d'Angely —, que se declarassem dispostos a aprovar a destituição de Changarnier, parece como o mais verosímil que o exército teria respondido à ordem da Assembleia Nacional. Em contrapartida, é mais do que duvidoso que o partido da ordem tivesse encontrado nas suas próprias fileiras e no parlamento o número de votos necessário para esta decisão, se se tiver em conta que oito dias depois se separaram dele 286 votos e que a *Montagne* rejeitou uma proposta semelhante, inclusive em Dezembro de 1851, na hora final da decisão. No entanto, talvez os burgraves tivessem conseguido ainda arrastar a massa do seu partido para um heroísmo que consistia em sentir-se seguros atrás de um bosque de baionetas e a aceitar os serviços de um exército que tinha desertado para o seu campo.

Em vez disso, os senhores burgraves transferiram-se para o Elysée na noite de 6 de Janeiro para fazer Bonaparte desistir, por meio de torneados de expressão e de considerações de estadistas hábeis, da destituição de Changarnier. Quando se tenta convencer alguém, é porque se reconhece esse alguém como senhor da situação. Bonaparte, fortalecido por este passo, nomeia em 12 de Janeiro um novo ministério, no qual continuam os chefes do velho, Fould e Baroche. Saint-Jean d'Angely torna-se ministro da Guerra, o *Moniteur* traz o decreto de destituição de Changarnier, e o seu comando é dividido entre Baraguay d'Hilliers, ao qual é atribuída a primeira divisão, e Perrot, que se encarrega da Guarda Nacional. O "baluarte da sociedade", é despachado, e se nenhuma pedra cai dos telhados, sobem em contrapartida as cotações da Bolsa.

O partido da ordem, repelindo o exército, que se coloca à sua disposição na pessoa de Changarnier, e entregando-o assim de modo irrevogável ao presidente, declara que a burguesia tinha perdido a vocação para dominar. Já não existia mais qualquer ministério parlamentar. Ao perder o domínio do exército e da Guarda Nacional, que meio de poder lhe restava para afirmar ao mesmo tempo o poder usurpado do parlamento sobre o povo e o seu poder constitucional contra o presidente? Nenhum. Apenas lhe restava o apelo para princípios impotentes que ele mesmo tinha interpretado sempre apenas como regras gerais e que se prescrevem a terceiros para se poder movimentar tanto mais livremente. Com a destituição de Changarnier, com a queda do poder militar nas mãos de Bonaparte, termina a primeira parte do período que estamos a examinar, o período da luta entre o partido da ordem e o poder executivo. A guerra entre ambos os poderes é agora declarada abertamente, travada abertamente, mas quando o partido da ordem perdeu já as suas armas e os seus soldados. Sem ministério, sem exército, sem povo, sem opinião pública, sem ser já, desde a sua lei eleitoral de 31 de Maio, representante da nação soberana, sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem nada\*, a Assembleia Nacional vai-se transformando pouco a pouco num *antigo parlamento francês*<sup>243</sup>, que tem de entregar a acção ao governo e contentar-se pela sua parte com recriminações resmungonas *post festum*\*\*.

\* Shakespeare, *As You Like It* (*Como lhe Arouver*), II acto, cena 7. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em latim no texto: depois da festa, isto é, depois de passados os acontecimentos. (Nota da edição portuguesa.)

O partido da ordem recebe o novo ministério com uma tempestade de indignação. O general Bedeau traz à memória a indulgência da comissão permanente durante as férias e a excessiva deferência com que tinha renunciado à publicação das suas actas. Pela sua parte, o ministro do Interior insiste na publicação destas actas que são já, naturalmente, tão insensas como água estagnada, que não revelam nenhum facto novo e não produzem o menor efeito no público enfasiado. Por proposta de Rémusat, a Assembleia Nacional retira-se para os seus gabinetes e nomeia um "Comité de Medidas Extraordinárias". Paris sai tanto menos dos carris da sua ordem quotidiana quanto neste momento o comércio prospera, as manufacturas trabalham, os preços do trigo estão baixos, os víveres abundam, nas caixas económicas guardam-se diariamente novos depósitos. As "medidas extraordinárias", tão estrepitosamente anunciadas pelo parlamento, desvanecem-se, a 18 de Janeiro, num voto de desconfiança contra os ministros, sem que se mencione sequer o general Changarnier. O partido da ordem viu-se obrigado a dar esta feição à sua moção para assegurar os votos dos republicanos, já que de todas as medidas do ministério estes só aprovavam a destituição de Changarnier, enquanto o partido da ordem não podia de facto censurar os restantes actos ministeriais, que ele próprio tinha ditado.

O voto de desconfiança de 18 de Janeiro foi decidido por 415 votos contra 286. Portanto, apenas pôde passar por meio de uma *coligação* dos legitimistas e orleanistas extremos com os republicanos puros e a *Montagne*. Provou-se, pois, que o partido da ordem não só tinha perdido o ministério e o exército, mas também que nos conflitos com Bonaparte tinha perdido igualmente a sua maioria parlamentar independente, que um bando de deputados tinha desertado do seu campo por fanatismo da conciliação, por medo da luta, por cansaço, por considerações de família pelos vencimentos de Estado de parentes seus, por especulação com os postos de ministros deixados vagos (Odilon Barrot), por esse mesquinho egoísmo com que o burguês comum se inclina sempre a sacrificar o interesse geral da sua classe a este ou àquele motivo privado. Desde o princípio, os deputados bonapartistas pertenciam ao partido da ordem apenas na luta contra a revolução. O chefe do partido católico, Montalembert, tinha posto já nessa altura a sua influência no prato da balança de Bonaparte, pois desesperava da vitalidade do partido parlamentar. Finalmente, os chefes deste partido, Thiers e Berryer, o orleanista e o legitimista, viram-se obrigados a proclamar-se abertamente republicanos, a reconhecer que, embora o seu cora-

ção fosse monárquico, a sua cabeça era republicana e que a república parlamentar era a única forma possível para a dominação da burguesia no seu conjunto. Deste modo se viram obrigados a estigmatizar eles próprios aos olhos da classe burguesa, como uma intriga tão perigosa como desmiolada, os planos de restauração que impavidamente continuavam a tramar nas costas do parlamento.

O voto de desconfiança de 18 de Janeiro atingiu os ministros e não o presidente. No entanto, não tinha sido o ministério, mas o presidente, quem tinha destituído Changarnier. Devia o partido da ordem pôr o próprio Bonaparte em acusação? Pelas suas veleidades de restauração? Elas apenas completavam as suas próprias. Pela sua conspiração nas revistas militares e na Sociedade do 10 de Dezembro? Há já muito tempo que estes temas tinham sido enterrados sob simples ordens do dia. Pela destituição do herói do 29 de Janeiro e do 13 de Junho, do homem que em Maio de 1850 ameaçava, em caso de um motim, atear o fogo aos quatro cantos de Paris? Os seus aliados da *Montagne* e Cavaignac não lhe permitiam sequer sustentar o caído baluarte da sociedade através de uma manifestação oficial de condolências. Eles próprios não podiam contestar ao presidente a faculdade constitucional de destituir um general. Apenas se enfureciam porque tinha feito um uso não parlamentar do seu direito constitucional. Não tinham eles feito constantemente um uso inconstitucional das suas prerrogativas parlamentares. nomeadamente ao abolir o sufrágio universal? Eram obrigados, pois, a mover-se estritamente dentro dos limites parlamentares. E era necessário sofrer daquela peculiar doença que desde 1848 vem grassando em todo o continente, o *cretinismo parlamentar*, doença que aprisiona como por encanto os contagiados num mundo imaginário e os priva de todo o senso, de toda a memória, de toda a compreensão do rude mundo exterior; era necessário sofrer deste cretinismo parlamentar para que os que tinham destruído e tinham necessariamente que destruir pelas suas próprias mãos, na sua luta com as outras classes, todas as condições do poder parlamentar, considerassem ainda como vitórias as suas vitórias parlamentares e acreditassem atingir o presidente na medida que batiam nos seus ministros. Não faziam mais do que dar-lhe uma ocasião para humilhar novamente a Assembleia Nacional aos olhos da nação. Em 20 de Janeiro, o *Moniteur* anunciou que tinha sido aceite a demissão de todo o ministério. Sob o pretexto de que nenhum partido parlamentar tinha já a maioria, como o demonstrava o voto de 18 de Janeiro, fruto da coligação entre a *Montagne* e os realistas, e esperando a formação de uma nova

maioria, Bonaparte nomeou um chamado ministério de transição, no qual não figurava nenhum deputado e no qual todos os seus componentes eram indivíduos completamente desconhecidos e insignificantes, um ministério de simples mandaretes e escribas. O partido da ordem podia agora desgastar-se no jogo com estas marionetas; o poder executivo achou que nem valia a pena estar seriamente representado na Assembleia Nacional. Quanto mais simples figurantes fossem os seus ministros, mais visivelmente concentrava Bonaparte na sua pessoa todo o poder executivo, mais livre era o campo de manobra para o explorar ao serviço dos seus fins.

O partido da ordem, coligado com a *Montagne*, vingou-se rejeitando a dotação presidencial de 1800 000 francos que o chefe da Sociedade do 10 de Dezembro tinha obrigado os seus mandaretes ministeriais a apresentar. Desta vez, a votação foi decidida por uma maioria de apenas 102 votos; isto é, desde 18 de Janeiro tinham desertado mais 27 votos; a dissolução do partido da ordem seguia o seu curso. Ao mesmo tempo, para que em momento algum pudesse haver dúvidas sobre o sentido da sua coligação com a *Montagne* não se dignou sequer tomar em consideração uma proposta visando a amnistia geral para os condenados políticos, assinada por 189 membros da *Montagne*. Bastou que o ministro do Interior, um tal Vaisse, declarasse que a ordem era apenas aparente, que reinava grande agitação secreta, que sociedades omnipresentes se organizavam secretamente, que os jornais democráticos se preparavam para reaparecer, que os relatórios dos departamentos eram desfavoráveis, que os refugiados de Genebra organizavam, através de Lyon, uma conspiração por todo o Sul de França, que a França estava à beira de uma crise industrial e comercial, que os fabricantes de Roubaix tinham reduzido a jornada de trabalho, que os presos de Belle-Isle<sup>244</sup> se tinham sublevado; bastou que até um Vaisse esconjurasse o espectro vermelho para que o partido da ordem rejeitasse, sem sequer a discutir, uma proposta que teria valido à Assembleia Nacional uma enorme popularidade e teria obrigado Bonaparte a lançar-se de novo nos seus braços. Em vez de se ter deixado intimidar pelo poder executivo com a perspectiva de novas desordens, devia, pelo contrário, ter deixado à luta de classes um pequeno campo de manobra, para manter dependente de si o executivo. Mas não se sentia à altura da tarefa de brincar com o fogo.

Entretanto, o chamado ministério de transição foi vegetando até meados de Abril. Bonaparte cansou, aldrabou a Assembleia Nacional com constantes combinações de novos ministérios. Tão

depressa parecia querer formar um ministério republicano com Lamartine e Billault, como um ministério parlamentar, com o inevitável Odilon Barrot, cujo nome não pode faltar quando é necessário um *dupe*, ou um ministério legitimista, com Vatimesnil e Benoist d'Azy, ou um ministério orleanista, com Maleville. E enquanto deste modo mantém em tensão as diversas fracções do partido da ordem umas contra as outras e as atemoriza a todas com a perspectiva de um ministério republicano e com a restauração tornada inevitável do sufrágio universal, suscita na burguesia ao mesmo tempo a convicção de que os seus esforços sinceros para conseguir um ministério parlamentar chocam contra a atitude de intransigência das fracções realistas. Mas a burguesia clamava tanto mais ruidosamente por um "governo forte", considerava tanto mais imperdoável deixar a França "sem administração", quanto mais parecia estar em marcha uma crise comercial geral, que lavrava nas cidades a favor do socialismo como lavrava no campo o baixo preço ruinoso do trigo. O comércio languescia dia a dia, os braços parados aumentavam visivelmente; em Paris, havia pelo menos 10 000 operários sem pão; em Rouen, Mulhouse, Lyon, Roubaix, Tourcoing, Saint-Etienne, Elbeuf, etc., inúmeras fábricas estavam paradas. Nestas circunstâncias, Bonaparte pôde atrever-se a restaurar, em 11 de Abril, o ministério de 18 de Janeiro: os senhores Rouher, Fould, Baroche, etc., reforçados pelo senhor Léon Faucher, a quem a Assembleia Constituinte, durante os seus últimos dias, por unanimidade, com excepção dos votos de cinco ministros, tinha estigmatizado com um voto de desconfiança pela difusão de despachos telegráficos falsos. Portanto, a Assembleia Nacional tinha conseguido em 18 de Janeiro uma vitória sobre o ministério, tinha lutado durante três meses contra Bonaparte, para que em 11 de Abril Fould e Baroche pudessem receber na sua união ministerial, como terceiro, o puritano Faucher.

Em Novembro de 1849, Bonaparte tinha-se contentado com um ministério *não parlamentar* e em Janeiro de 1851 com um ministério *extraparlamentar*; em 11 de Abril, sentiu-se já suficientemente forte para formar um ministério *antiparlamentar*, no qual se uniam harmoniosamente os votos de desconfiança de ambas as Assembleias, a Constituinte e a Legislativa, a republicana e a realista. Esta gradação de ministérios era o termómetro pelo qual o parlamento podia medir a descida do seu próprio calor vital. Em fins de Abril, este tinha caído tão baixo que Persigny pôde convidar Changarnier, numa entrevista pessoal, a passar para o campo do presidente. Assegurou-lhe que Bonaparte considerava completamente aniquilada a influência da

Assembleia Nacional e que estava já preparada a proclamação que devia ser publicada depois do *coup d'état*, constantemente projectado, mas outra vez acidentalmente adiado. Changarnier comunicou aos chefes do partido da ordem a participação de óbito, mas quem acredita que as picadas dos percevejos matam? E o parlamento, apesar de estar tão abatido, desintegrado, apodrecido, não podia coibir-se de ver no duelo com o grotesco chefe da Sociedade do 10 de Dezembro outra coisa senão o duelo com um percevejo. Mas Bonaparte respondeu ao partido da ordem como Agesilau ao rei Agis: "*Pareço-te formiga, mas um dia serei um leão.*"<sup>245</sup>

## VI

A coligação com a *Montagne* e os republicanos puros, a que o partido da ordem se via condenado, nos seus vãos esforços para reter o poder militar e reconquistar a suprema direcção do poder executivo, demonstrava irrefutavelmente que tinha perdido a sua *maioria parlamentar autónoma*. A mera força do calendário, o ponteiro do relógio, deu a 28 de Maio o sinal para a sua completa desintegração. Com o 28 de Maio começou o último ano de vida da Assembleia Nacional. Esta tinha que se decidir agora pela manutenção inalterada da Constituição ou pela revisão. Mas, revisão da Constituição não queria dizer apenas dominação da burguesia ou da democracia pequeno-burguesa, democracia ou anarquia proletária, república parlamentar ou Bonaparte, mas queria dizer também Orléans ou Bourbon. Deste modo, caiu no meio do parlamento o pomo da discórdia, em torno do qual forçosamente tinha que atear abertamente o conflito de interesses que dividiam o partido da ordem em fracções inimigas. O partido da ordem era uma combinação de substâncias sociais heterogéneas. O problema da revisão criou uma temperatura política que decompôs o produto nos seus componentes originários.

O interesse dos bonapartistas pela revisão era simples. Para eles tratava-se sobretudo da revogação do artigo 45, que proibia a reeleição de Bonaparte e a prorrogação do seu poder. Não menos simples parecia a posição dos republicanos. Estes rejeitavam incondicionalmente qualquer revisão, vendo nela uma conspiração de todos contra a república. E como dispunham de *mais da quarta parte dos votos* na Assembleia Nacional e constitucionalmente eram necessários três quartos de votos para decidir

validamente a revisão e convocar a Assembleia encarregada de a levar a cabo, bastava-lhes contar os seus votos para estarem seguros da vitória. E estavam seguros da vitória.

Face a estas posições tão claras, o partido da ordem encontrava-se metido em inextricáveis contradições. Se rejeitasse a revisão, punha em perigo o *statu quo*, não deixando a Bonaparte senão uma saída, a da violência, entregando a França no segundo [domingo do mês] de Maio de 1852, no momento decisivo, à anarquia revolucionária, com um presidente que tinha perdido a sua autoridade, com um parlamento que há já muito que a não tinha e com um povo que pensava em reconquistá-la. Se votasse pela revisão constitucional, sabia que votava em vão e que os seus votos fracassariam necessariamente face ao veto constitucional dos republicanos. Se, anticonstitucionalmente, declarasse válida a simples maioria de votos, só podia confiar em dominar a revolução submetendo-se incondicionalmente às ordens do poder executivo e tornava Bonaparte senhor da Constituição, da revisão e do próprio partido da ordem. Uma revisão apenas parcial, que prorrogasse os poderes do presidente, abria o caminho à usurpação imperial. Uma revisão geral, que encurtasse a existência da república, levantava um conflito inevitável entre as pretensões dinásticas, pois as condições para uma restauração bourbónica e para uma restauração orleanista não só eram diferentes como se excluam mutuamente.

A *república parlamentar* era algo mais do que o terreno neutro onde podiam coabitar uma ao lado da outra com direitos iguais as duas fracções da burguesia francesa, os legitimistas e os orleanistas, a grande propriedade fundiária e a indústria. Era a condição inevitável para a sua dominação *comum*, a única forma de Estado em que o seu interesse geral de classe podia submeter simultaneamente as pretensões das suas diferentes fracções e as de todas as outras classes da sociedade. Como realistas, voltavam a cair na sua velha oposição, na luta pela supremacia da propriedade fundiária ou do dinheiro, e a expressão suprema desta oposição, a sua personificação, eram os seus próprios reis, as suas dinastias. Daí a resistência do partido da ordem contra o *regresso dos Bourbons*.

O orleanista e representante do povo Creton tinha apresentado periodicamente, em 1849, 1850, 1851, a proposta de revogar o decreto de desterro contra as famílias reais. E o parlamento dava, com a mesma periodicidade, o espectáculo de uma assembleia de realistas que se obstinavam em fechar aos seus reis desterrados a porta pela qual podiam regressar à pátria. Ricardo III tinha assassinado Henrique VI com a observação de que era

demasiado bom para este mundo e estava melhor no céu. Aqueles realistas declaravam que a França não merecia voltar a possuir os seus reis. Obrigados pela força das circunstâncias, tinham-se convertido em republicanos e sancionavam repetidamente a decisão do povo que expulsara de França os seus reis.

A revisão da Constituição — e as circunstâncias obrigavam a tê-la em conta — punha em causa, juntamente com a república, a dominação comum das duas fracções da burguesia e ressuscitava, com a possibilidade de uma restauração da monarquia, a rivalidade de interesses que de preferência esta tinha representado alternadamente, ressuscitava a luta pela supremacia de uma fracção sobre a outra. Os diplomatas do partido da ordem acreditavam poder resolver a luta por uma amálgama de ambas as dinastias, por uma chamada  *fusão*  dos partidos realistas e das suas casas reais. A efectiva fusão da restauração e da monarquia de Julho era a república parlamentar, na qual se apagavam as cores orleanista e legitimista e as espécies burguesas desapareciam no burguês puro e simples, no género burguês. Mas agora o orleanista devia tornar-se legitimista, o legitimista orleanista. A realeza, onde se personificava a sua oposição, devia corporizar a sua unidade, a expressão dos seus interesses fraccionais exclusivos devia tornar-se expressão do seu interesse comum de classe, a monarquia devia realizar aquilo que só a superação das duas monarquias, a república, podia realizar e tinha realizado. Era isto a pedra filosofal, para cuja produção quebravam a cabeça os doutores do partido da ordem. Como se a monarquia legítima pudesse alguma vez tornar-se a monarquia do burguês industrial ou a realeza do burguês alguma vez tornar-se a realeza da hereditária aristocracia da terra! Como se a propriedade fundiária e a indústria pudessem irmanar-se sob  *uma*  coroa, quando a coroa apenas podia assentar sobre uma cabeça, sobre a cabeça do irmão mais velho ou a do mais novo! Como se a indústria pudesse alguma vez entender-se com a propriedade fundiária, enquanto a propriedade fundiária não se decidir a tornar-se ela própria industrial! Ainda que Henri V morresse amanhã, o conde de Paris não se converteria por isso em rei dos legitimistas, a menos que deixasse de o ser dos orleanistas. No entanto, os filósofos da fusão, que se envaideciam à medida que a questão da revisão ia passando para primeiro plano, que fizeram da  *"Assemblée nationale"* <sup>155</sup> o seu órgão diário oficial e que inclusive voltam ao trabalho neste momento (Fevereiro de 1852), procuravam a explicação de todas as dificuldades na resistência e na rivalidade de ambas as dinastias. As tentativas para reconciliar a família de Orléans com Henrique V, que começaram desde a

morte de Louis-Philippe, mas que, como todas as intrigas dinásticas, apenas se representavam, em geral, durante as férias da Assembleia Nacional, nos intervalos, nos bastidores, mais por coqueteria sentimental com a velha superstição do que como um propósito sério, converteram-se agora em acções principais\*, representadas pelo partido da ordem na cena pública, em vez de serem representadas como antes num teatro de amadores. Os correios voavam de Paris para Veneza<sup>246</sup>, de Veneza para Claremont, de Claremont para Paris. O conde de Chambord lança um manifesto no qual, "com a ajuda de todos os membros da sua família", anuncia, não a sua restauração, mas a restauração "nacional". O orleanista Salvandy lança-se aos pés de Henrique V. Os chefes legitimistas Berryer, Benoist d'Azy, Saint-Priest, deslocam-se a Claremont, para vencer os Orléans, mas em vão. Os fusionistas dão-se conta demasiado tarde de que os interesses de ambas as fracções burguesas não perdem em exclusivismo nem ganham em transigência por se agudizarem sob a forma de interesses de família, de interesses de duas casas reais. Ainda que Henrique V reconhecesse o conde de Paris como seu sucessor — único êxito que, no melhor dos casos, a fusão podia conseguir — a casa de Orléans não ganhava com isso nenhum direito que não lhe estivesse já garantido pela inexistência de filhos de Henrique V e, em contrapartida, perdia todos os direitos que tinha conquistado com a revolução de Julho. Renunciava aos seus direitos originários, a todos os títulos que, numa luta quase secular, tinha ido arrancando ao ramo mais antigo dos Bourbons, trocava as suas prerrogativas históricas, as prerrogativas da realeza moderna, pelas prerrogativas da sua árvore genealógica. Portanto, a fusão não era mais do que a abdicação voluntária da casa de Orléans, a sua resignação legitimista, o regresso arrependido da Igreja de Estado protestante à católica. Um regresso que, além disso, não a levaria sequer ao trono que tinha perdido, mas aos degraus do trono em que tinha nascido. Os antigos ministros orleanistas, Guizot, Duchâtel, etc., que foram também a correr a Claremont, advogar a fusão, apenas representavam de facto a ressaca deixada pela revolução de Julho, a desesperança na monarquia burguesa e no monarquismo dos burgueses, a crença supersticiosa na legitimidade como último amuleto contra a monarquia. Na sua imaginação mediadores entre os Orléans e os Bourbons, eram, de facto, apenas orleanistas renegados e, como tais, os recebeu o príncipe de

\* Ver nota\* da p. 235. (Nota da edição portuguesa.)

Joinville. Em contrapartida, o sector viável e belicoso dos orleanistas, Thiers, Baze, etc., convenceu com tanto maior facilidade a família de Louis-Philippe de que se qualquer restauração monárquica imediata pressupunha a fusão de ambas as dinastias e esta, por sua vez, a abdicação da casa de Orléans, em contrapartida, correspondia inteiramente à tradição dos seus antepassados reconhecer provisoriamente a república e esperar que os acontecimentos permitissem converter a cadeira presidencial em trono. A candidatura de Joinville à presidência foi difundida sob a forma de boato, a curiosidade pública foi mantida em suspenso e, alguns meses mais tarde, em Setembro, depois da rejeição da revisão, foi publicamente proclamada.

Deste modo, não só tinha fracassado a tentativa de uma fusão realista entre orleanistas e legitimistas, como também se tinha rompido a sua *fusão parlamentar*, a sua forma comum republicana, e o partido da ordem desagrega-se de novo nos seus componentes originários; mas, quanto mais crescia o distanciamento [*Entfremdung*] entre Claremont e Veneza, quanto mais se rompia o seu entendimento e quanto mais se ia estendendo a agitação a favor de Joinville, mais prementes e mais sérias se tornavam as negociações entre Faucher, o ministro de Bonaparte, e os legitimistas.

A desintegração do partido da ordem não se deteve nos seus elementos originários. Cada uma das duas grandes fracções decompôs-se por sua vez de novo. Era como se voltassem a reviver todos os velhos matizes que antigamente se tinham combatido dentro de cada um dos dois círculos, o legitimista e o orleanista, como acontece com os infusórios secos ao contacto com a água, era como se tivessem recuperado a energia vital suficiente para formar grupos próprios e oposições autónomas. Os legitimistas voltaram a sonhar com os litígios entre as Tulherias e o Pavillon Marsan, entre Villèle e Polignac<sup>247</sup>. Os orleanistas reviviam a idade de ouro dos torneios entre Guizot, Molé, Broglie, Thiers e Odilon Barrot.

A parte do partido da ordem que desejava a revisão, mas de novo em desacordo quanto aos limites da revisão, composta pelos legitimistas de Berryer e Falloux, por um lado, e por La Rochejaquelein, por outro, e os orleanistas cansados de lutar de Molé, Broglie, Montalembert e Odilon Barrot, chegou a um acordo com os representantes bonapartistas sobre a seguinte proposta ampla e indeterminada:

“Os deputados abaixo assinados, com o fim de restituir à nação o pleno exercício da sua soberania, apresentam a moção de que a Constituição seja revista.”

Mas ao mesmo tempo declaravam unanimemente, pela boca do seu porta-voz, Tocqueville, que a Assembleia Nacional não tinha o direito de pedir a *abolição da república*, que este direito apenas cabia à câmara encarregada da revisão. Que, além disso, a Constituição só podia ser revista pela *via "legal"*, isto é, quando votassem a favor da revisão os três quartos do número de votos constitucionalmente prescritos. Após 6 dias de turbulentos debates, a 19 de Julho, foi rejeitada, como era de prever, a revisão. Votaram a favor 446, mas contra 278. Os decididos orleanistas, Thiers, Changarnier, etc., votaram com os republicanos e a *Montagne*.

A maioria do parlamento declarava-se assim contra a Constituição, mas esta mesma Constituição declarava-se a favor da minoria e declarava a sua decisão como vinculativa. Mas acaso o partido da ordem não tinha submetido a Constituição à maioria parlamentar em 31 de Maio de 1850 e em 13 de Junho de 1849? Não repousava toda a sua política até aqui na submissão dos parágrafos constitucionais às decisões parlamentares da maioria? Não tinha deixado aos democratas, e castigado nos democratas, a crença supersticiosa velho-testamentária na letra da lei? Mas neste momento a revisão da Constituição não significava mais que a continuação do poder presidencial, do mesmo modo que a continuação da Constituição não significava senão a destituição de Bonaparte. O parlamento declarara-se a favor dele, mas a Constituição declarava-se contra o parlamento. Bonaparte agiu, pois, no sentido do parlamento ao rasgar a Constituição, e agiu no sentido da Constituição ao dispersar o parlamento.

O parlamento tinha declarado a Constituição, e com ela a sua própria dominação, “fora da maioria”, com a sua decisão tinha revogado a Constituição e prorrogado o poder presidencial, declarando ao mesmo tempo que nem uma podia morrer nem o outro viver enquanto ele próprio persistisse. Aqueles que o haviam de enterrar estavam já à porta. Enquanto ele debatia a revisão, Bonaparte afastou o general Baraguay d’Hilliers, que se mostrava indeciso, do comando da primeira divisão militar e nomeou para o seu lugar o general Magnan, o vencedor de Lyon, o herói das jornadas de Dezembro, uma das criaturas, que já sob Louis-Philippe se tinha comprometido mais ou menos por ele por ocasião da expedição de Boulogne.

O partido da ordem demonstrou, com a sua decisão sobre a revisão, que não sabia governar nem servir, nem viver nem morrer, nem apoiar a república nem derrubá-la, nem manter a Constituição nem deitá-la por terra, nem cooperar com o presidente nem romper com ele. De quem esperava a solução de todas as

contradições? Do calendário, do curso dos acontecimentos. Deixou de se arrogar um poder sobre os acontecimentos. Desafiou, portanto, os acontecimentos a fazer valer a sua violência e portanto desafiou o poder, a quem, na sua luta contra o povo, tinha ido cedendo um atributo após outro, até estar impotente frente a ele. Para que o chefe do poder executivo pudesse traçar o plano de luta contra ele sem ser incomodado, fortalecer os seus meios de ataque, escolher os seus instrumentos, consolidar as suas posições, decidiu, no meio deste momento crítico, retirar-se da cena e adiar as suas sessões por três meses, de 10 de Agosto a 4 de Novembro.

O partido parlamentar não só se tinha desintegrado nas suas duas grandes fracções e cada uma destas não só se tinha desintegrado ela própria no seu interior, como também o partido da ordem no parlamento se tinha dissociado do partido da ordem fora do parlamento. Os porta-vozes e escribas da burguesia, a sua tribuna e a sua imprensa, numa palavra, os ideólogos da burguesia e a própria burguesia, os representantes e os representados estavam divorciados [*entfremdet*] uns dos outros e já não se entendiam mais.

Os legitimistas nas províncias, com o seu horizonte limitado e o seu ilimitado entusiasmo, acusavam os seus chefes parlamentares, Berryer e Falloux, de deserção para o campo bonapartista e de traição contra Henrique V. A sua inteligência flor-de-lisada acreditava no pecado original, mas não na diplomacia.

Incomparavelmente mais funesta e mais decisiva era a ruptura da burguesia comercial com os seus políticos. Ela não os criticava, como os legitimistas aos seus, pelo facto de terem desertado de um princípio, mas, pelo contrário, por se aferrarem a princípios tornados inúteis.

Já aponteí atrás que, desde a entrada de Fould no ministério, a parte da burguesia comercial que tinha ficado com a parte de leão na dominação de Louis-Philippe, a *aristocracia financeira*, se tinha tornado bonapartista. Fould não representava apenas o interesse de Bonaparte na Bolsa, mas representava ao mesmo tempo o interesse da Bolsa junto de Bonaparte. A posição da aristocracia financeira retrata-se do modo mais evidente numa citação do seu órgão europeu, o *Economist*<sup>248</sup> de Londres. No seu número de 1 de Fevereiro de 1851, escreve de Paris:

“Por toda a parte podemos constatar que a França exige acima de tudo tranquilidade. O presidente declara-o na sua mensagem à Assembleia Legislativa; ressoa como eco da tribuna nacional; é afirmado pelos jornais; é proclamado do púlpito; é demonstrado pela sensibilidade dos valores do Estado

perante a menor perspectiva de desordem e pela sua firmeza logo que triunfa o poder executivo.”

No seu número de 29 de Novembro de 1851, o *Economist* declara em seu próprio nome:

“Em todas as Bolsas da Europa reconhece-se agora o presidente como o guardião da ordem.”

Portanto, a aristocracia financeira condenava a luta parlamentar do partido da ordem contra o poder executivo como uma *perturbação da ordem* e festejava cada vitória do presidente como uma *vitória da ordem* sobre os pretensos representantes dela. Por aristocracia financeira há que entender aqui não só os grandes empresários dos empréstimos e os especuladores em valores do Estado, cujos interesses coincidem, por razões bem compreensíveis, com os interesses do poder de Estado. Todo o moderno negócio de dinheiro, toda a economia bancária, se encontra entretecida do modo mais íntimo com o crédito público. Uma parte do seu capital comercial é necessariamente investida em valores do Estado, rapidamente convertíveis, e dá juro. Os seus depósitos, o capital posto à sua disposição e distribuído por eles entre os comerciantes e industriais afluem em parte dos dividendos dos obrigacionistas do Estado. Se em cada época a estabilidade do poder de Estado significou Moisés e os profetas para todo o mercado do dinheiro e para os sacerdotes desse mercado de dinheiro, como não ainda mais hoje, quando cada dilúvio ameaça arrastar, juntamente com os velhos Estados, as velhas dívidas de Estado?

Também a *burguesia industrial*, com o seu tanatismo da ordem, se irritava com as querelas do partido da ordem parlamentar com o poder executivo. Depois do seu voto de 18 de Janeiro por ocasião da destituição de Changarnier, Thiers, Anglès, Sainte-Beuve, etc., receberam reprimendas públicas, procedentes precisamente dos seus mandantes dos círculos industriais, nas quais se estigmatizava sobretudo a sua coligação com a *Montagne* como um delito de alta traição contra a ordem. Se, como vimos, as provocações jactanciosas, as mesquinhas intrigas em que se manifestava a luta do partido da ordem contra o presidente não mereciam melhor acolhimento, por outro lado este partido burguês, que exigia que os seus representantes deixassem passar sem resistência o poder militar das mãos do seu próprio parlamento para as mãos de um pretendente aventureiro, não era sequer digno das intrigas malbaratadas em seu interesse.

Demonstrava que a luta pela defesa do seu interesse *público*, do seu próprio *interesse de classe*, do seu *poder político*, apenas o incomodava e o desgostava como a perturbação do negócio privado.

Durante as digressões de Bonaparte, as notabilidades burguesas das cidades departamentais, os magistrados, os juizes comerciais, etc., recebiam-no em toda a parte, quase sem excepção, do modo mais servil, mesmo quando, como em Dijon, atacava sem reservas a Assembleia Nacional e especialmente o partido da ordem.

Quando o comércio corria bem, como acontecia ainda no início de 1851, a burguesia comercial enfurecia-se contra toda a luta parlamentar, para que ao comércio não faltasse o ânimo. Quando o comércio corria mal, como acontecia constantemente desde fins de Fevereiro de 1851, acusava as lutas parlamentares de serem a causa da estagnação e clamava para que essas lutas se acalmassem para que o comércio pudesse reanimar-se. Os debates sobre a revisão coincidiram precisamente com este período mau. Como aqui se tratava do ser ou não ser da forma existente de Estado, a burguesia sentiu-se tanto mais justificada a reclamar dos seus representantes o fim deste provisório atormentador e ao mesmo tempo a manutenção do *statu quo*. Isto não era nenhuma contradição. Ela entendia por fim do provisório, precisamente, a sua continuação, o adiamento, para um futuro remoto, do momento em que uma decisão tinha de ser tomada. O *statu quo* apenas podia manter-se por dois caminhos: prolongamento do poder de Bonaparte ou demissão constitucional deste e eleição de Cavaignac. Uma parte da burguesia desejava a última solução e não soube dar aos seus representantes melhor conselho do que de se calarem, de deixarem intacto o ponto candente. Supunha que se os seus representantes não falassem, Bonaparte não agiria. Queria um parlamento-avestruz, que escondesse a cabeça para ficar sem ser visto. Outra parte da burguesia queria que Bonaparte, uma vez que estava sentado na cadeira presidencial, continuasse sentado nela, para que tudo continuasse no velho carril. Insurgia-se porque o seu parlamento não violava abertamente a Constituição e não abdicava sem rodeios.

Os Conselhos Gerais dos departamentos, representações provinciais da grande burguesia, reunidos durante as férias da Assembleia Nacional, desde 25 de Agosto, declararam-se quase unanimemente pela revisão, portanto, contra o parlamento e por Bonaparte.

Mais inequivocamente ainda do que a desavença com os seus representantes parlamentares, a burguesia trazia à luz do dia a

sua fúria contra os seus representantes literários, contra a sua própria imprensa. As condenações a multas exorbitantes e a desavergonhadas penas de prisão com que os júris burgueses castigavam qualquer ataque dos jornalistas burgueses contra os apetites de usurpação de Bonaparte, qualquer tentativa por parte da imprensa de defender os direitos políticos da burguesia contra o poder executivo, causavam o espanto não só da França, mas de toda a Europa.

Se o *partido da ordem parlamentar*, com a sua gritaria pela tranquilidade, se condenava a si próprio à tranquilidade, como mostrei, se declarava a dominação política da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, na medida em que, na luta contra as restantes classes da sociedade, aniquilava pela sua própria mão todas as condições do seu próprio regime, do regime parlamentar, a *massa extraparlamentar da burguesia*, pelo seu servilismo face ao presidente, pelos seus insultos ao parlamento, pelo mau trato brutal da própria imprensa, levava Bonaparte a oprimir, a aniquilar a parte dela que falava e que escrevia, os seus políticos e os seus literatos, a sua tribuna e a sua imprensa, a poder assim entregar-se plenamente confiante aos seus negócios privados sob a protecção de um governo forte e ilimitado. Declarava inequivocamente que suspirava por se desfazer da sua própria dominação política, para se desfazer dos cuidados e perigos da dominação.

E esta burguesia extraparlamentar, que se tinha rebelado já contra a luta puramente parlamentar e literária a favor da dominação da sua própria classe e traído os chefes desta luta, atreve-se agora, depois, a acusar o proletariado por não se ter lançado por ela numa luta sangrenta, numa luta de vida ou de morte! Ela, que a cada momento sacrificou o seu interesse geral de classe, isto é, o seu interesse político, ao mais tacanho, ao mais sórdido interesse privado, e que colocou aos seus representantes a exigência de um sacrifício análogo, lamenta-se agora de que o proletariado teria sacrificado aos seus interesses materiais os interesses políticos ideais dela! Comporta-se como uma bela alma a quem o proletariado, extraviado por socialistas, não compreendeu e abandonou no momento decisivo. E encontra um eco geral no mundo burguês. Não falo aqui, naturalmente, dos políticos de capelinha e dos sentenciosos abrutalhados alemães. Remeto, por exemplo, para o mesmo *Economist*, que ainda a 29 de Novembro de 1851, isto é, quatro dias antes do golpe de Estado, apresentava Bonaparte como o "guardião da ordem" e os Thiers e Berryer como "anarquistas", e que logo a 27 de Dezembro de 1851, depois de Bonaparte ter reduzido à tranqui-



lidade tais “anarquistas”, vocifera contra a traição cometida pelas “ignorantes, incultas, estúpidas massas proletárias contra o engenho, o conhecimento, a disciplina, a influência espiritual, os recursos intelectuais e o peso moral das camadas médias e superiores da sociedade”. A massa estúpida, ignorante e vulgar não era outra senão a própria massa burguesa.

É certo que em 1851 a França tinha vivido uma espécie de pequena crise comercial. Em fins de Fevereiro tornou-se evidente a diminuição das exportações em relação a 1850; em Março ressentiu-se o comércio e começaram a fechar as fábricas; em Abril a situação dos departamentos industriais parecia tão desesperada como depois das jornadas de Fevereiro; em Maio o negócio não se tinha ainda reavivado; ainda em 28 de Junho, a carteira do Banco de França, com o seu aumento enorme dos depósitos e a sua descida não menos grande dos descontos de letras, revelava a estagnação da produção; e só em meados de Outubro voltou a verificar-se uma melhoria progressiva do negócio. A burguesia francesa explicava esta estagnação do comércio por razões puramente políticas, pela luta entre o parlamento e o poder executivo, pela insegurança de uma forma de Estado apenas provisória, pela perspectiva intimidadora do segundo [domingo do mês] de Maio de 1852. Não negarei que todas estas circunstâncias exerciam um efeito deprimente sobre alguns ramos industriais em Paris e nos departamentos. Em todo o caso, esta influência das condições políticas era, porém, apenas local e insignificante. Seria necessário uma outra prova disso de que a melhoria do comércio, precisamente, no momento em que a situação política piorava, em que o horizonte político se obscurecia, esperando-se a todo o momento que caísse um raio do Eliseu em meados de Outubro? Além disso, o burguês francês, cujo “engenho, conhecimento, penetração espiritual e recursos intelectuais” não vão além do seu nariz, pôde dar com o nariz na causa da sua miséria comercial ao longo de toda a duração da Exposição Industrial de Londres<sup>249</sup>. Enquanto em França as fábricas fechavam, em Inglaterra rebentavam as bancarrotas comerciais. Enquanto em Abril e Maio o pânico industrial atingia em França o apogeu, em Abril e Maio o pânico comercial atingia o apogeu em Inglaterra. A indústria de lanifícios inglesa sofria quebras como a francesa, e outro tanto acontecia com a manufactura da seda. Se as fábricas algodoeiras inglesas continuavam a trabalhar, não era já com os mesmos lucros que em 1849 e 1850. A diferença era apenas que em França a crise era industrial e em Inglaterra comercial; que, enquanto em França as fábricas estavam paradas, em Inglaterra expandiam-se mas

em condições mais desfavoráveis que nos anos anteriores; que em França o que ficava em pior situação era a exportação e em Inglaterra a importação. A causa comum que, naturalmente, não se pode ir procurar dentro dos limites do horizonte político francês, era evidente. Os anos de 1849 e 1850 foram anos da maior prosperidade material e de uma sobreprodução que só se manifestou como tal a partir de 1851. No início desse ano, foi ainda fomentada de um modo especial com vista à Exposição Industrial. Como circunstâncias peculiares há que acrescentar: primeiro, a má colheita de algodão de 1850 e 1851; depois, a segurança de uma colheita algodoeira mais abundante que a que se esperava, a alta e depois a baixa repentina, numa palavra, as oscilações dos preços do algodão. A colheita de seda em bruto tinha caído, pelo menos em França, abaixo da média. Finalmente, a manufactura da lã tinha-se expandido tanto, a partir de 1848, que a produção de lã não bastava para a abastecer e o preço da lã em bruto subiu muito desproporcionadamente em relação ao preço dos artigos de lã. Aqui, na matéria-prima de três indústrias do mercado mundial, temos, pois, já triplo material para uma estagnação do comércio. Prescindindo destas circunstâncias especiais, a aparente crise do ano de 1851 não era mais do que a paragem que a sobreprodução e a sobrespeculação fazem sempre que percorrem o ciclo industrial, antes de reunir todas as suas forças para percorrer com vertiginosidade febril a última etapa do ciclo e chegar de novo ao seu ponto de partida: a *crise comercial geral*. Em tais intervalos da história do comércio, rebentam em Inglaterra as bancarrotas comerciais, enquanto em França paralisa a própria indústria, em parte obrigada a retroceder pela concorrência dos ingleses em todos os mercados, concorrência que precisamente nesse momento se agudiza até limites intoleráveis, em parte por ser uma indústria de luxo, que sofre preferentemente as consequências de qualquer estagnação dos negócios. Deste modo, a França, para além de percorrer as crises gerais, percorre a sua própria crise nacional de comércio, que, no entanto, é muito mais determinada e condicionada pelo estado geral do mercado mundial do que pelas influências locais francesas. Não carecerá de interesse contrapor ao pré-juízo do burguês francês o juízo do burguês inglês. Uma das maiores casas de Liverpool escreve no seu relatório comercial anual de 1851:

“Poucos anos enganaram mais do que o agora findo quanto às previsões feitas no início; em vez da grande prosperidade que se previa quase unanimemente, foi um dos anos mais decepcionantes desde há um quarto de século. Isto refere-se apenas, naturalmente, às classes mercantis, não às industriais. E, no

entanto, no início do ano havia seguramente razões para pensar o contrário; as reservas de mercadorias eram escassas, o capital abundante, os viveres baratos, estava assegurado um Outono próspero; paz inalterada no continente e ausência de perturbações políticas ou financeiras no nosso país: de facto, nunca tinham estado tão livres as asas do comércio... A que atribuir este resultado desfavorável? Cremos que ao *sobrecomércio*, tanto nas importações como nas exportações. Se os nossos comerciantes não põem por si próprios à sua actividade limites mais estreitos, nada poderá manter-nos nos carris senão um pânico todos os três anos."

Imagine-se agora o burguês francês no meio deste pânico dos negócios, com o seu cérebro obcecado pelo comércio, torturado, aturdido pelos boatos de golpe de Estado e de restabelecimento do sufrágio universal, pela luta entre o parlamento e o poder executivo, pela guerra de Fronda dos orleanistas e dos legitimistas, pelas conspirações comunistas no Sul de França e as pretensas *jacqueries*\* dos departamentos do Nièvre e do Cher, pelos reclamos dos diferentes candidatos à presidência, pelas palavras de ordem ruidosas dos jornais, pelas ameaças dos republicanos de defenderem com as armas na mão a Constituição e o sufrágio universal, pelos evangelhos dos heróis emigrados *in partibus*<sup>91</sup>, que anunciavam o fim do mundo para o segundo [domingo do mês] de Maio de 1852, e compreender-se-á que, no meio desta confusão indescritível e estrepitosa de fusão, revisão, prorrogação, Constituição, conspiração, coligação, emigração, usurpação e revolução, o burguês, ofegante, gritasse como um louco à sua república parlamentar: "*Antes um fim com terror do que um terror sem fim!*"

Bonaparte entendeu este grito. A sua capacidade de compreensão aguçou-se em virtude da crescente violência dos seus credores, que viam em cada crepúsculo que os ia aproximando do dia do vencimento, o segundo [domingo do mês] de Maio de 1852, um protesto do movimento dos astros contra as suas letras de câmbio terrenas. Tinham-se tornado verdadeiros astrólogos. A Assembleia Nacional tinha frustrado a Bonaparte a esperança na prorrogação constitucional do seu poder e a candidatura do príncipe de Joinville não consentia mais vacilações.

Se houve alguma vez um acontecimento que projectou diante de si a sua sombra muito tempo antes de se dar, foi o golpe de Estado de Bonaparte. Logo em 29 de Janeiro de 1849, mal tinha passado um mês após a sua eleição, fez uma proposta neste sentido a Changarnier. O seu próprio primeiro-ministro, Odilon

\* Em francês no texto: insurreições camponesas. (Nota da edição portuguesa.)

Barrot, denunciara veladamente no Verão de 1849, e Thiers abertamente no Inverno de 1850, a política do golpe de Estado. Em Maio de 1851, Persigny tentara mais uma vez ganhar Changarnier para o *coup* e o *Messenger de l'Assemblée*<sup>250</sup> tinha publicado esta negociação. Perante cada tormenta parlamentar os jornais bonapartistas ameaçavam com um golpe de Estado, e quanto mais se aproximava a crise mais subiam de tom. Nas orgias que Bonaparte celebrava todas as noites com a *swell mob*\* masculina e feminina, quando se aproximava a meia-noite e as abundantes libações desatavam as línguas e aqueciam a fantasia, decidia-se o golpe de Estado para a manhã seguinte. Desembainhavam-se as espadas, os copos tilintavam, os deputados saíam a voar pelas janelas e o manto imperial caía sobre os ombros de Bonaparte, até que a manhã seguinte afugentava o fantasma e Paris inteirava-se, pelas vestais pouco reservadas e pelos indiscretos paladinos, do perigo a que tinha escapado uma vez mais. Durante os meses de Setembro e Outubro multiplicavam-se os boatos sobre um *coup d'état*. A sombra ganhava ao mesmo tempo cor, como um daguerreótipo de cores variadas. Se se folhear as séries de Setembro e Outubro dos órgãos da imprensa diária europeia, encontram-se textualmente notícias deste tipo: "Paris está cheia de boatos de um golpe de Estado. Diz-se que a capital se encherá de tropas durante a noite e que a manhã seguinte trará decretos que dissolvem a Assembleia Nacional, que declaram o departamento do Sena em estado de sítio, que restauram o sufrágio universal e que apelam para o povo. Diz-se que Bonaparte procura ministros para a prossecução destes decretos ilegais." As correspondências que dão estas notícias terminam sempre com a palavra fatal "*adiado*". O golpe de Estado foi sempre a ideia fixa de Bonaparte. Com esta ideia voltou a pisar o solo francês. Estava a tal ponto possuído por ela, que a denunciava e se descaía a cada passo. E era tão débil que voltava a abandoná-la também a cada passo. A sombra do golpe de Estado tinha-se tornado tão familiar para os parisienses como um espectro, que, quando por fim se lhes apresentou em carne e osso, não queriam acreditar nele. Não foi, pois, nem o recato discreto do chefe da Sociedade do 10 de Dezembro nem uma surpresa insuspeitada pela Assembleia Nacional que fez com que o golpe de Estado triunfasse. Triunfou, apesar da indiscrição *daquela* e do conhecimento prévio *desta*, como resultado necessário e inevitável do processo anterior.

\* Em inglês no texto: fina flor. (Nota da edição portuguesa.)

Em 10 de Outubro, Bonaparte anunciou aos seus ministros a sua resolução de querer estabelecer o sufrágio universal; a 16 apresentaram-lhe a demissão, e a 26 Paris conheceu a formação do ministério Thorigny. O prefeito da polícia Carlier foi substituído ao mesmo tempo por Maupas e o chefe da primeira divisão, Magnan, concentrou na capital os regimentos mais seguros. Em 4 de Novembro a Assembleia Nacional retomou as suas sessões. Já nada mais tinha a fazer senão repetir como uma curta e breve lição de revisão o curso que tinha acabado e provar que só seria enterrada depois de estar morta.

O primeiro posto que tinha perdido na sua luta com o poder executivo foi o ministério. Teve de reconhecer solenemente esta perda na medida em que aceitou completamente o ministério Thorigny, um simples simulacro de ministério. A comissão permanente tinha recebido com gargalhadas o senhor Giraud, quando este se apresentou em nome dos novos ministros. Fraco era o ministério para medidas tão fortes como o restabelecimento do sufrágio universal! Mas tratava-se precisamente de nada fazer no parlamento, e fazer tudo *contra* o parlamento.

Desde o primeiro dia da sua reabertura, a Assembleia Nacional recebeu a mensagem de Bonaparte em que exigia o restabelecimento do sufrágio universal e a revogação da lei de 31 de Maio de 1850. Os seus ministros apresentaram no mesmo dia um decreto nesse sentido. A Assembleia rejeitou imediatamente o pedido de urgência dos ministros, e a 13 de Novembro a própria lei, por 355 votos contra 348. Deste modo, rompeu uma vez mais o seu mandato, confirmou uma vez mais que se transformara de representação do povo livremente eleita em parlamento de uma classe, usurpador, confessou uma vez mais que ela própria tinha cortado os músculos que ligavam a cabeça parlamentar ao corpo da nação.

Se o poder executivo, com a sua proposta de restabelecimento do sufrágio universal, apelava da Assembleia Nacional para o povo, o poder legislativo, com o seu projecto de lei sobre os questores, apelava do povo para o exército. Este projecto de lei sobre os questores devia fixar o direito à requisição imediata de tropas, à formação de um exército parlamentar. Se erigia assim o exército em árbitro entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, se reconhecia o exército como poder de Estado decisivo, tinha, por outro lado, de confirmar que de há muito havia renunciado à pretensão de dominação sobre ele. Quando, em vez de requisitar de imediato as tropas, debatia o seu direito de requisição, traía a dúvida sobre o seu próprio poder. Ao rejeitar o projecto de lei sobre os questores, confessava abertamente a sua

impotência. Este projecto de lei foi rejeitado com uma minoria de 108 votos; a *Montagne* decidiu, portanto, a votação. Encontrou-se na situação do burro de Buridan, não certamente para decidir de entre dois sacos de feno qual o mais atraente, mas para decidir de entre duas cargas de pancada qual a mais pesada. De um lado, o medo de Changarnier; do outro, o medo de Bonaparte. Há que reconhecer que a situação não era heróica.

A 18 de Novembro foi proposta uma emenda à lei sobre as eleições municipais apresentada pelo partido da ordem, na qual se estabelecia que os eleitores municipais não necessitariam de três anos de domicílio, mas apenas de um, para poder votar. A emenda foi rejeitada por um só voto, mas verificou-se imediatamente que este voto era um erro. O partido da ordem tinha, pela cisão nas suas fracções inimigas, perdido desde há muito a sua maioria parlamentar autónoma. Agora tornava evidente que já não existia de modo nenhum maioria no parlamento. A Assembleia Nacional tinha-se tornado *incapaz de tomar decisões*. Os seus elementos atómicos já não se mantinham unidos por nenhuma força de coesão; tinha gasto o seu último sopro de vida, estava morta.

Finalmente, alguns dias antes da catástrofe, a massa extraparlamentar da burguesia confirmaria solenemente uma vez mais a sua ruptura com a burguesia dentro do parlamento. Thiers, que, como herói parlamentar, estava, sobretudo ele, contagiado pela doença incurável do cretinismo parlamentar, tinha maquinado depois da morte do parlamento uma nova intriga parlamentar com o Conselho de Estado: uma lei de responsabilidade, com a qual se pretendia manietar o presidente nos limites da Constituição. Assim como em 15 de Setembro, por ocasião da fundação do novo mercado de Paris, Bonaparte tinha, qual segundo Masaniello, fascinado as *dames des halles*, as peixeiras — e seguramente uma peixeira valia bem em poder real 17 burgraves —, do mesmo modo que, depois de apresentado o projecto de lei sobre os questores, entusiasmara os tenentes obsequiados no Elysée, agora, a 25 de Novembro, arrebatou a burguesia industrial, congregada no circo para receber das suas mãos as medalhas dos prémios pela Exposição Industrial de Londres. Reproduzo a parte significativa do seu discurso, segundo o *Journal des Débats*:

“Com êxitos tão inesperados, estou no direito de repetir quão grande seria a República Francesa se lhe fosse consentido defender os seus interesses reais e reformar as suas instituições, em vez de se ver constantemente perturbada, por um lado, pelos demagogos e, por outro, pelas alucinações monárquicas. (*Rui-*

*dosos, tempestuosos e repetidos aplausos de todas as partes do anfiteatro.*) As alucinações monárquicas impedem todo o progresso e todo o desenvolvimento industrial sério. Em vez de progresso, apenas luta. Vêm-se homens, que antes eram o mais zeloso sustentáculo da autoridade e prerrogativas régias, tornarem-se partidários de uma Convenção somente para enfraquecer a autoridade nascida do sufrágio universal. (*Ruidosos e repetidos aplausos.*) Vemos homens que sofreram mais do que ninguém com a revolução, e que a deploraram mais do que ninguém, provocar uma nova, e apenas para agrilhoar a vontade da nação... Eu prometo-vos tranquilidade para o futuro, etc., etc. ('*Bravo*': '*bravo*', *tempestuosos* '*bravo*')."

Assim aplaude a burguesia industrial com o seu "bravo" servil o golpe de Estado de 2 de Dezembro, a aniquilação do parlamento, o declínio da sua própria dominação, a ditadura de Bonaparte. A tempestade de aplausos de 25 de Novembro teve a sua resposta na tempestade de tiros de canhão de 4 de Dezembro, e a maioria das bombas foi rebentar em casa do senhor Sallandrouze, que tinha aplaudido a maioria dos "bravos".

Quando Cromwell dissolveu o Longo Parlamento<sup>251</sup>, dirigiu-se sozinho ao centro da sala de sessões, pegou no relógio para que aquele não vivesse nem um só minuto mais do que o prazo que lhe tinha dado e foi expulsando da sala os deputados um após outro com insultos alegres e humoristas. No 18 de Brumário, Napoleão, mais pequeno que o seu modelo, dirigiu-se, apesar de tudo, para o Corpo Legislativo e ieu-lhe, ainda que com a voz entrecortada, a sua sentença de morte. O segundo Bonaparte, que de resto se encontrava na posse de um poder executivo muito diferente do de Cromwell ou Napoleão, não foi procurar o seu modelo nos anais da história universal, mas nos anais da Sociedade do 10 de Dezembro, nos anais da jurisprudência criminal. Rouba ao Banco de França 25 milhões de francos, compra o general Magnan por um milhão e os soldados por 15 francos cada um e por aguardente, reúne-se de noite às escondidas com os seus cúmplices, como um ladrão, manda assaltar as casas dos parlamentares mais perigosos e tirar das suas camas Cavaignac, Lamoricière, Le Flô, Changarnier, Charras, Thiers, Baze, etc., manda ocupar por tropas as principais praças de Paris e o edifício do parlamento e afixar, de manhã cedo, em todas as paredes, cartazes charlatanescos proclamando a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, o restabelecimento do sufrágio universal e a declaração do departamento do Sena em estado de sítio. Do mesmo modo, publica pouco depois no *Moniteur* um documento falso segundo o qual influentes personalidades parlamentares se agruparam em torno dele num Conselho de Estado.

Os restos do parlamento, formado principalmente por legiti-

mistas e orleanistas, reúnem-se no edifício da *mairie* do 10.º *arrondissement* e decidem entre repetidos gritos de "Viva a república!" a destituição de Bonaparte, arengam em vão à massa boquiaberta congregada diante do edifício e, por último, sob a guarda de atiradores africanos, são arrastados primeiro para o quartel de Orsay e depois empacotados em carros celulares e transportados para as prisões de Mazas, Ham e Vincennes. Assim terminaram o partido da ordem, a Assembleia Legislativa e a revolução de Fevereiro. Eis aqui em breves traços, antes de passar rapidamente à conclusão, o esquema da sua história:

I. *Primeiro período.* De 24 de Fevereiro a 4 de Maio de 1848. Período de Fevereiro. Prólogo. Farsa de confraternização geral.

II. *Segundo período.* Período de constituição da república e da Assembleia Nacional Constituinte.

1. De 4 de Maio a 25 de Junho de 1848. Luta das classes todas juntas contra o proletariado. Derrota do proletariado nas jornadas de Junho.

2. De 25 de Junho a 10 de Dezembro de 1848. Ditadura dos republicanos burgueses puros. Elaboração da Constituição. Declaração do estado de sítio em Paris. Em 10 de Dezembro é posta de parte a ditadura burguesa com a eleição de Bonaparte para presidente.

3. De 20 de Dezembro de 1848 a 28 de Maio de 1849. Luta da Constituinte com Bonaparte e com o partido da ordem unido a ele. Declínio da Constituinte. Queda da burguesia republicana.

III. *Terceiro período.* Período da *república constitucional* e da *Assembleia Nacional Legislativa*.

1. De 28 de Maio a 13 de Junho de 1849. Luta dos pequenos burgueses contra a burguesia e contra Bonaparte. Derrota da democracia pequeno-burguesa.

2. De 13 de Junho de 1849 a 31 de Maio de 1850. Ditadura parlamentar do partido da ordem. Completa a sua dominação com a abolição do sufrágio universal, mas perde o ministério parlamentar.

3. De 31 de Maio de 1850 a 2 de Dezembro de 1851. Luta entre a burguesia parlamentar e Bonaparte.

a) De 31 de Maio de 1850 a 12 de Janeiro de 1851. O parlamento perde o alto comando sobre o exército.

b) De 12 de Janeiro a 11 de Abril de 1851. O parlamento sucumbe nas suas tentativas para voltar a apoderar-se do poder administrativo. O partido da ordem perde a sua maioria parlamentar autónoma. Coligação deste com os republicanos e a *Montagne*.

c) De 11 de Abril a 9 de Outubro de 1851. Tentativas de revisão, de fusão, de prorrogação. O partido da ordem decompõe-se nos seus elementos isolados. Consolida-se a ruptura do parlamento burguês e da imprensa burguesa com a massa da burguesia.

d) De 9 de Outubro a 2 de Dezembro de 1851. Ruptura aberta entre o parlamento e o poder executivo. O parlamento consome o seu último acto e sucumbe, abandonado pela sua própria classe, pelo exército e pelas restantes classes. Declínio do regime parlamentar e da dominação burguesa. Vitória de Bonaparte. Paródia de restauração imperialista\*.

## VII

A *república social* apareceu como frase, como profecia, no limiar da revolução de Fevereiro. Nas jornadas de Junho de 1848 foi afogada no sangue *do proletariado de Paris*, mas aparece nos restantes actos do drama como espectro. Anuncia-se a *república democrática*. Esfuma-se a 13 de Junho de 1849, com os seus *pequenos burgueses* a fugir, mas na sua fuga lança atrás de si reclamos duplamente jactanciosos. A *república parlamentar* com a burguesia apodera-se de toda a cena, vive a sua existência em toda a plenitude, mas o 2 de Dezembro de 1851 enterra-a sob o grito de angústia dos realistas coligados: "Viva a república!"

A burguesia francesa, que se rebelava contra a dominação do proletariado trabalhador, elevou à dominação o lumpenproletariado, com o chefe da Sociedade do 10 de Dezembro à cabeça. A burguesia mantinha a França sob o medo sufocante dos futuros terrores da anarquia vermelha; Bonaparte descontou este futuro quando em 4 de Dezembro fez com que o exército da ordem, animado pela aguardente, disparasse contra os distintos burgueses do Boulevard Montmartre e do Boulevard des Italiens, que tinham assomado às janelas. A burguesia recebia em apoteose o sabre; o sabre dominou-a. Aniquilara a imprensa revolucionária; a sua própria imprensa foi aniquilada. Submetera as assembleias populares à vigilância da polícia; os seus salões encontram-se sob a vigilância da polícia. Dissolvera a Guarda Nacional democrática; a sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Decretara o estado de sítio; o estado de sítio foi decretado contra ela. Substi-

\* Ver nota\*\* da p. 439. (Nota da edição portuguesa.)

tuíra os júris por comissões militares; os seus júris foram substituídos por militares. Submetera o ensino do povo aos padres; os padres submetem-na a ela ao seu próprio ensino. Deportara presos sem julgamento; é deportada sem julgamento. Reprimira toda a vibração da sociedade pelo poder do Estado; toda a vibração da sua sociedade é esmagada pelo poder do Estado. Rebelara-se, por entusiasmo para com a sua bolsa, contra os seus próprios políticos e literatos; os seus políticos e literatos foram postos de lado, mas a bolsa dela vê-se saqueada, depois de amordaçada a boca e de quebrada a pena destes. A burguesia gritara incansavelmente à revolução, tal como Santo Arsénio aos cristãos: "*Fuge, tace, quiesce!* Foge, cala-te, está quieta!"; Bonaparte grita à burguesia: "*Fuge, tace, quiesce!* Foge, cala-te, está quieta!"

A burguesia francesa tinha resolvido há muito tempo o dilema de Napoleão: "*Dans cinquante ans l'Europe sera républicaine ou cosaque.*"\* Tinha-o resolvido na "*république cosaque*"\*\*. Nenhuma Circe desfigurou com o seu encanto maligno a obra de arte da república burguesa, convertendo-a num monstro. Essa república não tinha perdido senão a sua aparência de respeitabilidade. A França actual\*\*\* estava já integralmente contida na república parlamentar. Era apenas necessário um golpe de baioneta para que a bolha rebentasse e o monstro saltasse à vista.

Por que é que o proletariado de Paris não se sublevou depois do 2 de Dezembro?

A queda da burguesia apenas estava decretada; o decreto não tinha sido ainda executado. Qualquer levantamento sério do proletariado ter-lhe-ia dado nova vida, tê-la-ia reconciliado com o exército e teria assegurado aos operários uma segunda derrota de Junho.

Em 4 de Dezembro, o proletariado foi aguilhoado para a luta pelo burguês e pelo *épiciet*\*\*\*\*. Na noite desse dia prometeram comparecer no campo da luta várias legiões da Guarda Nacional, armadas e uniformizadas. O burguês e o *épiciet* tinham descoberto, nomeadamente, que Bonaparte, num dos seus decretos de 2 de Dezembro, abolira o voto secreto e ordenava-lhes que

\* Em francês no texto: Dentro de cinquenta anos, a Europa será republicana ou cossaca. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: república cossaca. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\* A França depois do golpe de Estado de 1851.

\*\*\*\* Em francês no texto: merceeiro. (Nota da edição portuguesa.)

inscrevessem nos registos oficiais, atrás dos seus nomes, um sim ou um não. A resistência de 4 de Dezembro amedrontou Bonaparte. Durante a noite mandou colar em todas as esquinas de Paris cartazes anunciando o restabelecimento do voto secreto. O burguês e o *épiciér* acreditaram que tinham alcançado os seus fins. Quem não se apresentou na manhã seguinte foi o *épiciér* e o burguês.

Por um golpe de mão, dado durante a noite de 1 para 2 de Dezembro, Bonaparte tinha privado o proletariado de Paris dos seus guias, dos chefes das barricadas. Exército sem oficiais, a quem as recordações de Junho de 1848 e de 1849 e de Maio de 1850 inspiravam a aversão de lutar sob a bandeira dos *montagnards*, confiou à sua vanguarda, às sociedades secretas, a salvação da honra insurreccional de Paris, que a burguesia entregou tão sem resistência à soldadesca que, mais tarde, Bonaparte pôde desarmar a Guarda Nacional com o pretexto trocista de que temia que as suas armas fossem empregues abusivamente contra ela própria pelos anarquistas!

*"C'est le triomphe complet et définitif du socialisme!"*\* Assim caracterizou Guizot o 2 de Dezembro. Mas se a queda da república parlamentar encerra já em germe o triunfo da revolução proletária, o seu resultado tangível mais próximo, era a vitória de Bonaparte sobre o parlamento, do poder executivo sobre o poder legislativo, do poder sem frases sobre o poder da frase. No parlamento, a nação elevava a sua vontade geral a lei, isto é, elevava a lei da classe dominante a sua vontade geral. Perante o poder executivo, abdica de toda a sua vontade própria e submete-se às ordens de um poder estranho, da autoridade. O poder executivo, por oposição ao legislativo, exprime a heteronomia da nação por oposição à sua autonomia. Portanto, a França apenas parece escapar ao despotismo de uma classe para voltar a cair no despotismo de um indivíduo, e precisamente sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece ter-se arranjado de tal modo que todas as classes se prostraram de joelhos, com igual impotência e com igual mutismo, perante a coroa da espingarda.

Mas a revolução é radical [*gründlich*]. Está a passar ainda pelo purgatório. Cumpre a sua tarefa com método. Até 2 de Dezembro de 1851 tinha terminado metade do seu trabalho preparatório; agora, completa a outra metade. Leva primeiro à per-

\* Em francês no texto: É o triunfo completo e definitivo do socialismo! (Nota da edição portuguesa.)

feição o poder parlamentar, para o poder derrubar. Agora, conseguido já isto, leva à perfeição o *poder executivo*, redu-lo à sua expressão mais pura, isola-o, enfrenta-se com ele, como o único alvo contra o qual deve concentrar todas as suas forças de destruição. E quando a revolução já tiver levado a cabo esta segunda parte do seu trabalho preliminar, a Europa erguer-se-á, e rejubilará: bem escavado, velha toupeira!\*

Este poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com a sua extensa e engenhosa maquinaria de Estado, um exército de meio milhão de funcionários, juntamente com um exército de outro meio milhão de soldados, este terrível corpo de parasitas, que se cinge como uma rede ao corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, com a decadência da feudalidade, que ajudou a acelerar. Os privilégios senhoriais dos grandes proprietários fundiários e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder de Estado, os dignitários feudais em funcionários retribuídos e o variado mostruário dos plenos poderes medievais divergentes no plano regulado de um poder de Estado cujo trabalho está dividido e centralizado como uma fábrica. A primeira revolução francesa, com a sua tarefa de quebrar todos os poderes particulares locais, territoriais, municipais e provinciais, para criar a unidade burguesa [*bürgerliche*] da nação, tinha de desenvolver aquilo que a monarquia absoluta havia iniciado: a centralização, mas ao mesmo tempo a extensão, os atributos e os servidores do poder do governo. Napoleão aperfeiçoou esta máquina de Estado. A monarquia legítima e a monarquia de Julho nada mais acrescentaram senão uma maior divisão do trabalho, que cresce à medida que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses, e portanto novo material para a administração do Estado. Cada interesse comum [*gemeinsame*] destacava-se imediatamente da sociedade, contrapunha-se a esta como interesse superior, geral [*allgemeines*], subtraía-se à actividade própria dos membros da sociedade e convertia-se em objecto da actividade do governo, desde a ponte, a escola e os bens comunais de um município rural até aos caminhos-de-ferro, à riqueza nacional e às universidades de França. Finalmente, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer, juntamente com as medidas repressivas, os meios e a centralização do poder do governo. Todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina, em

\* Shakespeare, *Hamlet*, acto I, cena 5.

vez de a destruir. Os partidos que lutavam alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse deste imenso edifício do Estado como a presa principal do vencedor.

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio para preparar a dominação de classe da burguesia. Sob a restauração, sob Louis-Philippe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que também aspirasse a um poder próprio.

Somente sob o segundo Bonaparte parece ter-se o Estado autonomizado completamente. A máquina do Estado consolidou-se já de tal modo frente à sociedade burguesa [*bürgerliche Gesellschaft*] que basta que se encontre à sua frente o chefe da Sociedade do 10 de Dezembro, um cavalheiro de fortuna acorrido do estrangeiro, erigido em chefe por uma soldadesca embriagada, que comprou com aguardente e salsichão e a quem tem que lançar constantemente salsichão. Daí o desespero embaraçado, o sentimento da mais intensa humilhação e degradação que oprime o peito da França e contém a sua respiração. Ela sente-se como desonrada.

E no entanto, o poder de Estado não flutua no ar. Bonaparte representa uma classe e, sem dúvida, a classe mais numerosa da sociedade francesa: os *camponeses detentores de parcelas*.

Assim como os Bourbons eram a dinastia dos grandes proprietários fundiários e assim como os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonapartes são, deste modo, a dinastia dos camponeses, isto é, da massa do povo francês. O eleito dos camponeses não é o Bonaparte que se submeteu ao parlamento burguês, mas o Bonaparte que dispersou o parlamento burguês. Durante três anos as cidades conseguiram falsificar o sentido da eleição do 10 de Dezembro e enganar os camponeses quanto ao restabelecimento do império. A eleição de 10 de Dezembro de 1848 só se consumou no *coup d'état* de 2 de Dezembro de 1851.

Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situação idêntica, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo. O isolamento é favorecido pelos maus meios de comunicação da França e pela pobreza dos camponeses. O seu campo de produção, a parcela, não admite no seu cultivo nenhuma divisão do trabalho, nenhuma aplicação da ciência; não admite, portanto, nenhuma multiplicidade de desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa basta-se, pouco mais ou menos, a si

própria, produz imediatamente ela própria a maior parte do seu consumo e obtém assim os seus meios de vida [*Lebensmaterial*] mais na troca com a natureza do que com o intercâmbio com a sociedade. A parcela, o camponês e a família; e ao lado, uma parcela, um outro camponês e uma outra família. Um quantas destas constituem uma aldeia, e umas quantas aldeias, um departamento. Assim se forma a grande massa da nação francesa, pela simples adição de grandezas do mesmo nome, do mesmo modo como, por exemplo, um saco com batatas forma um saco-de-batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem em condições económicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um parlamento quer por meio de uma Convenção. Não podem representar-se, antes têm que ser representados. O seu representante tem de aparecer ao mesmo tempo como seu senhor, como uma autoridade sobre eles, como um poder ilimitado de governo que os proteja das restantes classes e lhes envie do alto a chuva e o sol. Por conseguinte, a influência política dos camponeses detentores de parcelas encontra a sua última expressão no facto de o poder executivo subordinar a si a sociedade.

Pela tradição histórica nasceu a crença dos camponeses franceses no milagre de que um homem de nome Napoleão lhes traria de novo toda a magnificência. E encontra-se um indivíduo que se faz passar por tal homem, porque traz o nome de Napoleão em consequência do *Code Napoléon*, que ordena: "*La recherche de la paternité est interdite.*"\* Após 20 anos de vagabundagem e uma série de grotescas aventuras, cumpre-se a lenda, e este homem torna-se imperador dos franceses. A ideia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a ideia fixa da classe mais numerosa dos franceses.

Mas objectar-me-ão: e os levantamentos camponeses em meia França, as batidas do exército contra os camponeses, e as prisões e deportações em massa de camponeses?

\* Em francês no texto: É proibida a investigação da paternidade. (*Nota da edição portuguesa.*)

Desde Luís XIV que a França não assistia a semelhante perseguição de camponeses "por manobras demagógicas".

Mas entenda-se bem. A dinastia de Bonaparte não representa o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para sair da sua condição social de vida, a parcela, mas aquele que, pelo contrário, quer consolidá-la; não a população rural que, com a sua própria energia e unida às cidades, quer derrubar a velha ordem, mas a que, pelo contrário, sombriamente traída nesta velha ordem, quer ver-se salva e preferida, juntamente com a sua parcela, pelo espectro do império. Não representa a ilustração, o esclarecimento, mas a superstição do camponês, não o seu juízo, mas o seu pré-juízo, não o seu futuro, mas o seu passado, não as suas Cévennes<sup>252</sup> modernas, mas a sua moderna Vendée<sup>202</sup>.

A dura dominação de três anos da república parlamentar tinha libertado uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleónica e tinha-os revolucionado, mesmo que apenas superficialmente; mas a burguesia empurrava-os violentamente para trás sempre que se punham em movimento. Sob a república parlamentar, a consciência moderna dos camponeses franceses lutou contra a sua consciência tradicional. O processo decorreu sob a forma de uma luta incessante entre os mestres-escolas e os padres. A burguesia abateu os mestres-escolas. Pela primeira vez os camponeses fizeram esforços para adoptar uma atitude autónoma face à actividade do governo. Isto manifestou-se no conflito continuado entre os *maires* e os prefeitos. A burguesia destituiu os *maires*. Finalmente, os camponeses de diversas localidades levantaram-se durante o período da república parlamentar contra o seu próprio fruto, o exército. A burguesia castigou-os com estados de sítio e execuções. E esta mesma burguesia clama agora contra a estupidez das massas, contra a *vile multitude*\* que a traiu com Bonaparte. Ela própria consolidou com as suas violências o imperialismo\*\* da classe camponesa, manteve as condições que formam o berço desta religião camponesa. Claro que a burguesia tem de temer a estupidez das massas, enquanto estas permanecem conservadoras, e a inteligência das massas, logo que se tornam revolucionárias.

Nos levantamentos verificados depois do *coup d'état*, uma parte dos camponeses franceses protestou de armas na mão contra o seu próprio voto de 10 de Dezembro de 1848. A experiên-

\* Em francês no texto: vil multidão. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Entenda-se: os sentimentos favoráveis ao Império. (Nota da edição portuguesa.)

cia adquirida desde 1848 tinha-os tornado avisados. Só que tinham-se condenado aos infernos da história; a história pegou-lhes na palavra, e a maioria estava ainda tão confusa que, precisamente nos departamentos mais vermelhos, a população camponesa votou abertamente em Bonaparte. Na opinião deles, a Assembleia Nacional tinha-lhe dificultado o caminho. Ele tinha agora apenas quebrado as cadeias que as cidades tinham posto à vontade do campo. Nalguns sítios abrigavam inclusive a ideia grotesca de colocar, junto de um Napoleão, uma Convenção.

Depois de a primeira revolução ter transformado os camponeses semi-servos em proprietários fundiários livres, Napoleão consolidou e regulamentou as condições em que podiam explorar sem que ninguém os incomodasse o solo de França que acabava de lhes caber, satisfazendo o seu prazer juvenil da propriedade. Mas aquilo que hoje leva à ruína o camponês francês é a sua própria parcela, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou em França. Foram precisamente as condições materiais que fizeram do camponês feudal francês o camponês da parcela e de Napoleão imperador. Bastaram duas gerações para provocar este resultado inevitável: agravamento progressivo da agricultura e endividamento progressivo do agricultor. A forma "napoleónica" de propriedade, que no início do século XIX era a condição para a libertação e o enriquecimento da população rural francesa, desenvolveu-se no decurso deste século como a lei da sua escravatura e do seu pauperismo. E é precisamente esta lei a primeira das "*idées napoléoniennes*" que o segundo Bonaparte tem para afirmar. Se ele partilha ainda com os camponeses a ilusão de procurar a causa da ruína destes, não na própria propriedade parcelária, mas fora dela, na influência de circunstâncias secundárias, os seus experimentos reventarão como bolas de sabão contra as relações de produção.

O desenvolvimento económico da propriedade parcelária inverteu radicalmente a relação dos camponeses com as restantes classes da sociedade. Sob Napoleão, o parcelamento da terra no campo complementava a livre concorrência e a grande indústria incipiente nas cidades. A classe camponesa era o protesto omnipresente contra a aristocracia fundiária que precisamente acabava de ser derrubada. As raízes que a propriedade parcelária lançou na terra francesa tiraram ao feudalismo toda a sua substância nutritiva. Os seus marcos divisórios formavam o baluarte natural da burguesia contra qualquer golpe de mão dos seus antigos senhores. Mas, no decurso do século XIX, o usuário da cidade passou a ocupar o lugar do feudal, a hipoteca o lugar das obrigações feudais da terra, o capital burguês o lugar da pro-



priedade fundiária aristocrática. A parcela do camponês só já é o pretexto que permite ao capitalista tirar lucro, juros e renda da terra, e o próprio agricultor que veja como ganhar o seu salário. As dívidas hipotecárias que pesam sobre a terra francesa impõem ao campesinato francês um juro tão grande como os juros anuais de toda a dívida nacional britânica. A propriedade parcelária, nesta escravatura sob o capital a que conduz inevitavelmente o seu desenvolvimento, transformou a massa da nação francesa em trogloditas. Dezasseis milhões de camponeses (incluindo mulheres e crianças) vivem em cavernas, uma grande parte das quais apenas têm uma abertura, outra parte, apenas duas, e a mais favorecida apenas três aberturas. As janelas são para uma casa aquilo que os cinco sentidos são para a cabeça. A ordem burguesa, que no início do século pôs o Estado como sentinela diante da parcela recém-criada e a adubou com louros, tornou-se num vampiro que lhe chupa o sangue e os miolos e os lança na caldeira de alquimista do capital. O *Code Napoléon* já não é mais do que o código do arresto, da venda em hasta pública e do leilão judicial. Aos quatro milhões (incluindo crianças, etc.) de *paupers*\* oficiais, vagabundos, criminosos e prostitutas que a França conta, vêm acrescentar-se cinco milhões, cuja existência flutua à beira do abismo e que ou moram no próprio campo ou que desertam constantemente, com os seus farrapos e os seus filhos, do campo para as cidades e das cidades para o campo. Portanto, os interesses dos camponeses não se encontram já, como sob Napoleão, em consonância, mas em oposição com os interesses da burguesia, com o capital. Por isso os camponeses encontram o seu aliado e chefe natural no *proletariado urbano*, cuja tarefa é o derrubamento da ordem burguesa. Mas o *governo forte e ilimitado* — e isto é a segunda “*idée napoléonienne*” que o segundo Napoleão tem de realizar — é chamado à defesa pela força desta ordem “material”. E esta “*ordre matériel*”\*\* é também a palavra-chave em todas as proclamações de Bonaparte contra os camponeses rebeldes.

Juntamente com a hipoteca, que o capital lhe impõe, pesa sobre a parcela o *imposto*. O imposto é a fonte de vida da burocracia, do exército, dos padres e da corte; numa palavra, de todo o aparelho do poder executivo. Governo forte e imposto elevado é idêntico. A propriedade parcelária presta-se pela sua natureza para servir de base a uma burocracia onipotente e inumerável.

\* Em inglês no texto: pobres, indigentes. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: ordem material. (Nota da edição portuguesa.)

Cria um nível igual das relações e das pessoas em toda a superfície do país. Permite também, portanto, a acção uniforme sobre todos os pontos desta massa uniforme a partir de um centro supremo. Aniquila os graus intermédios aristocráticos entre a massa do povo e o poder de Estado. Provoca, portanto, a partir de todos os lados, a ingerência directa deste poder de Estado e a interposição dos seus órgãos imediatos. Finalmente, cria uma sobrepopulação inocuada, que não encontra lugar nem no campo nem nas cidades e que, portanto, lança mão dos cargos públicos como de uma espécie de esmola respeitável e provoca a criação de cargos públicos. Com os novos mercados abertos pela baioneta, com o saque do continente, Napoleão restituiu o imposto forçado com juros. Este imposto era um acicate para a indústria do camponês, enquanto agora priva a sua indústria dos últimos recursos e completa a sua falta de resistência contra o pauperismo. E uma enorme burocracia, bem galonada e bem cevada, é a “*idée napoléonienne*” que de todas mais agrada ao segundo Bonaparte. E como não havia de lhe agradar, se se vê obrigado a criar, juntamente com as classes reais da sociedade, uma casta artificial, para a qual a manutenção do seu regime é uma questão de faca e garfo? Por isso uma das suas primeiras operações financeiras consistiu na elevação de novo dos vencimentos dos funcionários para o seu antigo montante e na criação de novas sinecuras.

Outra “*idée napoléonienne*” é a dominação dos *padres* como meio de governo. Mas se a parcela recém-criada, na sua consonância com a sociedade, na sua dependência das forças da natureza e na sua submissão à autoridade que a protegia de cima era, naturalmente, religiosa, esta parcela, roída de dívidas, dissociada da sociedade e da autoridade e forçada a sair da sua própria estreiteza, torna-se, naturalmente, irreligiosa. O céu era um suplemento muito belo ao pequeno pedaço de terra acabado de adquirir, tanto mais que é ele que faz o tempo; mas torna-se num insulto logo que se pretende impô-lo como substituto da parcela. O padre só já aparece, então, como o podengo consagrado da polícia terrena — uma outra “*idée napoléonienne*”. Da próxima vez, a expedição contra Roma será levada a cabo na própria França, mas no sentido inverso ao do senhor de Montalembert.

Finalmente, o ponto culminante das “*idées napoléoniennes*” é a preponderância do *exército*. O exército era o *point d'honneur*\* dos camponeses das parcelas, eles próprios transformados em

\* Em francês no texto: ponto de honra. (Nota da edição portuguesa.)

heróis, defendendo a sua nova propriedade contra o exterior, glorificando a sua nacionalidade recém-conquistada, saqueando e revolucionando o mundo. O uniforme era o seu próprio traje de gala; a guerra a sua poesia; a parcela, prolongada e arredondada na fantasia, a pátria, e o patriotismo a forma ideal do sentido de propriedade. Mas os inimigos contra quem o camponês francês tem agora de defender a sua propriedade não são os cosacos, são os *huissiers*\* e os agentes do fisco. A parcela já não está na chamada pátria, mas no registo hipotecário. O próprio exército já não é a flor da juventude camponesa, mas a flor do pântano do lumpenproletariado camponês. Consiste na sua maioria em *remplaçants*, em substitutos, do mesmo modo que o segundo Bonaparte não é mais do que o *remplaçant*, o substituto de Napoleão. Realiza agora os seus feitos heróicos em caçadas e batidas contra os camponeses, em serviço de gendarme, e se as contradições internas do seu sistema lançam o chefe da Sociedade do 10 de Dezembro para o outro lado da fronteira francesa, o exército, após alguns actos de banditismo, não colherá quaisquer louros, mas paulada.

Vê-se: todas as "*idées napoléoniennes*" são ideias da parcela não desenvolvida, na verdura da juventude, são um contra-senso para a parcela antiquada. São apenas as alucinações da sua agonia, palavras transformadas em frases, espíritos transformados em fantasmas. Mas a paródia do imperialismo\*\* era necessária para libertar a massa da nação francesa do peso da tradição e para fazer com que se destacasse nitidamente a oposição do poder de Estado à sociedade. Com a ruína progressiva da propriedade parcelária, abate-se o edifício do Estado construído sobre ela. A centralização estatal, de que a sociedade moderna necessita, apenas se ergue sobre as ruínas da máquina militar-burocrática de governo, forjada por oposição ao feudalismo.

A condição dos camponeses franceses desvendava-nos o mistério das eleições gerais de 20 e 21 de Dezembro,<sup>c</sup> que levaram o segundo Bonaparte ao Monte Sinai, não para receber leis, mas para as dar.

Manifestamente, a burguesia não tinha agora outra escolha senão eleger Bonaparte. Quando, no Concílio de Constança<sup>253</sup>, os puritanos se queixavam da vida licenciosa dos papas e se lamuriavam sobre a necessidade da reforma dos costumes, o

\* Em francês no texto: funcionários judiciais. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Ver nota\* da p. 427. (Nota da edição portuguesa.)

cardeal Pierre d'Ailly trovejou-lhes: "Já só o diabo em pessoa pode salvar a Igreja católica, e vós pedis anjos!" A burguesia francesa exclamou também, depois do *coup d'état*: Já só o chefe da Sociedade do 10 de Dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Já só o roubo pode salvar a propriedade, o perjúrio a religião, a bastardia a família, a desordem a ordem!

Bonaparte, como força do poder executivo autonomizada, sente como vocação sua assegurar a "ordem burguesa". Mas a força desta ordem burguesa é a classe média. Sabe-se, portanto, representante da classe média e promulga decretos nesse sentido. Ele só é de facto alguma coisa, porque quebrou o poder político desta classe média e diariamente o quebra de novo. Sabe-se, portanto, adversário do poder político e literário da classe média. Mas, ao proteger o seu poder material, gera de novo o seu poder político. Há, portanto, que manter em vida a causa, mas o efeito onde quer que se mostre tem de ser extirpado. Mas isto não pode fazer-se sem pequenas confusões de causa e efeito, porque ambas na acção recíproca perdem as suas características distintivas. Novos decretos que apagam a linha divisória. Bonaparte sabe-se ao mesmo tempo, face à burguesia, como representante dos camponeses e do povo em geral, chamado a fazer felizes dentro da sociedade as classes inferiores do povo. Novos decretos que de antemão defraudam os "socialistas verdadeiros"<sup>178</sup> na sua sabedoria governamental. Mas Bonaparte sabe-se acima de tudo chefe da Sociedade do 10 de Dezembro, representante do lumpenproletariado, a que ele próprio, a sua *entourage*\*, o seu governo e o seu exército pertencem, e para quem se trata antes de tudo de bem fazer a si próprio e de sacar prémios da lotaria californiana do Tesouro público. E confirma-se como chefe da Sociedade do 10 de Dezembro com decretos, sem decretos e apesar dos decretos.

Esta tarefa contraditória do homem explica as contradições do seu governo, o obscuro tentar aqui e ali, que tão depressa procura atrair como humilhar, umas vezes esta e outras vezes aquela classe, pondo-as a todas uniformemente contra si, e cuja insegurança prática forma um contraste altamente cómico com o estilo imperioso e categórico dos actos de governo, estilo submissivamente copiado pelo do tio.

Indústria e comércio, portanto, os negócios da classe média, há que fazê-los florescer como em estufa sob o governo forte.

\* Em francês no texto: meio, os que o rodeiam. (Nota da edição portuguesa.)

Atribuição de um sem-número de concessões de caminho-de-ferro. Mas há que enriquecer o lumpenproletariado bonapartista. *Tripotage\** na Bolsa com as concessões de caminho-de-ferro pelos antecipadamente iniciados. Mas não se apresenta nenhum capital para os caminhos-de-ferro. Obriga-se o Banco a adiantar dinheiro à custa das acções do caminho-de-ferro. Mas, ao mesmo tempo, há que explorar pessoalmente o Banco, e, portanto, cumulá-lo de atenções. Exime-se o Banco do dever de publicar semanalmente os seus relatórios. Contrato leonino do Banco com o governo. Há que dar ocupação ao povo. Ordenam-se obras públicas. Mas as obras públicas aumentam os encargos fiscais do povo. Portanto, redução dos impostos através de um ataque contra os *rentiers\*\**, pela conversão das rendas de 5 por cento em rendas de 4,5 por cento. Mas o estado médio [*Mittelstand*] tem de apanhar de novo uma *douceur\*\*\**. Portanto, duplicação do imposto sobre o vinho para o povo, que o compra *en détail\*\*\*\**, e redução a metade para o estado médio, que o bebe *en gros\*\*\*\*\**. Dissolução das associações operárias efectivas, mas promessa de futuras maravilhas de associação. Há que ajudar os camponeses. Bancos hipotecários, que aceleram o seu endividamento e a concentração da propriedade. Mas há que utilizar estes bancos para extrair dinheiro dos bens confiscados da casa de Orléans. Nenhum capitalista aceita esta condição, que não está no decreto, e o banco hipotecário permanece um mero decreto, etc., etc.

Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas nada pode dar a uma sem o tirar a outra. É assim como no tempo da Fronda se dizia do duque de Guise que era o homem mais *obligeant\*\*\*\*\** de França, porque tinha transformado todas as suas quintas em obrigações dos seus partidários contra si próprio, Bonaparte gostaria de ser também o homem mais *obligeant* de França e transformar toda a propriedade e todo o trabalho de França numa obrigação pessoal contra si próprio. Gostaria de roubar a França inteira para a oferecer à França, ou antes, para poder comprar de novo a França com dinheiro francês, pois como chefe da Sociedade do

\* Em francês no texto: tripúdio. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Em francês no texto: os que possuem ou vivem de rendimentos. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\* Em francês no texto: doce. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\*\* Em francês no texto: a retalho. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\*\*\* Em francês no texto: por grosso. (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\*\*\* Em francês no texto: obsequioso. (Nota da edição portuguesa.)

10 de Dezembro tem necessariamente que comprar o que lhe deve pertencer. E tornaram-se instituição de compra todas as instituições de Estado: o Senado, o Conselho de Estado, o Corpo Legislativo, a Legião de Honra, a medalha do soldado, os lavadouros, os edifícios públicos, os caminhos-de-ferro, o *état-major\** da Guarda Nacional sem soldados rasos, os bens confiscados da casa de Orléans. Em meio de compra se tornam todos os postos do exército e da máquina de governo. Mas o mais importante, porém, neste processo em que se tira à França para se lhe dar, são as percentagens que vão parar ao chefe e aos membros da Sociedade do 10 de Dezembro durante a transacção. O trocadilho com que a condessa L., amante do senhor de Morny, caracterizava a confiscação dos bens orleanistas: "*C'est le premier vol\*\* de l'aigle\*\*\*\**", pode ser aplicado a todos os voos desta *águia*, que aliás é mais *corvo*. Ele próprio e os seus adeptos gritam diariamente, como aquele cartuxo italiano ao avarento, que contava orgulhosamente os bens de que desfrutaria ainda durante anos: "*Tu fai conto sopra i beni, bisogna prima fare il conto sopra gli anni.*"\*\*\*\*\* Para não se enganarem nos anos, contam em minutos. Na corte, nos ministérios, nas cúpulas da administração e do exército, comprime-se um magote de fulanos, do melhor dos quais se pode dizer que não se sabe donde vem, uma *bohème* ruidosa, suspeita e ávida de saque, que se arrasta em casacas galonadas com a mesma grotesca dignidade que os grandes dignitários de Soulouque. Pode ter-se imagem desta camada superior da Sociedade do 10 de Dezembro, se se considerar que *Véron-Crevel\*\*\*\*\** é o seu pregador de bons costumes e *Granier de Cassagnac* o seu pensador. Quando Guizot, no tempo do seu ministério, utilizou este Granier numa folheca contra a oposição dinástica, costumava elogiá-lo com o dito: "*C'est le roi des drôles*", "é o rei dos bobos". Seria injusto recordar a propósito da corte e da tribo de Louis Bonaparte a Regência<sup>254</sup>

\* Em francês no texto: estado-maior. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* *Vol* significa voo e roubo. (Nota de Marx.)

\*\*\* Em francês no texto: "É o primeiro voo (roubo) da águia." (Nota da edição portuguesa.)

\*\*\*\* "Tu deitas contas aos bens, mas é preciso primeiro deitar contas aos anos." (Nota de Marx.)

\*\*\*\*\* Na sua obra *La Cousine Bette*, Balzac apresenta em Crevel, personagem inspirado no Dr. Véron, proprietário do jornal *Constitutionnel*, o tipo do filisteu mais libertino de Paris. (Nota de Marx.)

ou Luís XV. Pois “muitas vezes passou já a França por um governo de favoritas, mas ainda nunca por um governo de *hommes entretenus*\*\*\*”.

Acossado pelas exigências contraditórias da sua situação, ao mesmo tempo, como um prestidigitador na necessidade de atrair, através da surpresa constante, os olhares do público sobre si como substituto de Napoleão, [na necessidade], portanto, de executar todos os dias um golpe de Estado *en miniature*\*\*\*, Bonaparte põe toda a economia burguesa em balbúrdia, atenta contra tudo aquilo que à revolução de 1848 parecera intangível, torna uns pacientes para com a revolução e os outros desejosos da revolução, produz a própria anarquia em nome da ordem, enquanto ao mesmo tempo retira a toda a máquina do Estado a auréola de santidade, profana-a, torna-a ao mesmo tempo ascorosa e ridícula. Repete em Paris, sob a forma de culto do manto imperial napoleónico, o culto da sagrada túnica de Trier<sup>255</sup>. Mas quando o manto imperial cair finalmente sobre os ombros de Louis Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão tombará do alto da Coluna de Vendôme<sup>209</sup>.

*Escrito por K. Marx em Dezembro de 1851-Março de 1852.*

*Publicado pela primeira vez no primeiro número*

*da revista Die Revolution em 1852, em Nova Iorque.*

*Assinado: Karl Marx*

*Publicado segundo o texto da edição de 1869.*

*Traduzido do alemão.*

\* Em francês no texto: chulos. (Nota da edição portuguesa.)

\*\* Palavras de Madame de Girardin. (Nota de Marx.)

\*\*\* Em francês no texto: em miniatura. (Nota da edição portuguesa.)

KARL MARX

## A DOMINAÇÃO BRITÂNICA NA ÍNDIA<sup>256</sup>

Londres, sexta-feira, 10 de Junho de 1853

[...] O Indostão é uma Itália de dimensões asiáticas, com o Himalaia no lugar dos Alpes, as planícies de Bengala no lugar das planícies da Lombardia, o Decão no lugar dos Apeninos e a ilha de Ceilão no lugar da Sicília. A mesma rica diversidade nos produtos da terra e o mesmo desmembramento na configuração política. Assim como a Itália, de tempos a tempos, tem sido comprimida pelo gládio do conquistador em diferentes massas nacionais, encontramos também o Indostão, quando não submetido à pressão do Maometano, do Mongol<sup>257</sup> ou do Britânico, dissolvido em tantos Estados independentes e em conflito quantas as cidades, ou mesmo as aldeias, que conta. De um ponto de vista social, contudo, o Indostão não é a Itália, mas a Irlanda do Oriente. E esta estranha combinação de Itália e de Irlanda, de um mundo de voluptuosidade e de um mundo de dor, encontra-se antecipada nas antigas tradições da religião do Indostão. Esta religião é, ao mesmo tempo, uma religião de exuberância sensual e uma religião de ascese que se atormenta a si própria, uma religião do Linga<sup>258</sup> e do Jaganata<sup>259</sup>; a religião do monge e da bailarina.

Não partilho a concepção daqueles que acreditam numa idade de ouro do Indostão, sem, contudo, recorrer, como Sir Charles Wood, para a confirmação da minha perspectiva, à autoridade de Kuhli-Kahn. Se se tomarem, por exemplo, os tempos de Aurung Zeb ou a época em que os Mongóis apareceram no Norte e os Portugueses no Sul, ou a era da invasão maometana e da heptarquia<sup>260</sup> na Índia do Sul, ou se se quiser recuar ainda mais até à antiguidade, atente-se na cronologia mitológica dos próprios brâmanes<sup>261</sup>, que situa o começo da miséria da Índia numa época ainda mais remota do que a criação cristã do mundo.

Não pode, contudo, restar qualquer dúvida de que a miséria infligida pelos Britânicos ao Indostão é de uma espécie essencialmente diferente e infinitamente mais intensiva do que a que